



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PALOMA ISRAELY BARBOSA DE SÁ

**MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: o uso das concepções teóricas de  
memória coletiva e memória social no Brasil**

RECIFE-PE  
2022

PALOMA ISRAELY BARBOSA DE SÁ

**MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: o uso das concepções teóricas de  
memória coletiva e memória social no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Informação, memória e tecnologia.

**Linha de pesquisa:** Memória da informação científica tecnológica.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Leilah Santiago Bufrem.

RECIFE-PE

2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S111m Sá, Paloma Israely Barbosa de  
Memória na Ciência da Informação: o uso das concepções teóricas de memória coletiva e memória social no Brasil / Paloma Israely Barbosa de Sá. – Recife, 2022.  
170f.: il.

Sob orientação de Leilah Santiago Bufrem.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Memória coletiva. 2. Memória social. 3. Ciência da Informação. 4. Produção científica. 5. BRAPCI. I. Bufrem, Leilah Santiago (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2022-144)

PALOMA ISRAELY BARBOSA DE SÁ

**MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: o uso das concepções teóricas de memória coletiva e memória social no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Informação, memória e tecnologia.

**Linha de pesquisa:** Memória da informação científica tecnológica.

Aprovada em: 07/03/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa Dra Leilah Santiago Bufrem (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa Dra Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira (Examinadora Externa)  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Carlos Xavier Azevedo Netto (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba

---

Profa Dra Eliane Braga de Oliveira (Examinadora Externa)  
Universidade de Brasília

Dedico a Gerdau Barbosa de Sá (*in memoriam*), meu pai e Maria Eliziê Sousa, minha mãe, os quais me deram condições de traçar o caminho e trilhar o percurso até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de algum modo me fizeram ser quem sou e conseguir trilhar o caminho até aqui.

Agradeço à minha família por ser meu suporte e, ainda que não compreendessem algumas das minhas renúncias, comportamentos e ações, fizeram o que puderam para que eu seguisse buscando novas estradas e pontes. Em especial a seu Gerdau Barbosa de Sá (*in memoriam*) e dona Maria Eliziê Eliziê, meus pais, que sempre me incentivaram a estudar e não contiveram esforços para que isso fosse possível.

Agradeço a Jonas Jandson Alves Oliveira, meu companheiro de vida, pela escuta, pelo suporte com os materiais em língua estrangeira, por me acalmar quando achei que não fosse conseguir, por ser meu lar onde eu estiver.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso pelas palavras de apoio, trocas de conhecimento e suporte quando necessário. Em especial a Wagner Medeiros que vem segurando minha mão desde a graduação, sendo amigo e irmão nos momentos difíceis; e Faysa de Maria por ser minha morada longe de casa, por me escutar e dividir comigo suas vivências e família.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco pelo suporte acadêmico, pelos bons professores e vivências possibilitadas. Em especial, agradeço à professora Leilah Santiago Bufrem, minha orientadora, pela paciência, compreensão, troca de conhecimentos, cumplicidade e por ser inspiração. Além disso, agradeço à banca examinadora pela rica contribuição e zelo com este trabalho: Murilo Artur Araújo da Silveira (UFPE), Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira (UFPB), Carlos Xavier Azevedo Netto (UFPB) e Eliane Braga de Oliveira (UnB).

Até aqui tenho tido a sorte e a alegria de cruzar com pessoas queridas em meu caminho. Elas sabem quem são.

Gratidão!

Amar o perdido  
Deixa confundido  
Este coração.

Nada pode o olvido  
Contra o sem sentido  
Apelo do Não.

As coisas tangíveis  
Tornam-se insensíveis  
À palma da mão.

Mas as coisas findas,  
Muito mais que lindas,  
Essas ficarão.

(ANDRADE, 1991)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. **Claro Enigma**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

## RESUMO

Identifica a memória como um ato de referenciamento com relevância no contexto da Ciência da Informação. Propõe uma definição dos conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um desses termos atribuídos ao tema memória no contexto da produção científica da Ciência da Informação no Brasil, a partir dos seguintes objetivos específicos: explorar os conceitos de memória na literatura, levando em consideração os termos que lhe atribuem sentido; descrever o uso dos conceitos de memória coletiva e memória social nos estudos em Ciência da Informação no Brasil indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); apresentar a distinção entre os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um dos conceitos expressos pelos autores, atribuídos ao termo memória. Em seu percurso metodológico, é uma pesquisa com base em dados teóricos e empíricos, sendo descritiva no que diz respeito aos objetivos, bibliográfica quanto aos procedimentos e utiliza análise de conteúdo e análise de conceito para a coleta de dados a partir da produção científica indexada na Brapci, entre os anos 1972 e 2020. Recuperados os documentos por meio dos descritores “memória coletiva” “memória social” e realizadas as devidas análises, observa que quanto à memória coletiva um único autor é utilizado como embasamento teórico, enquanto para memória social há uma diversidade de autores utilizados, tendo como destaque uma autora brasileira. Conclui que a literatura utilizada pouco define os conceitos de memória coletiva e memória social, bem como não há distinção clara no entendimento dos termos, sendo necessária uma proposta de conceituação.

**Palavras-chave:** memória coletiva; memória social; Ciência da Informação; produção científica; BRAPCI.

## ABSTRACT

It identifies the memory as an act of referencing with relevance in the context of Information Science. Proposes a definition of collective memory and social memory concepts from the specificities of each of these terms attributed to the theme memory in the context of scientific production in Information Science in Brazil, from the following objectives: exploiting the concepts of memory in literature, taking into account the terms which attribute sense to it; describing the use of collective memory and social memory concepts in the studies in Information Science in Brazil indexed in the Reference Database of Journal Articles in Information Science (Brapci); presenting the distinction between the concepts of collective memory and social memory from the specificities of each of the concepts expressed by the authors, attributed to the term memory. In its methodological path, it is a research based on theoretical and empirical data, being descriptive with concern to objectives, bibliographic in relation to the procedures and uses content analysis and concept analysis for the data collection from the scientific production indexed at Brapci between 1972 and 2020. Recovered the documents through the descriptors “collective memory”, “social memory” and held the due analysis, it observes that concerning to collective memory only one author is used as theoretical basis, while for social memory there is a diversity of authors quoted with highlights to one Brazilian author. It concludes that the literature used little defines the collective and social memory concepts, as well as there is no clear distinction on the understanding of the terms, being necessary a proposal of conceptualisation.

**Keywords:** collective memory; social memory; Information Science; scientific production; BRAPCI.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percurso metodológico.....	21
Quadro 2 - Critérios para Análise de Conceitos por Dahlberg.....	24
Quadro 3 - Aspectos da memória relacionados ao conhecimento .....	44
Quadro 4 - Concepções de memória conforme área do conhecimento .....	53
Quadro 5 - Dados para análise sobre memória coletiva .....	79
Quadro 6 - Categorização das temáticas em memória coletiva .....	96
Quadro 7 - Publicações de memória coletiva por estado .....	97
Quadro 8 - Dados para análise sobre memória social .....	99
Quadro 9 - Categorização das temáticas em memória social .....	125
Quadro 10 - Publicações de memória social por estado .....	126

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1	Objetivos	15
1.2	Justificativa	15
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>27</b>
3.1	Conceito e histórico da área	27
3.2	O objeto de estudo	32
<b>4</b>	<b>MEMÓRIA E SUAS FACES</b>	<b>42</b>
4.1	Memória coletiva: o encontro em Halbwachs	55
4.2	Memória social: a legitimação em Fentress e Wickham	62
4.3	Quadro comparativo dos autores e obras seminais	68
<b>5</b>	<b>DADOS COLETADOS</b>	<b>78</b>
5.1	Dados sobre memória coletiva	78
5.2	Dados sobre memória social	99
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>135</b>
	<b>APÊNDICE A - DADOS COLETADOS SOBRE MEMÓRIA COLETIVA</b>	<b>141</b>
	<b>APÊNDICE B - DADOS COLETADOS SOBRE MEMÓRIA SOCIAL</b>	<b>153</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A memória é uma construção que atravessa os tempos, abrange contextos individuais e coletivos, universos públicos e privados. Ela é ponte para que seja possível conhecer o passado, compreender o presente e vislumbrar o futuro. Memória pode ser definida de diversas maneiras, havendo explicações aprofundadas e outras breves, mas, de modo objetivo, pode-se afirmar que é um “ato de referenciamento” (AZEVEDO NETTO, 2005, p. 267). É mote de discussão para inúmeras áreas do conhecimento, partindo, sobretudo, das Ciências Humanas e Sociais, instigando ao longo do tempo pesquisadores interessados em compreendê-la em sua totalidade ou em específicos aspectos.

Embora o conceito de memória já tenha sido explorado por autores representativos de uma diversidade de referenciais teóricos e concepções, a escolha por estudar a “memória” como um fenômeno social, de expressão tanto individual quanto coletiva, se dá pelo fato de que a memória é um dos fatores que orienta o indivíduo nas suas relações com o outro e com o meio em que vive, sendo imprescindível considerá-la para o entendimento das ações e interações humanas. Assim, não serão analisados aspectos como o neurofisiológico, ou psicanalítico, e sim o conceito de memória que, juntamente com os termos qualificadores, coletiva e social, observa os movimentos e determinações de se viver em sociedade.

É a memória que, através de processos sociais de construção e compartilhamento da informação, fornece elementos que fundamentam a composição do tecido social, nos diferentes espaços e tempos. Dessa forma, a memória apresenta uma importante relação com a Ciência da Informação (CI), podendo ser considerada um dos seus alicerces, uma vez que este campo do conhecimento tem como objetivo o estudo da informação, a qual é produzida com a finalidade de preservar e compartilhar elementos tidos como de relevância social. Ao ter como uma de suas características a manutenção de registros informacionais, a CI acaba por se aproximar de aspectos inerentes à memória.

Ao definir a informação como seu objeto de estudo, a CI amplia a possibilidade de aproximação com outras áreas do conhecimento – pois a informação pode ser encontrada em qualquer lugar – as quais passam a contribuir para a sua legitimação. Essa aproximação permite pressupor também formas de

abordar o tema memória, considerando suas múltiplas dimensões e contextos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Seguindo este raciocínio, a memória encontra terreno fértil para ser objeto de diálogo na CI, de modo a oferecer contribuições para o fortalecimento da área na sua capacidade de responder às demandas da sociedade em sua busca por conhecimento, como alertaram Paul Otlet e Vannevar Bush, precursores da área (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

Otlet, em seu Tratado de Documentação (*Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, publicado em 1934), menciona as questões da memória diversas vezes, como parte integrante do que constitui a Documentação e posteriormente o que se conhece por Ciência da Informação. Para ele, o livro, por exemplo, é “a memória materializada da humanidade, na qual, dia a dia, foram registrados os fatos, as ideias, as ações, os sentimentos e os sonhos, quaisquer que sejam, que tenham impressionado o espírito humano” (OTLET, 2018, p. 103). Além disso, sua proposta de organização de uma bibliografia, junto a La Fontaine, contribui para a preservação da memória do mundo, sendo a criação de importante fonte para o desenvolvimento e progresso da humanidade, uma vez que a ideia seria um inventário de toda a produção humana em qualquer suporte e formato, para que todos pudessem ter acesso a todos os conhecimentos produzidos até então.

O termo memória é acompanhado de diversas qualificações que complementam, especificam e até delimitam a discussão, ou direcionam o olhar sobre o fenômeno estudado. Conforme Oliveira e Rodrigues (2011), dois desses complementos unidos ao termo memória são comumente utilizados na área, formando: memória coletiva e memória social. Vale salientar que as autoras não consideram estes termos os mais utilizados em pesquisas sobre memória na área, embora eles sejam os destaques nesta pesquisa.

Acredita-se que estas duas expressões, memória coletiva e memória social, representam concepções distintas, referindo-se a realidades diferentes, evidenciando pouca clareza no seu entendimento. Por vezes é possível perceber o uso de ambos como sinônimos, considerando que os termos ‘coletivo’ e ‘social’ representam no senso comum ideias semelhantes. Ao se buscar num dicionário, por exemplo, ambos os termos fazem referência a um grupo, uma comunidade, carregando um sentido de pluralidade. Todavia, ao esmiuçar seus sentidos com mais precisão, os próprios termos (coletivo e social) oferecem indicativos, ainda que

de modo sutil, para a inferência de suas discrepâncias. Vale explicar que não foram adotados dicionários especializados, uma vez que a ideia é demonstrar o entendimento das pessoas de modo geral.

Dentre estes indicativos está que 'coletivo' se apresenta como uma oposição a individual. Quando se usa esse termo se pretende dizer que abrange mais de uma pessoa, item ou sentido; já 'social' é apresentando como referência a algo organizado, seja por consenso ou por imposição, dando ideia de institucionalidade.

Mas, como os conceitos de memória coletiva e memória social são utilizados na produção brasileira em CI? Quem são os sujeitos que deles fazem uso, e por quê? Como os pesquisadores absorvem os conceitos? Há, de fato, diferença entre eles? Quais aproximações podem ser detectadas a respeito de seu entendimento? Os contextos em que as produções são elaboradas influenciam nos usos? Pode-se identificar relações de poder entre os usos e contextos em que os termos são colocados? A partir dessas observações, a problemática da pesquisa volta-se à exploração de conceitos acerca da temática memória, a fim de estabelecer a precisão teórico-conceitual presente na produção científica quanto ao uso dos termos que a acompanham de modo a acrescentar qualidade, extensão e até modificando o conceito que nomeia, que neste caso são: memória coletiva e memória social, no âmbito da Ciência da Informação no Brasil.

O pesquisador deve ter nítidos os diferentes conceitos e suas definições, de maneira consciente e individualizada, com princípios, teorias, pressupostos e métodos próprios para cada uma delas. O interesse sobre essa investigação surge quando esta pesquisadora em suas leituras e ao participar de eventos da área percebe divergências no uso dos termos, na comunicação oral e escrita de pesquisadores, em especial os novos pesquisadores que podem ter pouca clareza no que diz respeito aos termos em uso, tendo em mente também a sua posição como estudante do assunto. Esse fato pode ser relacionado, como hipótese, ao mau uso de autores e conceitos, pouca profundidade nas leituras, senso comum ou relações de poder que se sobrepõem ao objeto estudado e seus sentidos.

Os estudos de domínios relativos ao tema Memória na CI são perceptíveis em publicações periódicas, comunicações em eventos científicos e na criação do grupo de trabalho Informação e Memória na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), que objetiva divulgar pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas sobre informação e memória. Assim, muito ainda poderá ser discutido sobre este tema como um objeto de estudo na CI e novas

pesquisas a serem divulgadas, de modo a obter-se também uma melhor visualização dos desafios e perspectivas de pesquisa e ensino (CAMARA, 2015, p. 17).

Além disso, existem diversos programas de pós-graduação no Brasil, cujas linhas de pesquisa envolvem os estudos de memória. Há os que se identificam com a memória coletiva, bem como os que se voltam para a memória social, levando a pensar na diferença entre os termos e que, a depender do programa ou do interesse do pesquisador, tem seu foco voltado apenas para um deles, havendo dessa forma uma lacuna em trabalhos que envolvam a conceituação de memória coletiva e memória social expressamente, de maneira a propor sua distinção e adequação para a área ou contexto de pesquisa. Ao identificar as vertentes teóricas perceptíveis nas bibliografias das disciplinas sobre memória no universo dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, Câmara (2015) identifica as concepções de memória adotadas nos planos de ensino. Utilizando instrumentos de organização do conhecimento e estudos métricos, o autor relaciona as propostas das disciplinas, analisa os autores recomendados e a literatura pertinente para a compreensão dos conceitos e pressupostos, deliberadamente transmitidos pelos professores aos seus alunos. Nos resultados, expõe as concepções teóricas sobre a memória mais evidentes nas bibliografias selecionadas pelos professores, referentes à memória individual, à memória coletiva e à memória social, diretamente relacionadas em seus pressupostos teóricos.

Este trabalho volta-se, portanto, à discussão dos conceitos de memória, partindo de suas origens etimológicas e sua dimensão epistemológica. Vale ressaltar, entretanto, o entendimento de que “nenhum conceito é definitivo, sempre é possível redefini-lo” (BARROS, 2016, p. 116). A complexidade relativa a essa discussão torna-se mais expressiva na concepção de Hjørland (2009), segundo a qual não há concordância sobre o significado de conceito, sobre as teorias mais importantes e como as teorias do conceito podem ser classificadas, devido às diferentes visões sobre conceitos, associadas com distintas visões epistemológicas e do mundo de filósofos e cientistas diversos.

Pretende-se interpretar os conceitos de memória coletiva e memória social, identificando divergências e semelhanças, além de apresentar os sentidos que contemplam cada um deles dentro da CI na produção científica brasileira, evidenciando os usos do conceito e sua adequação à realidade em cada contexto.

Para isso, a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) foi selecionada como ambiente para coleta de dados e observação dos fenômenos inerentes ao uso dos conceitos de “memória coletiva” e “memória social” em trabalhos desenvolvidos em âmbito nacional, uma vez que se trata de um repertório representativo da produção científica brasileira em CI.

### **1.1 Objetivos**

Seguindo esses aspectos, o objetivo geral desta pesquisa é propor uma definição dos conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um desses termos atribuídos ao tema memória no contexto da produção científica da Ciência da Informação no Brasil.

Para atingir este propósito, definem-se como objetivos específicos:

- a) explorar os conceitos de memória na literatura, levando em consideração os termos que lhe atribuem sentido;
- b) descrever o uso dos conceitos de memória coletiva e memória social nos estudos em Ciência da Informação no Brasil indexados na BRAPCI;
- c) apresentar a distinção entre os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um dos conceitos expressos pelos autores, atribuídos ao termo memória.

### **1.2 Justificativa**

Os objetivos desta pesquisa convergem para uma descrição sobre as relações encontradas entre os usos dos conceitos de memória coletiva e memória social no contexto brasileiro, suas influências e autores fundantes, tendo como finalidade a distinção no entendimento dos termos memória social e memória coletiva, a partir da sua utilização na produção científica na área. Desse modo, este trabalho nasce de várias motivações, entre as quais se destacam as de natureza social, acadêmica e pessoal. E é nesta medida que busca se justificar.

A primeira motivação parte da noção de que compreender e distinguir ideias são alicerces para a construção do pensamento, principalmente a memória, que é um campo de estudo de interesse de diversas disciplinas, e conseqüentemente para

o desenvolvimento de qualquer empreendimento. Um trabalho conceitual, teórico, evidencia aspectos das relações humanas, do entendimento de uma ideia para a execução de uma ação. É nesse contexto que as relações sociais se apresentam, podendo representar elementos da constituição científica para além do contexto acadêmico.

A segunda motivação para esta pesquisa refere-se à contribuição acadêmica deste trabalho, uma vez que, ao analisar os usos das concepções teóricas de memória geradoras de diferentes visões de mundo, se procura esclarecer contraposições entre seus conceitos no contexto da CI, oferecendo um aparato para a consolidação do entendimento de questões teóricas aos estudiosos/pesquisadores da área, de modo a ampliar o conhecimento sobre esses aspectos, evitando imprecisões conceituais nos seus discursos.

Propõe-se uma complementação e atualização, ainda que com outro olhar e procedimentos metodológicos, dos estudos de Oliveira e Rodrigues (2011) que investigaram a presença da memória na produção científica da CI e constataram ausência de posicionamento da área com relação a esse contexto.

Reforça essa motivação o estudo de Araújo (2017, p. 14), para quem “a Memória é um tema ou conceito que sempre esteve presente, de alguma forma, no campo da ciência da informação”, mas atualmente tem tido maior destaque, trazendo inúmeras contribuições para as novas problematizações e rumos para a área. Isto sugere um crescimento dos interesses de pesquisadores da área pelo tema, levando a crer no amplo debate para além de importações de conceitos de outras áreas a fim de argumentar ou fundamentar um pensamento científico. Quanto mais os termos são utilizados concretamente, mais surge a necessidade de compreendê-los em profundidade e abrangência.

E a última motivação destacada diz respeito às intenções pessoais que versam entre o gosto e a curiosidade sobre o tema, a fascinação pelas ideias em torno da memória e suas manifestações, bem como a vontade de compreender minuciosamente os termos que a acompanham e seus usos, decorrentes da concretização de suas manifestações.

Observando, por meio de uma leitura exploratória, a vinculação dos estudos sobre memória a diversos termos, esta pesquisa destaca memória coletiva e memória social, não por serem as mais utilizadas na CI, mas, por aparentemente representarem ideias semelhantes e serem utilizadas em contextos diversos, o que

leva a possíveis imprecisões em seus usos. Esta pesquisadora considera ter tido episódios em que presenciou ou protagonizou supostamente usos indevidos dos termos e isto foi o despertar para estudos mais profundos no que tange ao entendimento dessas ideias. Assim, constatadas as implicações pelo uso impreciso dos termos, surgiu a necessidade de aprofundamento sobre o tema, de modo a esclarecer estas expressões.

Entende-se que a memória é carregada de significados e há utilização de diversos termos passíveis de acompanhar seu conceito, podendo-se mencionar o de memória cultural (ASSMANN, 2011), memória institucional (THIESSEN, 1997), entre outros encontrados no amplo universo teórico sobre o tema. Todavia, a escolha pelos termos “coletivo” e “social” se estabelece a partir da ideia de que há tendência à imprecisão interposições quando da utilização de ambos como sinônimos.

Câmara (2015) alerta que alguns autores, como Gondar, atribuem a Halbwachs a constituição da disciplina memória social para distingui-la da memória individual, ao passo que essa diferenciação não tem sido unanimidade entre outros autores, evidenciando que “[...] o próprio critério usado para distinguir a memória social da coletiva varia conforme os autores enfocados. Assim, o repensar sobre essas distinções faz-se necessário quando se deseja explicitar os conceitos em jogo na constituição de um corpo de conhecimentos” (CAMARA, 2015, p. 21).

Dessa forma, a não distinção clara dos conceitos acarreta numa mistura de ideias que pode caracterizar uma fragilidade teórica no planejamento e desenvolvimento dos estudos sobre o tema. Essa combinação de ideias aproxima-se também da crença defendida por Bufrem e Breda (2008, p. 42), de que um objeto de conhecimento se constrói “[...] na medida em que os estudiosos contribuem para sua inserção em determinado campo científico”. É por esse caminho que este estudo pretende seguir, dirimindo problemáticas acerca do campo e contribuindo para o fortalecimento das produções científicas e reflexões futuras.

Importa observar que a ausência de um consenso sobre o conceito de memória na CI decorre da saudável diversidade de ideias entre os próprios professores e pesquisadores atuantes na área, por sua vez oriunda de concepções sociais, políticas e ideológicas presentes na cultura do grupo.

Evidentemente, essa prática intelectual está ligada também a sistemas de crenças e valores. É natural que não haja unanimidade entre intelectuais e pesquisadores. Trabalhar com maneiras diferentes de pesquisar é uma

condição necessária à riqueza e à multiplicidade do pensamento e da produção do conhecimento (ABREU, 2005, p. 30).

No entanto, ao mesmo tempo em que reflexões sobre sua conceituação emergem, o crescente interesse em produções sobre esse campo na CI, o não consenso pode acarretar uma mistura de ideias que fragilizam as próprias produções, o diálogo com os temas tangenciais e os argumentos elaborados. Revela problemas internos acerca do vínculo dos estudos de memória com o campo, suas posições e circunstâncias epistemológicas, denotados por concepções equivocadas, imprecisões conceituais e ausência de filiação teórica. Nesse sentido, a proposta deste trabalho se situa como uma possibilidade de consenso da área sobre o tema.

Com isso, o trabalho se estrutura da seguinte maneira: esta primeira seção, apresentando o tema, a problemática, os objetivos e as justificativas; em seguida, o percurso metodológico em que é explicitado o processo de busca pelas respostas necessárias para cumprir o que se propõe como pesquisa; uma seção teórica em que se contextualiza a Ciência da Informação apresentando um breve histórico e seu objeto de estudo; outra seção teórica apresentando a memória e suas faces a fim de compreender os termos que por ventura a acompanham, com ênfase nas memória coletiva e memória social; em seguida, são apresentados os dados coletados na Brapci, de uma forma estruturada para dar prosseguimento à análise e discussão dos resultados; uma seção com as considerações finais e, por último, a lista das referências.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

O método científico é o encaminhamento dado à investigação. E fazer pesquisa é um fazer intencional, que permite a visão de opções, impondo-se o reconhecimento desses caminhos, “intenção que justifica a recorrência ao testemunho daqueles com quem caminhamos e dos quais usufruímos saberes” (BRUFREM, 2011, p. 1). Assim, “o caminho não é um andar às cegas e a trajetória da pesquisa não se faz por ensaio e erro” (BRUFREM, 2011, p. 2-3). Todavia, Becker (1993) alerta que cada estudo merece um tipo de abordagem diferente, específico para aquele objeto e que o método, nas pesquisas em Ciências Sociais, somente se define quando se reconhece a totalidade da realidade ou objeto pesquisado.

Nesse sentido e, com base nos objetivos a serem alcançados, os procedimentos aplicados a este estudo têm o intuito de descrever os usos das concepções teóricas de memória coletiva e memória social a partir da produção científica no contexto da CI no país, de modo a analisar os conceitos de uso recorrente na área e diferenciá-los e enfim propor uma definição de ambos os conceitos. Para tal, é preciso estabelecer a natureza, os objetivos, os procedimentos e instrumentos de pesquisa para concretizar seu desenvolvimento.

Quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa teórica, uma vez que tem como finalidade um estudo conceitual acerca do tema memória. Em termos práticos esse tipo de pesquisa requer a imersão sobre pensadores, obras, teorias e conceitos, não se estendendo ao trabalho de campo para coleta de dados e construção de seus resultados. Assim entendida, a pesquisa aprofunda-se na discussão sobre os fundamentos teóricos da área para reconhecer e compreender os usos dos termos e dos conceitos por eles representados, sem oposição à realidade empírica, pois nela se fundamenta.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva e propositiva. Constitui-se de uma análise minuciosa para descrição do objeto de estudo, uma vez que o conceito de descrição pressupõe o de exploração e análise, bem como propõe os conceitos de memória coletiva e de memória social como resultado da especificidade expressa em cada um dos termos.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é bibliográfica, pois é desenvolvida com base em material já existente e publicado, como livros e artigos de periódico.

E para a coleta dos dados, foi realizado levantamento das produções científicas da área de CI que apresentam em seu arcabouço teórico discussões relativas à memória coletiva e memória social. Para tanto, realiza análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 38), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, cuja intenção é inferir conhecimentos relativos aos dados, recorrendo a indicadores. Essa análise tem como objeto as principais categorias ou aspectos da realidade para dar subsídio à construção do modelo proposto no objetivo geral.

A análise de conteúdo foi escolhida, portanto, por se tratar de um conjunto de procedimentos cujo objetivo é descrever e interpretar o conteúdo constituinte dos documentos e textos. Suas descrições sistemáticas, a partir de elementos quantitativos ou qualitativos, contribuem para a compreensão de seus significados em um nível que uma leitura comum não daria conta (MORAES, 1999).

Além disso, faz-se uso da Análise de Conceito, a qual é consagrada na área por conta da Teoria do Conceito formulada por Ingetraut Dahlberg. Para ela, a definição assume um importante papel, na medida em que fixa um entendimento sobre um objeto, sinalizando o contexto. Importa salientar também a filosofia grega clássica como originária da ideia de definição e, de modo especial, a lógica aristotélica como sua precursora, que continua a influenciar o trabalho de classificação sob ponto de vista linguístico e epistemológico.

Igualmente, a denominação de um conceito deve ser precisa e objetiva, refletindo seu conteúdo, detalhado na definição (ROCHA; CAMPOS, 2020). Dessa forma, os conceitos consistem em abstrações da realidade, na medida em que são produtos e instrumentos da capacidade do homem de pensar e falar sobre a realidade que o circunda a partir dos seus conhecimentos (DAHLBERG, 1978).

Conforme Dahlberg (1978, p. 106), as definições são “indispensáveis para a argumentação e para as comunicações verbais, colocando-se, ainda, como elementos necessários à construção de sistemas científicos, sendo especialmente importantes para a comunicação internacional do conhecimento”. Com isso, a autora faz uma distinção entre definições nominais e definições conceituais (também chamadas de definições reais). As primeiras visam à fixação do sentido e do uso de determinada palavra, relacionando-se com o conhecimento contido na linguagem. Já as definições conceituais objetivam delimitar a intensão de determinado conceito,

distinguindo-o de outros com características idênticas; ou seja, buscam apresentar o conhecimento contido sobre determinado conceito em um dado contexto de aplicação (DAHLBERG, 1978).

De um lado, existe aquilo que deve ser definido (o *definiendum*) e, de outro, aquilo pelo qual alguma coisa é definida (o *definiens*). A partir dela são colocados os limites que permitem um entendimento preciso e acordado sobre um conceito (ROCHA; CAMPOS, 2020). Dahlberg criou a figura do triângulo conceitual, pela qual é possível observar como se relacionam os três pontos focais – sinalizados pelas letras A, B e C – necessários a formulação de um conceito. A construção do conceito envolve, portanto, os seguintes passos: o referencial (A), o predicacional (B) e o representacional (C) (DAHLBERG, 1978a, p. 144).

O item de referência – o referente – é representado pela letra A. A letra B corresponde às características a ele atribuídas, explicitando o processo de predicação apontado. Tais características influem, ainda, no processo de designação que ocorre na forma verbal – letra C –, em que um termo será utilizado para sintetizar e representar o referente a partir de um consenso definido tendo em vista os propósitos da comunicação, configurando o processo de denotação.

Seguindo estas perspectivas, para melhor compreensão sobre como se deu o percurso de desenvolvimento desta pesquisa, foi elaborado um quadro explicativo.

Quadro 1 - Percurso metodológico

OBJETIVOS	MÉTODOS	PASSO A PASSO
Explorar os conceitos de memória na literatura, levando em consideração os termos que lhe atribuem sentido	Pesquisa bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seleção de textos de autores seminais no que tange à memória;</li> <li>- Leitura e extração dos conceitos de memória.</li> </ul>
Descrever o uso dos conceitos de memória coletiva e memória social nos estudos em Ciência da Informação no Brasil indexados na BRAPCI	Análise de conteúdo e Análise de conceito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Categorização, registro e interpretação dos conceitos de memória coletiva e memória social.</li> <li>- Descrição dos conceitos identificados memória coletiva e social de forma sistematizada.</li> </ul>

Apresentar a distinção entre os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um dos conceitos expressos pelos autores, atribuídos ao termo memória

Elaboração dos conceitos de memória coletiva e memória social.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A exploração dos conceitos de memória na literatura, levando em consideração os termos que formam memória coletiva e memória social, foi realizada a partir da seleção de textos de autores seminais em seus estudos referentes à memória. Entende-se por seminal, para a compreensão desta pesquisa,

[...] aquele autor inaugural de uma teoria, ou corrente teórica, o primeiro a inspirar uma concepção ou concepções que a geraram. Esse conceito apropria-se do adjetivo referente a sêmen, metaforicamente atribuído àquele que estimula novas criações, que traz novas ideias, é inspirador ou gerador de novas obras (BUFREM, 2020, p. 12).

Os autores escolhidos foram aqueles cuja importância é reconhecida pelos produtores de conhecimento sobre o assunto, seja no âmbito da pós-graduação seja da própria produção científica. Estes, são úteis para a construção do referencial teórico deste trabalho ao mesmo tempo em que auxiliam na análise e discussão dos dados que resultarão na tese defendida. Destacam-se **Maurice Halbwachs** para memória coletiva e **James Fentress e Chris Wickham** para memória social, uma vez que os textos do primeiro autor foram pioneiros ao enfocarem o fator social no conceito de memória, mostrando a existência da relação íntima entre o individual e o coletivo, enquanto os outros dois, em trabalho conjunto, reivindicam o lugar da memória como fonte de conhecimento ao passo em que esta fornece ao grupo material para reflexão consciente.

A análise dos conceitos de memória coletiva e memória social nos estudos em CI no Brasil foi realizada a partir da produção científica indexada na Brapci, por ser uma base de dados representativa da comunidade científica da área e de sua produção, em âmbito nacional, contemplando itens publicados em periódicos e anais de eventos. Este processo se deu utilizando-se da Análise de Conteúdo com a finalidade de categorizar, descrever e interpretar as concepções de memória coletiva e social dentro desse contexto.

Para isso, foi realizada a busca na base de dados, utilizando-se os termos “memória coletiva” e “memória social”, entre os anos de 1972, primeiro ano disponível para busca na base, e 2020, último ano do período analisado. Foram recuperados um total de 86 documentos por meio do termo memória coletiva e 120 documentos por meio do termo memória social.

Realizada esta busca e recuperação da produção científica em CI sobre memória coletiva e social, foi feita a seleção dos documentos encontrados, de modo que fosse possível identificar se todos tratam de fato dos temas de interesse para este estudo. Dessa forma, foi utilizado um sistema de pontuação, considerando-se os campos: título, resumo e palavras-chave. Para cada campo em que foi detectada a menção dos termos “memória coletiva” ou “memória social” foi atribuído 1 ponto, sendo selecionados para a fase de análise os documentos que obtiveram pelo menos 2 pontos.

Para esta etapa, os documentos foram categorizados para serem apresentados da seguinte maneira:

- 1) Referência da publicação
- 2) Título
- 3) Resumo
- 4) Palavras-chave

No item 1, a referência da publicação foi gerada pela própria base de dados que, ao fazer a busca pelos descritores solicitados, oferece a opção de selecionar os documentos recuperados para gerar um arquivo, podendo um deles ser em formato *Word* em que cada item é apresentado como referência (conforme ABNT).

No item 2, consta se o título da publicação contém o termo “memória coletiva” ou no outro caso o termo “memória social”. Em caso afirmativo, esta categoria foi marcada com um “x” para que seja atribuída sua respectiva pontuação.

No item 3, consta se o resumo da publicação contém o termo “memória coletiva” ou no outro caso o termo “memória social”. Em caso afirmativo, esta categoria foi marcada com um “x” para que seja atribuída sua respectiva pontuação.

No item 4, consta se as palavras-chave da publicação contém o termo “memória coletiva” ou no outro caso o termo “memória social”. Em caso afirmativo, esta categoria foi marcada com um “x”, como nos casos anteriores

Em seguida, as publicações com dois ou mais pontos, por apresentarem os termos “memória coletiva” ou “memória social” nos campos supramencionados,

foram analisadas por meio de uma leitura flutuante (BARDIN, 1997) para se identificarem: 1) os autores cuja produção de memória coletiva ou social foi citada de modo que tenham dado subsídio para o entendimento de suas concepções sobre o tema, direcionando os usos e posicionamentos no desenvolvimento de cada estudo; e 2) as concepções de memória coletiva ou social apresentadas em cada uma dessas publicações, a fim de facilitar a análise sobre esses usos na literatura científica da CI.

Esta categorização é considerada útil para se visualizar a produção científica acerca das temáticas em questão e dar subsídio para a análise realizada.

Dessa forma, extraídos os conceitos do *corpus* em análise, foram evidenciados aqueles mais recorrentes (de memória coletiva e memória social) na CI, bem como sua utilização na produção científica da área. Esta etapa abrange o terceiro objetivo da pesquisa que corresponde à descrição do uso dos conceitos de memória coletiva e memória social na produção científica em CI, realizado a partir da Análise de Conceito de Dahlberg.

Uma vez que a autora da Teoria do Conceito considera que o sentido do termo deve ser considerado a partir dos contextos e da própria comunidade que dele faz uso, será observado também quem e de onde são os autores que publicaram sobre o tema nos últimos anos, os quais foram indexados na BRAPCI, bem como sua formação profissional e acadêmica, à época da publicação.

Para isso, a análise se dá levando em conta inicialmente o texto apresentado pelos autores em seus trabalhos quando tocam na questão da memória coletiva e/ou memória social, ou seja, o texto em sua literalidade. Em seguida, o olhar se volta para os critérios utilizados pela Análise de Conceitos a fim de identificar sua coerência, conforme o **Quadro 2**. E, por último, serão observadas as informações referentes aos autores.

Quadro 2 - Critérios para Análise de Conceitos por Dahlberg

<b>Simplicidade</b>	Usar somente as características necessárias de um referente; conceitos adicionais podem ser mencionados para indicar novos conceitos formados a partir do referente.
<b>Clareza</b>	Usar palavras e termos claros e que já tenham sido definidos no contexto/ambiente em que a definição se insere.

<b>Nível</b>	As expressões utilizadas devem coincidir com a linguagem e área de assunto dos destinatários (por exemplo, o uso de termos técnicos para cientistas).
<b>Justaposição de definições</b>	Não usar termos equivalentes, sinônimos ou quase-sinônimos do <i>definiendum</i> , visto que isso não produz uma definição orientada ao referente.
<b>Correspondência com o referente</b>	O <i>definiendum</i> e o <i>definiens</i> devem ter um único referente. Se um se refere a um processo e outro a um objeto, a definição não é aceitável.
<b>Completude da definição</b>	Definições são completas quando cobrem todas as características necessárias do referente de forma estruturada.
<b>Adequação da extensão de uma definição</b>	Como uma definição delimita o uso de um termo no discurso pelas características necessárias (sua intensão) incluídas, deve-se ter cuidado para que a seleção dessas características não diminua ou amplie inadequadamente o uso de seu <i>definiendum</i> .
<b>Inclinação nas definições</b>	Definições não devem incluir pontos de vista. O exemplo da definição “Desenvolvimento = o processo pelo qual as práticas e instituições ocidentais são adotadas por países não ocidentais” mostra que ela revela subjetividade, não ancorada em bases científicas.
<b>Mistura de conceitos</b>	Um conceito geral não deve receber uma interpretação especial por falta de um termo especial adequado. No exemplo da definição “Desenvolvimento = a institucionalização de organizações e procedimentos”, percebe-se que não é definido o conceito geral de desenvolvimento, mas um conceito especial, talvez o de “desenvolvimento político”. Logo, esta definição está incorreta.
<b>Circularidade da definição</b>	A circularidade pode ocorrer de duas formas: usando o <i>definiens</i> de uma definição como o <i>definiendum</i> de outra (“Papel = uma posição socialmente reconhecida”; “Posição = um papel socialmente reconhecido”); ou usando um gênero próximo no <i>definiens</i> já definido em outro lugar no sistema de definições como um subconceito do conceito em questão: («Relação ( <i>relation</i> ) é uma razão entre grau, número, etc. entre dois elementos”; “Razão ( <i>ratio</i> ) = é uma relação fixa em grau, número, etc. entre dois elementos”).

Fonte: Rocha e Campos (2020)

Finalizadas estas etapas, o objetivo é responder ao que se pretende com este trabalho que é propor uma definição a partir das especificidades de cada um dos

conceitos expressos pelos termos social e coletiva, atribuídos ao termo memória. Dito de outro modo, uma proposta de definições sobre o que é específico em cada um dos conceitos expressos pelos dois termos: memória social e memória coletiva. Aprofundando-se nas teorias relativas a cada um dos conceitos, encontradas e interpretadas na literatura sobre memória. Esta seria uma contribuição pessoal, ou seja, a tese defendida.

### 3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para analisar o uso das concepções teóricas de memória coletiva e memória social no âmbito da Ciência da Informação (CI) brasileira, é necessário compreender o que é essa ciência, sua origem e evolução ao longo dos tempos, elementos consolidadores, abrangência, limitações e aspectos relevantes que possibilitem o entendimento da área como um todo e sua relação com os aspectos inerentes à memória, foco desta pesquisa.

#### 3.1 Conceito e histórico da área

Para a compreensão aspirada, não se pretende aqui elaborar uma espécie de tratado sobre a área, mas reunir e apresentar algumas questões importantes da história e entendimento da CI, sobretudo aquelas pertinentes a esta investigação, a partir de trabalhos de estudiosos da área. Conhecer esses processos será essencial para as discussões que seguem.

De acordo com Le Coadic (1996), o desenvolvimento da produção de informações e de sistemas informacionais trouxe a necessidade de uma ciência que tivesse por objeto de estudo a informação, neste caso, uma ciência da informação, bem como uma tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência. A CI, portanto, tem sua preocupação voltada para os aspectos teóricos e práticos que envolvem a informação. Engloba disciplinas que dizem respeito à “produção, comunicação e consumo da informação” (ORTEGA, 2004, p. 8). É considerada a área do conhecimento que investiga a informação que vincula o homem ao contexto de comunicação e registro de suas vivências consideradas importantes para a permanência.

Targino (1995, p. 12), considerando a CI como instituição social dinâmica, contínua e cumulativa, entende a área como decorrência da Biblioteconomia e da Documentação, definindo-a como: “o conjunto de conhecimentos relativos à origem, à coleta, à organização, ao armazenamento, à recuperação, à interpretação, à transferência, à transformação e à utilização da informação”.

Para Saracevic (1996, p. 47), por sua vez, a CI é vista como:

[...] um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de

seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.

Esse entendimento de ciência que se dedica aos registros dos seres humanos, envolvendo a produção, comunicação e uso da informação, é o que possibilita o diálogo com a memória, aproximando uma área da outra, colocando ambas em lugar privilegiado na história do conhecimento.

Além disso, o uso das tecnologias da informação tem papel fundamental nas atividades associadas a CI, influenciando inclusive aspectos teóricos e conceituais. Wersig (1997) define a área como o conjunto de modelos pensados sob o ponto de vista do problema do uso do conhecimento na era da informatização, ou seja, a dinâmica da disseminação e uso dos elementos informacionais por meio da inserção dos aparatos tecnológicos na sociedade. Sendo a tecnologia também uma forma de preservar a informação, pode ser considerada como um conjunto de elementos úteis para a manutenção da memória e pauta nas discussões sobre o tema no que diz respeito à sua teoria e prática.

Os ambientes virtuais e digitais também se tornaram importantes para investigação na área, tendo uma relação estreita com o conceito de memória, uma vez que a preservação é a garantia de sua guarda e recuperação (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008). Sobre esse aspecto, Silva e Holanda acrescentam:

A memória mantém-se em estado virtual, atualizada segundo demandas e interesses do presente, muitas vezes efêmeros. As novas tecnologias de informação e comunicação permitem várias possibilidades de pesquisa na área de ciência da informação, incluindo a memória e, por conseguinte, o esquecimento (SILVA; HOLANDA, 2012, p. 8).

Nesse contexto, pode-se dizer que a CI se constrói e se consolida a partir da informação, da comunicação e da tecnologia, elementos que interagem entre si. O primeiro deles, em termos objetivos, seria a “unidade do conhecimento ou o dado agregado de valor comunicacional”, o segundo diz respeito ao aspecto que “vulgariza o conhecimento por meio da disseminação massiva possibilitada pela tecnologia”, e o último se refere à “ferramenta transformadora das formas de produção e transmissão de conteúdos” (ORTEGA, 2004, p. 9). A relação desses elementos supracitados com o contexto da memória se dá por meio da discussão acerca do que se pretende manter, que seria a informação; para que manter, que seria para a comunicação; e como manter, o que seria através da tecnologia.

A gênese da CI, segundo Russo (2010), tem como cenário a revolução científica e técnica iniciada a partir da Segunda Guerra Mundial, sendo influenciada pela Documentação e Recuperação da Informação. A primeira pelo desenvolvimento de novas instituições e novos conceitos, como o de documento, por exemplo. A segunda influência é percebida a partir da

[...] criação dos sistemas automatizados de recuperação de informações, que começaram a surgir em meio ao *boom* informacional presente após a Segunda Guerra Mundial. O interesse dos países mais desenvolvidos pelas atividades de ciência e tecnologia, que ocasionou um aumento considerável na geração e nas buscas de conhecimentos, dá origem ao fenômeno que foi denominado, por VANNEVAR BUSH, de explosão da informação. Esse fenômeno foi, também, explicado por Saracevic (1996) como um problema social que teve seu início com o desenvolvimento das ciências e hoje se estende para todas as atividades humanas (RUSSO, 2010, p. 49).

Esses componentes que influenciaram a origem da CI são institutos de memória, uma vez que a Documentação, por exemplo, tem como seu objeto principal o documento, uma forma de manutenção da memória, pois seu registro tem, dentre outros, a intenção de preservar dada informação; e a Recuperação da Informação que, através dos sistemas automatizados, apresenta ferramentas que auxiliam no acesso a esses documentos, possibilitando sua perpetuação e transformação nas noções de tempo e espaço contemporâneas. Essa relação é comentada por Benedicto Silva na introdução da obra "Teoria e Prática de Arquivos" da professora Marilena Leite Paes, quando afirma que "A documentação representa o papel da memória nas instituições" (MIRANDA, 1973). Outro evento também pode ser considerado importante para a história da CI é a descrição da Teoria Matemática da Informação, realizada por Claude Shannon e Warren Weaver, na década de 1940. A título de contextualização,

[...] esses dois engenheiros de rádio e telefonia, entendendo o processo de comunicação como a transmissão de uma mensagem entre uma fonte (emissor) e um destino (receptor), utilizando um canal, estabeleceram uma analogia com a transmissão de sinais elétricos por meio de canais mecânicos de comunicação. Porém, essa teoria não se importava com o conteúdo ou a finalidade da informação, considerando-a como somente aqueles símbolos que são incertos para o receptor (RUSSO, 2010, p. 51).

Já Ortega (2004) afirma que a CI surge no final dos anos 1950, como uma área levada pelas manifestações, em períodos e formas distintos, mas com origens comuns, da Biblioteconomia (nos Estados Unidos) pela vertente prática da área e da

Documentação (na Europa) pelo olhar mais humanista. Entretanto, alega que “[...] a história da Ciência da Informação apresenta menos dados factuais, mas muita discussão sobre sua mal resolvida identidade e controvertida constituição como área de conhecimento” (ORTEGA, 2004, p. 8).

Em contrapartida, Smit e Barreto (2002, p. 10) consideram a impossibilidade de afirmar que a CI se constitui alicerçada pela Biblioteconomia “como uma teoria elaborada a partir da prática”, uma vez que a área incorporou conceitos de outras áreas e elegeu a informação como seu objeto de estudo, distanciando-se do documento enquanto suporte material para investigação. Esta colocação a respeito da relação entre CI e Biblioteconomia também pode fazer sentido quando se pensa na relação com a Documentação.

No contexto brasileiro, a área foi introduzida na década de 1970 com a chegada do curso de mestrado em Ciência da Informação, implantado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão federal de financiamento a pesquisa no país. Tal instituição vem realizando ao longo dos anos importantes atividades na área de bibliografia e documentação, atuando também na promoção da popularização da informação científica e tecnológica no país (IBICT, 2019).

Considerando que a consolidação de um campo do conhecimento pode ser avaliada pela análise de suas sociedades científicas, seus canais de comunicação, e suas instituições de ensino e pesquisa, pode-se dizer que a CI no Brasil se consolida a partir de alguns meios. Primeiro, mas não necessariamente nesta ordem cronológica, da criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), na década 1980, constituindo-se na principal sociedade científica da área (RUSSO, 2010).

No Brasil, a sociedade científica que congrega os pesquisadores da área de C.I. é a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (Ancib). Criada, em junho de 1989, tem como um de seus objetivos a promoção do desenvolvimento da pesquisa, do intercâmbio e da cooperação entre seus associados. A Ancib realiza, periodicamente, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), que se constitui em um evento no qual os pesquisadores apresentam e discutem seus trabalhos de pesquisas concluídas ou em andamento (RUSSO, 2010, p. 65).

A ANCIB, bem como o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), é organizada em Grupos de Trabalho (GT) que discutem cada uma das subáreas que constituem a CI: GT1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT2 - Organização e Representação do Conhecimento; GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT4 - Gestão da Informação e do Conhecimento; GT5 - Política e Economia da Informação; GT6 - Informação, Educação e Trabalho; GT7 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT8 - Informação e Tecnologia; GT9 - Museu, Patrimônio e Informação; GT10 - Informação e Memória; GT11 - Informação & Saúde e GT12 - Informação, Estudos Étnicos-Raciais, Gênero e Diversidade<sup>2</sup>.

Sobre isso, o GT10 que, intitulado “Informação e Memória”, debate, divulga e visibiliza estudos sobre as relações entre os campos do conhecimento da CI e da Memória, seus conceitos, práticas e teorias, bem como articulações transdisciplinares (ANCIB, 2020). É importante destacar que, historicamente, a memória esteve vinculada ao GT2, Organização e Representação do Conhecimento, nos ENANCIB's, somente com a criação do GT1 é que se destacou como temática, embora tenha sido incluída no GT9 (AZEVEDO NETTO; DODEBEI, 2017).

Em nível de graduação, a área conta com a Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN), entidade científica surgida em 2001, a qual congrega os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação ministrados nos país (RUSSO, 2010).

Outro fato importante para a história da CI e sua consolidação no Brasil foi a criação do primeiro veículo formal de comunicação dos resultados de pesquisas realizadas na área. Destaca-se a publicação, a partir de 1972, da revista *Ciência da Informação*, associada às atividades acadêmicas do curso de mestrado (RUSSO, 2010).

A edição de revistas técnicas, na área de C.I., no Brasil, só começou na década de 1970, com a revista *Ciência da Informação*, a partir de 1972. Essa revista foi criada pelo IBBD, com a finalidade de se constituir em um veículo de divulgação e desenvolvimento da informação no Brasil. A partir daí várias outras começaram a ser publicadas, muitas delas vinculadas aos cursos de pós-graduação (RUSSO, 2010, p. 66, grifo do autor).

---

<sup>2</sup> Criado no Enancib, edição 2021.

Vale destacar que a CI está inserida no esquema de classificação das áreas do conhecimento do CNPq, incluída na subdivisão Ciências Sociais Aplicadas, da qual fazem parte a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e a Comunicação, em que todas apresentam a informação como seu objeto de estudo, cada qual com um olhar específico, entendendo-a de formas diversificadas. No caso da CAPES, a CI está inserida na área intitulada “comunicação e informação” (antiga área de ciências sociais aplicadas I) juntamente com a Comunicação e a Museologia.

### **3.2 O objeto de estudo**

Expressamente, a informação sempre foi tema de estudos ao longo da evolução da humanidade. Quanto mais a informação é adquirida, mais resultados positivos poderão ser obtidos por quem dela faz uso. E quanto menos informações um indivíduo tem, mais difícil será para ele tomar decisões e desenvolver suas atividades diárias, sejam elas de cunho profissional ou pessoal.

A questão da cidadania está diretamente ligada a isso, uma vez que quanto mais informação e domínio sobre a realidade, mais positiva será a posição do indivíduo enquanto cidadão, o que vai ao encontro do que Targino (1991, p. 154) comenta: “A cidadania, então, é um status concedido àqueles que são elementos integrais de uma comunidade”, os cidadãos, os quais apenas o são quando passam a ter consciência de seus deveres e acesso a seus direitos. É a informação que viabiliza o exercício da cidadania, pois esta

[...] se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe o acesso a informações variadas e atualizadas, quaisquer que sejam os suportes físicos (TARGINO, 1991, p. 156).

De modo geral, a informação pode ser definida como um conjunto de dados organizados, que apresenta uma mensagem com sentido sobre determinado elemento. É um fenômeno que confere sentido às coisas, uma vez que, por meio de códigos ou dados, forma elementos significativos que se convertem em pensamento humano. Agrega possibilidades para a resolução de problemas, auxiliando nas tomadas de decisões. E tem a materialidade como seu principal atributo, como apontado por Silva:

[...] um objeto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA, 2006, p. 150).

Entretanto, a informação pode apresentar conceito ambíguo, de múltiplos significados, sendo utilizada por diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, é importante entender melhor o que seria esse objeto de estudo e como ele se constrói no contexto específico da CI.

A área tem certa dificuldade em definir seu objeto de estudo e objetivos, uma vez que a informação apresenta sentido amplo. Nela, e em diversas áreas, é possível encontrar divergência em seu entendimento. Contudo, pode-se afirmar que na CI a informação está ligada ao conhecimento registrado, passível de transferência e percepção, cuja atribuição de sentidos é dada pelos indivíduos. Esse conhecimento registrado

[...] abrange os manuscritos e impressos de toda espécie que, em números que alcançam vários milhões, foram compostos ou publicados na forma de volumes, periódicos e publicações de arte, constituindo em seu conjunto a memória materializada da humanidade, na qual, dia a dia, foram registrados os fatos, as ideias, as ações, os sentimentos e os sonhos, quaisquer que sejam, que tenham impressionado o espírito humano (OTLET, 2018, p. 59).

O termo informação encontra na visão de Wurman (1995) a ideia de que só pode ser aplicado àquilo que leva à compreensão. Miranda (1999, p. 285), por sua vez, conceitua informação como “dados<sup>3</sup> organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão”. E para Lussato (1991), informações são dados contextualizados, que visam a fornecer uma solução para determinada situação de decisão.

Buckland (1991), ao discutir sobre informação, fundamentando-se na concepção enciclopédica, apresenta uma distinção entre três aspectos que a envolvem: informação como coisa, informação como processo e informação como conhecimento. Para o autor, a informação como coisa, noção amplamente empregada na CI, estaria relacionada à tangibilidade dos objetos a qual possibilita a sua materialização e transmissão, como dados e documentos, ou seja, como um produto. A informação como processo estaria vinculada ao ato de informar ou

<sup>3</sup> “[...] dados são sinais que não foram processados, correlacionados, integrados, avaliados ou interpretados de qualquer forma, e, por sua vez, representam a matéria-prima a ser utilizada na produção de informações” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 15).

comunicar sobre um fato ou ocorrência, modificando a carga cognitiva do receptor, ou seja, como um fazer, uma prática. Já a informação como conhecimento é usada para denotar aquilo que é percebido como resultado do processo cognitivo.

Saracevic (1996), por sua vez, considera o objeto de estudo da CI como o comportamento, as propriedades e os efeitos da informação, o que permite concluir que a área estuda: 1) a dinâmica e a estática do conhecimento, ou seja, suas fontes, organização, criação, dispersão, distribuição, utilização, expressão bibliográfica e obsolescência; 2) os aspectos comunicacionais relacionados ao homem enquanto produtor e usuário de informação; 3) os problemas da representação simbólica da informação como na classificação e indexação; e, por extensão, 4) o funcionamento de sistemas de informação como as bibliotecas e os serviços de armazenagem, recuperação e processamento de dados.

Nota-se que os autores mencionados entendem a informação como aquilo passível de compreensão que, comunicado e organizado de forma contextual, passa a ser significativo e útil. Contextualizando a ideia de informação enquanto objeto de estudo da CI, utilizando-se do delineamento de Saracevic (1996), é possível relacionar a memória ao destrinchar os quatro aspectos por ele apresentados.

Em primeiro lugar, ao considerar a dinâmica e estática do conhecimento, devem ser levados em conta os aspectos de memória inerentes a esses processos. Criar a informação é utilizar o recurso humano da memória para unir os conhecimentos adquiridos e produzir o seu próprio; o produto gerado é a fonte, a qual foi pensada para diminuir os riscos da perda da informação pela memória humana e garantir sua permanência; estas fontes precisam ser organizadas de modo que sejam otimizados os processos de guarda e localização em momento posterior; esse processo é finalizado na distribuição e utilização por parte do indivíduo que fomentam novos produtos, voltando para o início do processo, num ciclo, para a geração de novos conhecimentos.

Em segundo lugar, considerando os aspectos da comunicação em que o homem produz e usa a informação, deve-se levar em conta que a memória também faz parte desse processo, sendo um elemento catalisador da manutenção e disseminação da informação, uma vez que a comunicação é uma necessidade social e a memória humana é colocada com certas fragilidades se comparada a outros elementos úteis para a efetiva comunicação (fontes e canais). Além disso, o processo de comunicação perpassa a memória do início ao fim, em se tratando de

lembrança e esquecimento, desde a saída da mensagem por meio do emissor até quando essa informação atinge o receptor e outra informação é gerada.

Em terceiro lugar, a representação simbólica da informação tem sua relação com a memória no que tange a dois pontos: a extensão da informação, uma vez que em tamanho reduzido facilita a memorização; e a recuperação facilitada, que possibilita a concretização dos objetivos que permeiam a preocupação com a manutenção da memória, que é o acesso à informação em momento posterior e sem prejuízos.

Vale enfatizar em relação a esses três aspectos que deve ser levada em consideração a situação social dos indivíduos envolvidos na prática informacional<sup>4</sup>. Ela está submetida às circunstâncias históricas e culturais nas quais os indivíduos estão atuando e às determinações que vêm sofrendo. É através da informação, e suas ações, que os indivíduos estabelecem formas de interação e socialização.

E, por último, os sistemas de informação que foram pensados e construídos para otimizar o armazenamento, processamento e recuperação da informação, tendo estrita relação com a memória, uma vez que em certa medida esses processos garantem, ou pelo menos otimizam, o objetivo fim da manutenção da memória: o acesso.

Já de acordo com Le Coadic (1996, p. 2), “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”.

O autor acrescenta:

A informação comporta elementos de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 1996, p. 5).

Ao considerar a informação um elemento de sentido transmitido a um ser consciente, o autor condiciona esse fenômeno ao registro. Para ele, não há restrições quanto a forma como será realizada ou onde será colocada, mas evidencia a necessidade de um registro. É essa condição que leva ao processo de manutenção da memória.

Para Smit e Barreto (2002, p. 21), informação se refere a

---

<sup>4</sup> As práticas informacionais podem ser relativas aos clássicos processos de formulação de necessidades de informação, comportamentos de busca e procura de informação e uso.

[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação.

E acrescentam que os objetivos da área se inscrevem em realidades diferenciadas, ou seja, na interseção de três mundos: o mundo subjetivo, que é o da geração e assimilação de informação; o mundo objetivo, que é o dos equipamentos e instrumentos com que opera; e o mundo cibernético, que é o da internet em que há rompimento entre as noções de tempo e espaço.

Os objetivos e a abrangência da Ciência da Informação pertencem a esses diferentes mundos e às suas interações. Estes objetivos se modificam de acordo com os deslocamentos dos mundos e da velocidade com que estes mudam. É na articulação destes espaços-mundos, em suas prioridades, que estão localizados a pesquisa, o ensino e a atuação profissional na Ciência da Informação (SMIT; BARRETO, 2002, p. 18).

Essas estruturas invocadas pelos autores dialogam diretamente com o entendimento de memória e necessidade de sua manutenção. Preservar a informação com a finalidade de promover o acesso, quebrando as barreiras do tempo e do espaço, para a geração do conhecimento, é pensar e agir no cuidado com a memória. Por isso, produzir informação (registrada) e criar instrumentos para reprodução, guarda e acesso é manter vivo o diálogo entre a CI e a memória.

Le Coadic (1996, p. 6) lembra que o advento da escrita trouxe mudanças para a história da comunicação e uma forte ligação com a memória. A comunicação que passou de oral a escrita teve como, multiplicar a informação e memorizá-la, “permitindo assim exteriorizar, primeiro, nas bibliotecas, uma das funções do cérebro humano, que é a memória”.

Com isso, a ciência que estuda a informação é responsável pelo entendimento do ciclo informacional, ou seja, a construção, a comunicação e o uso da informação. Esse processo finda na memorização da informação, um modo de otimizar uma função muito importante do cérebro humano e necessária para a perpetuação do conhecimento.

Ao fazer um percurso sobre a evolução da informação, Gleick (2011, p. 9) afirma que esta “[...] é aquilo que alimenta o funcionamento do nosso mundo: o sangue e o combustível, o princípio vital. Ela permeia a ciência de cima a baixo,

transformando todos os ramos do conhecimento”. Isso indica a importância da informação para todos os aspectos da vida humana, do mais simples ao mais complexo, sendo objeto de expansão e transformação ao longo do tempo.

Esse processo expansivo e transformativo tornou a informação, que sempre existiu, em algo visível, de importância evidente. Num dado momento da história, foi percebida sua presença em aspectos que causariam as maiores revoluções no mundo e, de tanto se expandir enquanto notável, foi preciso teorizá-la. Segundo Gleick (2011, p. 9), “Hoje até a biologia se tornou uma ciência da informação, sujeita a mensagens, instruções e códigos”. E acrescenta:

A vida se expande por meio do estabelecimento de redes. O próprio corpo é um processador de informações. A memória reside não apenas no cérebro, mas em cada célula. Não surpreende que a genética tenha florescido junto com a teoria da informação (GLEICK, 2011, p. 9).

Estas ideias do autor levam a pensar em duas questões: a informação presente no próprio corpo humano e a informação cuja presença extrapola os limites do corpo. A informação do corpo são os códigos e mensagens explicados pela biologia e genética que formam a estrutura física e biológica do corpo humano, enquanto a segunda se refere aos códigos e mensagens teorizados pela ciência da informação que resultam do processamento, tratamento e organização de dados representantes de estruturas de conhecimento. Ambos os sentidos perpassam as propriedades da memória. Além disso, é importante mencionar as formas de comportamento humano que também se inserem no que se considera informação, uma vez que a ação humana produz informação a todo momento.

Corpo e memória poderiam ser considerados um só, poderiam ser vistos como uma fonte de informação. Entretanto, são os seus usos e possibilidades que os diferenciam, em termos teóricos e/ou práticos. O diferencial está na necessidade e possibilidade de externalizar a informação ali contida, do corpo para os objetos de registro.

Pode-se afirmar que a informação está em todo lugar, e se tornou visível. Todo e qualquer sujeito em algum momento lida com ela, seja pelo encontro com a informação no cotidiano, seja pelo estabelecimento de uma ciência que estuda estes fenômenos. Nesse sentido, a informação permite em consequência o estabelecimento de redes e se mistura, ou se confunde, com diversos aspectos da

vida humana. Gleick (2011) afirma que a genética se desenvolve junto com a teoria da informação. Cada campo, à sua maneira, encontra sentido nos registros informacionais que podem dizer algo e desenvolver novos conhecimentos.

Além disso, o elemento memória está relacionado a essas questões. A memória está presente no corpo (humano) e fora dele, funcionando como complemento para as necessidades humanas. Ela é parte integrante do interior do corpo (cérebro e células), mas também externa ao corpo, como aparatos para produção e armazenamento de informação.

Informação e memória perpassam o corpo humano e de alguma maneira se entrelaçam, são instrumentos de consolidação social e atuam entre os indivíduos como uma construção social<sup>5</sup>. Findam no estabelecimento de redes e, conseqüentemente, no desenvolvimento humano e social. Ora, se todos os aspectos da sociedade se deparam com a informação, lidar com isso é reconhecer a presença da ideia de redes. Um conhecimento aplicado de um lado leva a progressos e desenvolvimentos de outras perspectivas, e a recíproca também é verdadeira.

Nesse sentido, tecnologias são pensadas e desenvolvidas à medida em que o conhecimento avança e novas necessidades vão surgindo. Conforme Gleick (2011, p. 12), “À sua época, cada nova tecnologia da informação levou a avanços em seu armazenamento e sua transmissão”.

O alfabeto foi uma tecnologia fundadora da informação. O telefone, o aparelho de fax, a calculadora e, por fim, o computador são apenas as mais recentes inovações projetadas para armazenar, manipular e transmitir conhecimento. Nossa cultura absorveu um vocabulário funcional dessas úteis invenções (GLEICK, 2011, p. 12).

Com isso, o crescimento informacional é evidente e gigantesco. Fenômeno que leva a mudanças positivas e também a aspectos negativos, uma vez que vai sendo criada uma cultura de quebra das noções de espaço e sua relação com o tempo.

À medida que o papel desempenhado pela informação se expande para além dos limites da capacidade humana, ela se torna excessiva. “É informação demais”, dizem as pessoas hoje em dia. Temos fadiga informacional, ansiedade informacional, saturação informacional. Já conhecemos o Demônio da Sobrecarga de Informações e seus maléficos filhotes, o vírus de computador, o sinal de ocupado, o link desativado e a

---

<sup>5</sup> Algo que os homens produzem a partir de suas relações e de seus valores (GONDAR, 2005).

apresentação em formato PowerPoint [...]. Foram muitas mudanças em muito pouco tempo (GLEICK, 2011, p. 11).

Atualmente são diversos os suportes para registro de informação e as tecnologias que integram os recursos fornecidos pelo computador e internet tem fomentado a produção e circulação da informação em escalas nunca antes vistas. “O fluxo quase ilimitado de informação teve o efeito de jogar todos os itens do mundo numa mesma arena, onde pareciam participar de um frenético jogo de bate-bate” (GLEICK, 2013, p. 397).

Esse fenômeno de expansão não só garantiu, em certa medida, o registro duradouro (se comparado a outras formas de registro da humanidade), com maior rapidez e espaço de armazenamento, como também produziu sobrecarga no que tange à capacidade humana de acessar tamanho conhecimento. Dado esse que se aproxima de um paradoxo: o homem, como sujeito, não consegue memorizar e acessar conhecimentos em larga escala sem o uso de elementos externos, todavia, lidar com elementos externos úteis para memorização e acesso ao conhecimento em larga escala parece extrapolar os limites da capacidade humana.

Para se ter uma noção do crescimento do volume de informação e da sobrecarga gerada a partir disso, “[...] As medidas de informação cresceram numa escala exponencial, e nos anos 1960 ficou claro que tudo aquilo que estivesse relacionado com a informação crescera, exponencialmente, a partir de então” (GLEICK, 2013, p. 402).

De acordo com Gleick (2013, p. 403), “[...] nessa ascensão exponencial a informação se distanciou muito de outras medidas. O dinheiro, por exemplo, é escasso se comparado a ela”. Uma verdadeira enxurrada informacional. Com o passar do tempo, conforme o volume de dados avança, até as metáforas que pudessem fazer compreender esse fenômeno de enxurrada informacional tornou-se difícil.

Uma metáfora mais conhecida é a nuvem. Toda aquela informação – toda aquela capacidade de informação – paira sobre nós, não exatamente visível, não exatamente tangível, mas incrivelmente real; amorfa, espectral; sobrevoando bem próxima, sem estar situada num determinado lugar. O paraíso deve um dia ter transmitido essa sensação aos fiéis. As pessoas falam em transferir suas vidas para a nuvem – ao menos as suas vidas informacionais. É possível armazenar fotografias na nuvem; o Google vai cuidar de seus negócios na nuvem; o Google está pondo todos os livros do mundo na nuvem; o e-mail vai e vem da nuvem, e nunca deixa de fato a nuvem. Todas as ideias tradicionais de privacidade com base em portas e

trancas, distância física e invisibilidade, são postas de cabeça para baixo na nuvem (GLEICK, 2013, p. 404).

O caminho que a informação tem percorrido nos dias atuais tem mexido nas estruturas e comportamentos da humanidade não só no que diz respeito ao volume de dados, mas nas noções de acesso, preservação (memória) e até privacidade. A metáfora da nuvem evidencia um lugar pouco conhecido no sentido de que se consegue olhar para a nuvem (acesso), mas não se consegue tocar. Além disso, as possibilidades surgidas de registro e de quem atua nesse processo de registro tem se multiplicado.

A informação produzida e consumida pela humanidade costumava desaparecer – essa era a norma, o padrão. As imagens, os sons, as canções, as palavras ditas simplesmente desvaneciam. Marcas na pedra, no pergaminho e no papel eram um caso especial. Não ocorreu à plateia de Sófocles que seria triste ver suas peças se perderem – os espectadores apenas desfrutavam do espetáculo. Agora as expectativas se inverteram. Tudo pode ser registrado e preservado, ao menos em potencial: toda apresentação musical; todo crime cometido numa loja, elevador ou via pública; cada vulcão ou tsunami na praia mais remota, cada carta jogada ou peça movida numa partida disputada on-line; cada trombada numa partida de rúgbi e cada lance de um jogo de críquete” (GLEICK, 2013, p. 405).

Corroborando as ideias de Gleick (2013), ao menos potencialmente tudo pode ser registrado. Em termos práticos, isso significa que hoje em dia qualquer pessoa com um celular na mão pode fotografar ou filmar algum acontecimento, preservando a memória do esquecimento. Esse fato leva a pensar na frase dita por Edgar Allan Poe, citado por Gleick (2013, p. 307), “nenhum pensamento pode perecer”, a qual faz uma ponte entre a necessidade de memória e de informação.

Ora, se perecer significa ter fim, essa frase do poeta Poe (1845) coloca a memória como fundamental para a manutenção do pensamento de modo que este não se extinga. Atualmente, com o alargamento das possibilidades tecnológicas, todo pensamento pode ser registrado de alguma maneira, e compartilhado, e preservado. Todavia, nem tudo permanece; há uma disputa e certas contradições entre o dever de memória e a necessidade de esquecimento.

Nem todo pensamento necessariamente pode ou deve ser registrado, considerando que não se tem como armazenar essa infinidade de informações, produzidas cada vez mais em maior escala, trazendo à tona uma discussão sobre seleção, que perpassa o significado, o desejo, os limites e as relações de poder. Nesse sentido, este trabalho no intento de compreender a memória no contexto da

Cl contribui também para pensar essa relação entre memória e informação, a partir dos conceitos de memória coletiva e memória social.

## 4 MEMÓRIA E SUAS FACES

Memórias são pontos de referência, como foi dito anteriormente. E também carregam consigo entendimentos múltiplos e contextualizações diversas. É preciso, em primeiro lugar, compreender o que viria a ser memória, seu papel, contextos históricos e faces, para então evidenciar e discutir a atribuição de termos estruturantes ao termo substantivo, os quais são o mote desse estudo: memória coletiva e memória social.

Gondar e Dodebei (2005) ressaltam que o conceito de memória social não pode ser formulado nos moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel e unívoca, uma vez que se trata de um conceito complexo inacabado, em processo de construção permanente. Tal ideia também pode ser direcionada para outros termos juntos da memória e, por que não dizer, para a memória de um modo geral, pois ela carrega consigo as características de um fenômeno completo e em constante transformação.

Frances A. Yates, em seu livro “A arte da memória” (2007), faz um percurso com o objetivo de mostrar o lugar da memória nos grandes centros da tradição europeia, perpassando diversos momentos históricos e pensadores de cada época a fim de estabelecer relação entre a memória e o método científico. A autora afirma que na Idade média a memória tinha papel central, sua teoria teria sido formulada pelos escolásticos e sua prática ligada à arte e arquitetura (repertório imagético) e aos grandes monumentos literários (A Divina Comédia de Dante, por exemplo). Já no Renascimento sua importância diminuiu na tradição humanista e cresceu na tradição hermética.

Em sequência, a autora se pergunta sobre o que será da memória nos próximos períodos: “irá desaparecer, ou sobreviverá apenas à margem e não como centro?” (YATES, 2007, p. 457). Ora, se o papel da memória esteve ligado às artes por um período histórico, sendo sua importância diminuída pelos humanistas e aumentada pelos herméticos no período seguinte, é imperativo esperar que não sobreviva o seu desenvolvimento ou que seja levada a transformações bruscas.

É curioso e significativo o fato de, no século XVII, a arte da memória ser reconhecida e discutida não apenas – como deveríamos esperar – por um escritor como Fludd, que ainda segue a tradição renascentista, mas também pelos pensadores que se voltam para as novas direções: Francis Bacon, Descartes, Leibniz. E, naquele século, a arte da memória passou ainda por

outra transformação: de método para memorizar a enciclopédia do conhecimento [...]” (YATES, 2007, p. 457-458).

Por conta disso, ainda conforme Yates (2007, p. 458), “dentro das tendências do novo século, a arte da memória sobrevive como um fator do desenvolvimento do método científico”. A autora evidencia a importância da arte da memória em seu novo papel fazendo um passeio entre as ideias de alguns pensadores da época.

Francis Bacon, por exemplo, tinha um profundo conhecimento da arte da memória e ele próprio a utilizou em seus trabalhos. “Bacon diz que a arte da memória existente poderia ser aprimorada e que deveria ser empregada não para uma ostentação vazia, mas sim com objetivos úteis” (YATES, 2007, p. 460). Bacon define a arte da memória a partir de pré-noções e emblemas. A primeira se volta à lembrança (lugares e objetos de memória) e a segunda se reduz a conceitos intelectuais (imagens sensíveis). Para o pensador, a imagem eficaz imprime-se melhor na memória, uma vez que as coisas intelectuais são mais bem lembradas por meio das coisas sensíveis (YATES, 2007).

Descartes também refletia sobre a arte da memória e como poderia ser reformulada. Para ele, deve haver uma ordem certa de imagens que relacionadas umas às outras fosse possível a memória, através da redução das coisas às suas causas. A reformulação da memória sugerida por ele se aproxima de princípios do Ocultismo, pois, para ele, “a memória oculta reduz todas as coisas as suas supostas causas, cujas imagens, quando impressas na memória, organizariam as imagens subsidiárias”, ou seja, sua ideia perambula a racionalização da memória oculta (YATES, 2007, p. 464).

Seguido esse contexto, Leibniz inventou um cálculo universal<sup>6</sup> utilizando combinações de signos e caracteres significantes. Para o pensador, a mnemônica fornece a matéria de um argumento: “a união da imagem de alguma coisa sensível à coisa a ser lembrada”, que precisa ter ligação com o que deve ser lembrado. Conforme Yates (2007, p. 471), “as coisas vistas são mais bem lembradas do que as ouvidas”.

Ambos os pensadores, cada um à sua maneira, entendiam a memória como a arte de rememorar, buscando estratégias que auxiliassem o retorno ao passado, ou ao que se quisesse trazer à tona, de modo prático. Essas estratégias poderiam ser

---

<sup>6</sup> Estes eram “símbolos matemáticos e suas combinações lógicas dariam origem à invenção do cálculo infinitesimal” (YATES, 2007, p. 470).

desenvolvidas a partir dos recursos presentes no próprio corpo ou do uso de forças externas. Isso leva à necessidade de distinção de forma ampla entre os tipos de memória existentes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a percepção de memória acompanha a ideia de buscar a perpetuação do conhecimento humano, podendo-se falar que os registros informacionais também são registros memorialísticos, como diria Galindo (2015, p. 77) que opta em seus estudos por “nominar a informação registrada pelo genérico de memória”. Está relacionada a aspectos e momentos históricos distintos, os quais explicam a necessidade de memorização como importante prática para as relações humanas no que tange ao conhecimento. DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 11) definem a evolução da comunicação com a utilização da divisão nas seguintes Eras: a) Era dos Símbolos e Sinais; b) Era da Fala e da Linguagem; c) Era da Escrita; d) Era da Imprensa; e) Era da Comunicação de Massa; f) Era dos Computadores.

Quadro 3 - Aspectos da memória relacionados ao conhecimento

MOMENTO HISTÓRICO	CARACTERÍSTICAS	TIPO DE MEMÓRIA
Era dos Símbolos e Sinais	Teve início bem cedo, bem antes do homem caminhar de forma ereta. A comunicação era realizada da mesma forma que outros mamíferos. Respostas herdadas e instintivas eram significativas e foram necessários milhões de anos para que surgissem gestos, sinais e sons padronizados que fossem adotados como comunicação compartilhada e aprendida para que gerações futuras também fizessem uso destes padrões entendidos.	Memória interna e externa
Era da Fala e da Linguagem	O início de alguma oralidade em comunicação girando em torno de 90 e 40 mil anos atrás.	Memória interna
Era da Escrita	Grande responsável pelo desenvolvimento das capacidades do ser humano, foi inventada em várias partes do mundo, com criações independentes em lugares distintos, porém, tendo a transcrição mais antiga sendo a dos sumérios e os egípcios.	Memória externa

Era da Imprensa	Teve início no ano de 1455 com a invenção, por Gutemberg na cidade alemã de Mainz, de uma máquina capaz de fazer reproduções, sendo sua primeira obra um livro confeccionado por uma prensa que possuía tipos móveis feitos de metal. Tal invenção foi disseminada de forma rápida e revolucionou a forma de desenvolver e preservar as informações e a cultura.	Memória externa
Era da Comunicação de Massa	Iniciou-se no final do século XIX com a disseminação de jornais para pessoas comuns e o advento das mídias elétricas como o telégrafo e o telefone, porém, consolidou-se mesmo tendo seu início no começo do século XX com a criação da televisão para a população, ampla divulgação de filmes e rádios.	Memória externa
Era dos Computadores	Onde a sociedade passou a ser informatizada e as tecnologias dos computadores remodelaram os veículos de comunicação de massa e, a partir de então, uma continuidade de alterações do cotidiano da sociedade seria constante.	Memória externa e artificial

Fonte: Baseado em DeFleur e Ball-Rokeach (1993).

O **Quadro 3**, apesar de se referir originalmente à evolução da comunicação, apresenta uma visualização dos aspectos da memória que se relacionam ao conhecimento e sua manutenção. Estes momentos históricos, tipos de memória e características foram categorizados a partir da sistematização das ideias de autores de diversas áreas, os quais serão explicitados no decorrer do texto. É importante indicar que há um predomínio de um tipo de memória sobre o outro, mas algumas delas coexistiram e coexistem.

Inicialmente, houve a Era dos Símbolos e Sinais, na qual a comunicação era a base de gestos e sinais que seguiam um determinado padrão e eram passados de geração em geração para que houvesse uma socialização de todos. Utilizavam-se de ruídos e movimentos do corpo, que eram traduzidos em símbolos e sinais e entendidos por aqueles que estavam envolvidos nos processos de comunicação. Existia emissão de sons como ruídos, rosnados, roncos e guinchos e a conclusão da

comunicação era imprecisa e o ritmo da troca de informações era lento (BRAGANÇA, 2009).

O período da oralidade, ou a Era da Fala, marcado pelo uso do cérebro humano para conservar as informações produzidas e vividas, pode ser caracterizado pelo uso da memória biológica, ou seja, uma memória interna. Era dado à memória um *status* metafísico, durante esse período. Uma vez que sua materialização não era possível, ela era envolta de um ar mitológico e poético, que dava vazão ao imaginário. Até então, a memória era corpo.

Nesse período é importante buscar a etimologia do termo memória, a qual muito diz sobre suas noções conceituais no início dos tempos. O termo memória apresenta suas raízes na língua grega, especificamente na palavra *mnemis*, referindo-se à deusa *Mnemosyne*, a mãe das musas e a protetora das Artes e da História. Também se pode destacar sua raiz latina, oriunda da palavra *memorare*, cujo significado faz referência ao ato de trazer a memória, lembrar, recordar (LE GOFF, 1990).

Para os gregos, na antiguidade, a memória era tida como algo sobrenatural. Fenômeno invisível, difícil de explicar, ao qual foi atribuído o sentido de dom e o caráter divino.

A deusa Mnemosine, mãe das Musas, protetoras das artes e da história, possibilitava aos poetas lembrar do passado e transmiti-lo aos mortais. A memória e a imaginação têm a mesma origem: lembrar e inventar têm ligações profundas (KESSEL, 2003, p. 1).

Esta se refere àquela memória natural do ser humano, a qual a informação é retida pela mente e poderá ser lembrada (ou esquecida) em momento posterior. Le Goff (1990, p. 366) atenta que ela, “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Chapouthier (2006, p. 9) define a memória a partir de dois sentidos. Um deles é o sentido biológico, no qual a “[...] memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento”. Para o autor, na memória biológica acontece o armazenamento das informações ao alcance do ser humano.

Monteiro, Carelli e Pickler (2008, p. 4) afirmam, ainda, que a memória biológica pode ser definida como “faculdade mental de registro e, na armazenagem de informações no cérebro para posterior revocação (lembrança)”.

Para Levy (2010), o uso da memória biológica como forma de manter o conhecimento humano pode ser chamado de “tempo da oralidade” (primária). Nesse período, as informações eram (e ainda são, mas não somente) identificadas na fala dos mais velhos ou pessoas cuja importância se destacava e ainda se destaca em algumas sociedades, através de suas histórias ou estórias e lembranças, sendo capturadas pela memorização do ouvinte, que poderia repeti-la posteriormente.

Numa sociedade oral primária, quase todo o edifício cultural está fundado sobre as lembranças dos indivíduos. A inteligência, nestas sociedades, encontra-se muitas vezes identificada com a memória, sobretudo com a auditiva. A escrita suméria, ainda muito próxima de suas origens orais, denota a sabedoria representando uma cabeça com *grandes orelhas*. Na mitologia grega, Mnemosine (a Memória) tinha um lugar bastante privilegiado na genealogia dos deuses, já que era filha de Urano e Gaia (o Céu e a Terra), e mãe das nove musas. Nas épocas que antecediam a escrita, era mais comum pessoas inspiradas ouvirem vozes (Joana d'Arc era analfabeta) do que terem visões, já que o oral era um canal habitual da informação. Bardos, aedos e griots aprendiam seu ofício *escutando* os mais velhos (LEVY, 2010, p. 47, grifos do autor).

O advento da escrita, período marcado pela introdução de uma nova forma de produzir e conservar a informação, é caracterizado pelo uso de elementos fora do corpo humano, ou seja, a memória externa ou artificial. Diz respeito àquilo que é preservado e acessado por meio de artifícios externos. Para Le Goff (1990), é um suporte material, assegurando a passagem da esfera auditiva – memória enquanto corpo ou memória biológica – para a esfera visual, memória enquanto suporte material ou documentos escritos.

Chapouthier (2006, p. 9), nesse sentido, utiliza também o conceito de memória sociológica para definir essa categoria. Esta é “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento”. Para o autor, a memória sociológica é a utilização pelo ser humano de outros meios, que não seu corpo, para registrar e armazenar informações.

Já Monteiro, Carelli e Pickler (2008, p. 4) se referem a esta memória como um tipo de memória artificial, definindo-a como “todo o legado preservado de um povo, ao longo dos tempos”, ou seja, este tipo de memória considera os mecanismos

externos ou físicos de registro do conhecimento humano. Referindo-se ao ato de ler e anotar, Otlet (2018, p. 497) afirma:

Mas as notas assim tomadas têm um valor diferente de um simples exercício. Conservadas, classificadas, alteradas, aumentadas constantemente com outras notas extraídas de outras fontes, elas podem constituir um verdadeiro livro: o livro peculiar de cada um, do qual se possa dizer 'meu livro', 'minha enciclopédia', quintessência de tudo pelo qual nos interessamos, síntese de tudo o que aprendemos, memória artificial de tudo o que desejamos lembrar.

Dentre esses mecanismos externos de registro, pode-se considerar as formas de escrita, o uso do computador e da internet.

A introdução da palavra escrita permitiu, inicialmente, a criação de um suporte eficaz para manter e salvaguardar o conhecimento (LEMAIRE, 2010). Com o advento da escrita, as informações passaram a ser registradas, sendo conferidas às perspectivas da história, pelo saber registrado. Esse saber proporcionou à humanidade a ultrapassagem do tempo e do espaço, possibilitando a preservação da informação por mais tempo, de forma mais precisa e, posteriormente, abriu caminho para a produção de cópias de um mesmo documento para que pudesse ser acessado por mais pessoas e em lugares diferentes. Com isso, “o saber torna-se disponível, estocado, consultável, comparável, deixando de ser apenas aquilo que é útil no dia-a-dia para ser um objeto suscetível de análise e exame” (MONTEIRO, CARELLI; PICKLER, 2008, p. 7).

Com a escrita, as representações perduram em outros formatos que não o canto ou a narrativa, tendência ainda maior quando passamos do manuscrito ao impresso e à medida que o uso dos signos escriturários torna-se mais intenso e difundido na sociedade [...] Ao invés de estarem mais intimamente conectadas entre si para responder às restrições da memória de longo prazo humana, as representações passam a poder ser transmitidas e durar de forma autônoma (LEVY, 2010, p. 6).

No tempo da escrita, como denomina Levy (2010), percebe-se o deslocamento no sentido e no entendimento da memória. Ela, no tempo da oralidade, significou reter determinados saberes de cor, enquanto no tempo da escrita a memória passa a ser externalizada para guarda e transmissão. Conforme Monteiro, Carelli e Pickler (2008), Platão previu esse deslocamento do sentido da memória com o advento da escrita, uma vez que tal tecnologia não se prestava à memória viva, o saber de cor, à memorização, mas sim ao registro que poderia ser

retomado, externamente, o que ocorreu, de fato, muitos anos após o surgimento desse advento.

A chamada Era da Impressão foi iniciada com o advento da invenção da Prensa de Gutemberg, no século XV, transformando a forma como as comunicações escritas eram desenvolvidas. Antes da Era da Impressão, a escrita era feita e interpretada por quem a escrevia, podendo haver variações entre cópias feitas de um mesmo documento, sem contar o tempo que os documentos levavam para serem copiados. Ainda aponta que, partir o invento de Gutemberg, a própria preservação da cultura foi modificada, com a possível difusão dos processos de ensino e aprendizagem e a criação de empresas de difusão da comunicação, como jornais e revistas, havendo também outras invenções que revolucionaram as comunicações, tais como o telégrafo e o próprio código Morse, considerado uma evolução do próprio telégrafo (BRAGANÇA, 2009).

Sobre a Era da Comunicação em Massa, Bragança (2009, p. 3) afirma que deu início por volta do Século XIX, com o advento da difusão de jornais, revistas e outras mídias que puderam ser distribuídas para o grande público, seguindo pela criação do cinema, rádios e televisão, havendo assim, uma massificação da comunicação e a criação de uma indústria cultural.

O período da explosão informacional, marcado pelo desenvolvimento da escrita e outras formas de se produzir e conservar a informação de modo mais rápido e eficaz, é caracterizado pelo uso ainda mais efetivo de elementos fora do corpo humano, ou seja, a evolução da memória externa iniciada com a escrita.

Em termos práticos, esse fenômeno inicia com o desenvolvimento da imprensa, a qual possibilita a cópia e maior divulgação de documentos, e encontra amplitude a medida em que máquinas de escrita e reprodução são incrementadas. É o que Le Goff (1990) chama de “explosão documental” e se confunde com a popularização do computador/internet, uma vez que é nesse momento histórico que se multiplicam exponencialmente os documentos existentes.

A popularização do computador/internet, período marcado pelo aperfeiçoamento das formas de produção e conservação dos elementos informacionais, capazes de modificar inclusive as concepções de tempo e espaço consolidadas, é caracterizada pelo uso de memória artificial, num sentido tecnológico, próximo do que se entende por inteligência artificial.

Esse período é chamado por Levy (2010) de tempo da informática. O autor parte das redes e de sua evolução para explicar o fenômeno relacionado com a última conexão possível ou forma de comunicação de registro. Para ele, depois de algumas transformações, as máquinas conhecidas hoje como computadores se tornaram redes de interface, abertas a novas conexões, capazes de conectarem em um mesmo ambiente eletrônico o cinema, a rádio, o jornalismo, a edição, a música, as telecomunicações e a informática.

A informática parece reencenar, em algumas décadas, o destino da escrita: usada primeiro para cálculos, estatísticas, a gestão mais prosaica dos homens e das coisas, tornou-se rapidamente uma mídia de comunicação de massa, ainda mais geral, talvez, que a escrita manuscrita ou a impressão, pois também permite processar e difundir o som e a imagem enquanto tais. A informática não se contenta com a notação musical, por exemplo, ela também executa a música (LEVY, 2010, p.72).

Esses momentos elencados descrevem em resumo a história dos registros do conhecimento que, em certa medida, se confunde com as noções de memória. Isso porque o tempo da oralidade diz respeito à memória biológica e os tempos entre escrita e informática se referem à memória artificial, conforme explicitado acima.

Na perspectiva da História, campo teórico no qual esta questão é consolidada ao longo dos tempos, a memória é um conhecimento do passado, guiado pelo presente; é um conhecimento que se constrói a partir de lembranças individuais de cada sujeito, mas também de jogos de poder. É uma reconstrução do passado que serve para atender interesses do presente, que podem ser econômicos, políticos, culturais, entre outros (LE GOFF, 1990).

A memória é um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado, uma memória compartilhada, um olhar para o passado ancorado nos interesses e visões de mundo do presente [...]. É um tipo de fonte que a História usa, mas não é a História em si (QUAL A DIFERENÇA..., 2017, *online*).

Nesse sentido, a memória é a reconstituição da história que, a partir da recordação, é compartilhada no presente. É uma das fontes de informação utilizadas pelo campo da História para sua construção que, munida de outras fontes, elementos e critérios de investigação, atende às necessidades sociais de compreensão do tempo. Vale destacar que é necessário diferenciar história de memória, a primeira se apresenta com uma tendência de fixação e a segunda com a

fluidez, já que demanda da própria fluidez das relações sociais, as negociações entre os membros de um grupo. Conforme Silva e Oliveira (2014, p. 137),

[...] a memória que interessa ao historiador está metaforicamente ligada a uma ação objetivada pelo passado e que é clarificada por uma referência temporal de narrativas e regularidades que se cruzam em seus “ofícios” canônicos (avaliativos), consistindo em uma inteligência significativa de acontecimento.

Halbwachs (2013) entende que a História não se limita a uma sucessão cronológica de acontecimentos, “mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 2013, p. 79). Todavia, é mediante a memória histórica, concepção controversa para o sociólogo, que um fato exterior à vida de uma pessoa deixa sua impressão em determinado momento e a partir dessa impressão é que é possível recordar esse momento.

A memória tem na sua constituição um elemento narrativo muito forte. São histórias contadas, informações transmitidas, que se reconstróem ao emergir do passado em uma sequência narrativa capaz de fazer sentido no tempo presente. Desse modo, o elemento rememorado é expresso de forma narrativa, tornando-se a maneira pela qual o sujeito constrói um sentido do próprio passado. Além disso, “entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto” (OLIVEIRA; LIMA, 2014, p. 349).

A memória para o meio acadêmico pode ser constituída por alguns elementos que, em linhas gerais, são: eventos passados vividos, eventos passados não vividos, indivíduos personificados e lugares de memória.

Os eventos passados vividos são aqueles acontecimentos vivenciados pessoalmente ou aqueles que fazem parte de um passado que os sujeitos querem que seja o único e verdadeiro por terem experienciado; os eventos passados não vividos são aqueles em que se evidenciam os elementos não vivenciados pelos sujeitos mas, por conta de suas crenças (políticas, religiosas, ideológicas, filosóficas, identitárias), sentem que fizeram parte desse passado que representa um coletivo; os indivíduos personificados são os sujeitos que têm uma relação tão forte com determinado acontecimento que passam a representá-los de tal modo que

mencionar o sujeito é falar do acontecimento, que as narrativas do sujeito se tornam as narrativas do acontecimento; e os lugares de memória<sup>7</sup> são os locais físicos (museus, arquivos, bibliotecas) e as cerimônias públicas (celebrações, datas comemorativas) que representam um fato ou acontecimento passado, os quais costumam ser evidenciados pelo Estado e tem como função celebrar elementos identificados como fundadores (LE GOFF, 1990).

Seguindo estas perspectivas, a memória é um olhar do presente sobre passado, seletivo e condicionado por grupos que a disputam. Por isso, pode-se dizer que existem memórias, no plural. Ou seja, numa mesma sociedade ou grupo várias narrativas, inclusive antagônicas, podem coexistir. Além disso, a memória sobre o passado também muda, dependendo de quem tem o poder da narrativa daquele momento.

Com isso, a construção da memória é considerada seletiva, uma vez que para construí-la outros sujeitos, fatos e acontecimentos são marginalizados para que seja construída uma narrativa lógica e conveniente. Conforme Rodrigues (QUAL A DIFERENÇA..., 2017, *online*), “o passado já passou e não pode ser mudado, e o futuro está em aberto. Mas o sentido do passado pode mudar e esse sentido é ativo. O sentido é dado pelos agentes sociais que estão em confronto”.

Uma vez que os sentidos estão em constante confronto e a consolidação das narrativas depende da dinâmica dos agentes sociais, vale a reflexão acerca das relações de poder que envolvem esse contexto. Para o sociólogo francês Bourdieu (1983), as relações de poder, explícitas ou implícitas, conscientes ou inconscientes, permeiam todas as relações humanas, em todos os espaços em que os sujeitos estejam inseridos. O poder diz respeito à disputa pela autoridade, legitimidade e pelo domínio dos sentidos, que fazem com que as posições ocupadas pelos sujeitos definam os “vencedores”.

Além disso, a memória é produto do entrecruzamento de diversas disciplinas e, por isso, constitui-se de um território polissêmico. Comporta diversos sentidos, varia conforme a disciplina ou o pensador que dela se ocupe. “Devido a polissemia

---

<sup>7</sup> Vale destacar que para Nora (1993) os lugares de memória não se limitam aos espaços físicos que indicam a manutenção de algo que deva ser salvaguardado, todavia, por questões didáticas no que diz respeito à visualização dos elementos que constituem a memória para fins acadêmicos, esta expressão foi colocada como referência a esse aspecto, uma vez que todos os 4 elementos citados nos parágrafos anteriores podem ser considerados lugares de memória, conforme o autor.

do conceito, a própria distinção entre memória individual, coletiva e social se torna um problema” (GONDAR, 2008, p. 1)

O critério usado para distinguir tais conceitos varia conforme os autores, de acordo, sobretudo, com sua área de trabalho e/ou formação. Gondar menciona alguns autores e suas respectivas ideias a respeito do tema, os quais são apresentados no **Quadro 4**:

Quadro 4 - Concepções de memória conforme área do conhecimento

AUTOR	ÁREA DE CONHECIMENTO	CONCEPÇÕES
Leroi-Gourhan	Paleontologia	Entende memória como a base para registro de atos: “a memória consiste numa base sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos – sejam estes de animais, humanos ou máquina”. O autor reservará a memória coletiva para as sociedades humanas, aplicando-a indistintamente a qualquer uma delas”.
Le Goff	História	Considera que “o conceito de memória nos remete, em primeiro lugar, a um fenômeno individual e psicológico que possibilitaria ao homem a atualização de impressões ou informações passadas”, ou seja, a memória caracterizada como experiência interior, subjetiva, à qual faltaria a dimensão visível e tangível da memória social: o documento. Além disso, faz uma distinção entre memória coletiva e memória social, levando em consideração o marco histórico da escrita: reserva a designação de memória coletiva para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades onde a escrita já tenha se instalado. O autor coloca a memória como a testemunha do passado e o registro (documentos) como sua materialização, que passa a ser considerada fonte histórica.
Pierre Clastres	Antropologia	Em sua investigação acerca dos indígenas, mostra que “em algumas sociedades indígenas a memória é passível de inscrição e visibilidade”, uma vez que em rituais são realizadas marcações físicas e permanentes nos índios a fim de registrar a história (memória) da tribo. O autor evidencia formas peculiares de manutenção da memória em sociedades que mesmo sem escrita partilham da necessidade de registrar seus acontecimentos passados.

Roger Chartier	História	Coloca em dúvida o tradicional contraste entre as sociedades orais e escritas, fundamento da distinção entre memória coletiva e social. Para ele, “esta oposição não seria capaz de dar conta das situações entre os séculos XVI e XVIII, período no qual a memória oral convive e imbrica-se com a memória escrita, promovendo práticas múltiplas, onde ora o texto retorna à oralidade, ora a escrita se articula ao gesto”.
Pierre Nora	História	Define, de forma genérica, memória coletiva como “o que fica do passado vivido dos grupos ou o que os grupos fizeram do passado”. O autor, consagrado pelos trabalhos sobre os lugares de memória, se limita à associação do passado vivido pelos indivíduos em grupos na constituição da memória.
Pierre Janet	Psicologia	Considera que o “comportamento narrativo”, ou seja, a ação de comunicar a informação, já cumpre uma função social. Entretanto, isso não significa dizer que a memória foi socialmente construída.
Freud	Psicanálise	A distinção entre memória individual e memória social não se aplica, pois a memória não preexiste de maneira simples, mas múltipla, estando registrada em diversas variedades de signo, e esses registros, o que ele chama de “traços mnemônicos”, seriam de tempos em tempos reordenados a partir de novas circunstâncias, tornando necessariamente um aspecto social. Para o autor, esse rearranjo se forma na relação com o outro e o contexto.

Fonte: Elaborado a partir de Gondar (2008).

Partindo dessas colocações, pode-se dizer que os sentidos aplicados ao entendimento do que seria memória dependem, assim como no que diz respeito a qualquer expressão, da área de atuação dos sujeitos que dela se apropriem. Além disso, também se torna pertinente observar os adjetivos que acompanham este termo, uma vez que possibilitam direções e olhares diversos sobre o fenômeno, como memória coletiva e memória social, os quais são explorados nas próximas seções.

#### 4.1 Memória coletiva: o encontro em Halbwachs

O termo coletivo vem do Latim *collectivus*, de *collectus*, participio passado de *colligere*, “reunir junto”, formado por *com*, “junto”, mais *legere*, “juntar, reunir”. Coletivo, portanto, abrange ou compreende muitas pessoas. Pode-se inferir que o adjetivo coletivo fundamenta a ideia de algo que só acontece quando se tem mais de um indivíduo, quando se junta, quando há de alguma maneira o encontro.

Halbwachs (2013) argumenta sobre o costume de recorrer a testemunhos quando se deseja reforçar ou enfraquecer uma ideia, assim como também para completar informações sobre um evento ou fato em que algumas circunstâncias permaneçam obscuras. Esses testemunhos são memórias do outro ou de outros que conferem sentido ao encontrar a memória própria do indivíduo.

Para o autor, memória é referência e construção. Ora, se os testemunhos são insumos para se obter a memória, esta é fruto de um diálogo entre referências e construções. Referência é o ato ou efeito de referir ou narrar por palavras, é também um relacionamento entre objetos em que um se conecta a outro. E é essa ação de conectar que faz com que se construa um novo, considerando este um objeto mais completo. Nessa medida, o encontro de testemunhos resulta na tentativa de completude de um objeto a fim de formar uma memória concreta, ao alcance ainda que não se possa tocar. Halbwachs exemplifica:

[...] Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se tivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências (HALBWACHS, 2013, p. 29).

Essa referência composta de testemunhos une passado e presente. Não é o fato ou evento em si, mas uma representação dele que dialoga com as novas percepções e estas chegam à medida em que novos eventos vão ocorrendo. Construção e reconstrução se fazem em constância, uma vez que construir é juntar partes para produzir, formar ou fazer existir, e a memória é um constante desenvolvimento.

O desenvolvimento da memória se faz com fragmentos de lembranças cujo objetivo esbarra no reconhecimento. Apesar de poder encontrar divergências, a

memória se alimenta do essencial de dois mundos, em outras palavras, “[...] os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Todavia, é importante destacar que “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível (HALBWACHS, 2013, p. 31). Objetos inanimados, lugares e acontecimentos podem ser referenciais para essa lembrança vir à tona, para confirmação de um pensamento e sobretudo, para a construção de uma memória. Testemunhos não necessariamente precisam ser ouvidos de forma literal. Além disso, esses processos estão dentro de uma lógica de “negociação” entre membros de um determinado grupo ou de grupos relacionados.

Há uma constante disputa entre a lembrança e o esquecimento. Conforme Halbwachs (2013, p. 39), “[...] por um lado os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança que apagamos, e por outro, aparentemente sem o apoio dos outros nos lembraremos de impressões que não comunicamos a ninguém”. Nesse sentido, não se pode lembrar de tudo, já alertava Jorge Luis Borges (1969)<sup>8</sup> em seu conto “Funes, o Memorioso”, em que a personagem principal lembrava de cada detalhe passado ou vivido, mas a partir de determinado momento o presente deixou de ser registrado; não havia espaço suficiente, tal qual um Disco Rígido (conhecido como HD), por mais “memória” que tenha, não comporta registros infinitos. É preciso recorrer ao apagamento ou esquecimento em alguma medida.

Diehl (2002, p. 114) afirma que “A nossa capacidade de lembrar de algo é a mesma capacidade de esquecer”. Para o autor, lembrança e memória são elementos distintos: lembrança é apresentada como “vivências fragmentadas, como rastros e restos de experiências perdidas no tempo, como pegadas do passado, praticamente impossíveis de serem atualizadas historicamente” (DIEHL, 2002, p. 116); enquanto que a memória significa experiências consistentes, ancoradas no tempo passado de forma facilmente localizável. No entanto, a memória “sofre de uma fraqueza, que é o seu desgaste ao longo” (DIEHL, 2002, p. 116).

Apagamento e esquecimento não são sinônimos, mas essas questões não serão discutidas neste trabalho. Pretende-se aqui destacar a disputa entre o que se

---

<sup>8</sup> BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. Ficções. Porto Alegre: Globo, 1969.

mantém e se descarta no que diz respeito à memória. É sabido que as lembranças, não registradas em outro suporte que não na memória, são passíveis de uma espécie de descarte natural uma vez que não se apaga intencionalmente, assim como não se lembra dos mínimos detalhes ou do que se deseja de imediato. Para isso, são necessários gatilhos que estimulem de modo intencional ou não uma lembrança.

Acerca desses gatilhos, Halbwachs (2013) comenta que a memória dos outros pode contribuir para que se desperte ou se reorganizem as próprias memórias. Todavia, os testemunhos dos outros não são por si só suficientes para essa construção; é preciso que haja uma base comum entre si e o outro.

[...] Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. [...] É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Esta memória, no sentido supracitado, evidencia o que se entende por memória coletiva. Para Halbwachs (2013, p. 41), “[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo”. A memória coletiva seria, portanto, aquela em que se unem as lembranças de um indivíduo em diálogo com um grupo a partir de perspectivas em comum resultantes na evocação e reconstituição de certo fenômeno.

Evocação e reconstituição são os movimentos internos e externos no processo de revelação da memória. Evocar é trazer à tona os fatos e acontecimentos que de alguma maneira estavam perdidos na mente. Reconstituir é formar de novo, reorganizar e até completar com outros fragmentos uma cena. Evocar e reconstituir são atos de rememoração capazes de construir uma memória.

Mas como é formada a memória coletiva? Conforme Halbwachs (2013, p. 51), esta memória se constitui de dois planos:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um grupo muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorrem em seus limites), passam para o segundo plano.

As recordações, desta maneira, são atraídas pelo reconhecimento e intimidade das relações a partir de uma frequência que converge com o ser sensível. Quanto mais frequente e próximo o evento ou experiência estiver do grupo, mais se aproxima do primeiro plano da memória coletiva.

Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos da sociedade. Muitos acontecimentos e muitas ideias resultam de semelhantes contatos (HALBWACHS, 2013, p. 52). Esse diálogo entre indivíduo e grupo, bem como de grupo e outros grupos, é o que consolida a memória. Entretanto, vale salientar que não se pode apegar ao fato de que isso garantirá a lembrança do que se deseja, “[...] Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos de esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (HALBWACHS, 2013, p. 53).

As circunstâncias são condições *sine qua non* para o favorecimento da representação de uma memória. Tempo, lugar, objetos ou modos que acompanhem um fato ou acontecimento são elementos circunstanciais para essa representação que permite a construção da memória, mas não garantem.

Halbwachs (2013) alerta que há situações em que mesmo o indivíduo não estando pensando naquilo, a lembrança pode reacender, isso porque a construção da memória está mais ligada à percepção das coisas do que da reflexão.

Nunca havíamos pensado naquilo. Contudo, quando essa lembrança reaparece, não é consequência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço. Diferente de reflexões ou de ideias, as percepções – enquanto percepções – limitam-se a reproduzir os objetos exteriores, não contém nada mais do que esses objetos e não podem nos conduzir a eles (HALBWACHS, 2013, p. 54-55).

Quando se volta a um lugar do passado, por exemplo, diante de seus objetos, se reconhece o espaço. Conforme Halbwachs (2013, p. 55),

[...] é o tipo de reconhecimento que Bergson chama de reconhecimento por imagens, que ele distingue muito claramente do que chama de reconhecimento por movimentos. Este reconduziria à sensação de familiaridade que temos quando um objeto visto ou evocado determina em nosso corpo os mesmos movimentos de reação que tivemos no momento em que anteriormente o percebemos.

E acrescenta quanto ao reconhecimento por imagens, que ao contrário do reconhecimento por movimentos, é “ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos” (HALBWACHS, 2013, p. 55). Reconhecimento por imagens que a lembrança que “corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado” (HALBWACHS, 2013, p. 55).

Quando se reconhece uma imagem do passado, segundo Halbwachs (2013, p. 55), duas imagens se recobrem: “uma é o quadro que tenho sob os olhos e a outra, o quadro que vi outrora”. É nessa relação que passado e presente convergem, é quando se encontram no mesmo espaço a percepção e a lembrança.

Daí se faz necessária a distinção entre percepção e lembrança. A percepção se volta para o mundo das sensações, é a atribuição de significado por meio dos sentidos e da mente, já a lembrança está mais relacionada às imagens vistas num passado que vem à tona.

É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história (HALBWACHS, 2013, p. 57).

Nesse sentido, Halbwachs (2013) exemplifica como essas imagens e pensamentos se tornam recordação considerando a consciência individual e as questões externas.

Quando dizemos que a recordação de certas lembranças não depende da nossa vontade, é porque nossa vontade não é forte o suficiente. A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato. A intuição sensível é então recriada, mas nesse meio tempo, considerando apenas a nós e nosso organismo psicofísico, ela deixa de existir (HALBWACHS, 2013, p. 59).

Nossas representações são reflexo das coisas. “[...] Um reflexo absolutamente não se explica por um reflexo anterior, mas pela coisa que ele produz naquele mesmo instante” (HALBWACHS, 2013, p. 60). Em outras palavras, a memória representada não é o fenômeno, mas uma mescla desse fenômeno passado com as percepções adquiridas no presente.

Seguindo essas perspectivas, é possível fazer uma ponte com o que se conhece por leis naturais. Elas não estão naturalmente nas coisas e sim no pensamento do grupo, ou seja, são construídas a partir da memória coletiva. É o pensamento do grupo que examina e explica as relações conferindo ao coletivo a possibilidade de se compreender a representação do que é evocado pela memória individual que reflete na representação coletiva relacionada a essas mesmas coisas.

[...] existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas do espaço (isso é: a lógica social e as relações que ela determina). [...] É também esta lógica, são essas leis que explicam que as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma sequência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a sequência e seu encadeamento (HALBWACHS, 2013, p. 61).

Dessa forma, as recordações de uma série de lembranças relacionadas ao mundo exterior passam a ser explicadas pelas leis da percepção coletiva.

Examinando o conteúdo dessas séries de pensamentos, notamos que os diversos estados que nelas entram não se limitam arbitrariamente. Cada um deles é como um objeto que tem certa unidade e contornos bastante definidos: uma pessoa, um fato, uma ideia, uma sensação, e bem sabemos que se pensamos neles é porque, efetivamente ou na imaginação, atravessamos um ou muitos ambientes sociais em cuja consciência essas representações tiveram e mantiveram (pelo menos por algum tempo) um lugar muito definido, uma realidade muito substancial (HALBWACHS, 2013, p. 63).

Sobre essa perspectiva, o autor menciona para exemplificar este fenômeno as situações em que o indivíduo expressa uma ideia como uma convicção pessoal, quando na verdade ele está expressando uma reflexão retirada de outro ambiente, seja um jornal, um livro ou conversa com outras pessoas. Isto acontece porque aquelas informações correspondem tão bem à maneira como o indivíduo lê o mundo que fica difícil admitir de quem partiu senão de si. “Vemos cada ambiente à luz do

outro ou outros e ao mesmo tempo à sua própria luz, e temos a impressão de resistir a ele” (HALBWACHS, 2013, p. 65).

Os indivíduos estão o tempo todo cercados por forças invisíveis, as quais influenciam suas impressões, posicionamentos, modos de conviver em sociedade e, por que não, suas lembranças.

Objetivamente, dentro da memória coletiva há dois tipos de lembrança: 1) que se pode evocar facilmente: são aquelas apoiadas nos outros indivíduos ou grupo e 2) que não é simples de evocar: são aquelas nossas, particulares, íntimas. Considerando essa tipificação, é importante destacar a presença de duas práticas que tornam essas lembranças mais intensas ou não: a repetição e o contato. Quando o objeto, o fato ou evento se repete, seja na mente ou externamente, a possibilidade de memorização se alarga; quando há contato frequente com eles, o mesmo ocorre.

Em suma, Halbwachs desenvolveu o conceito de memória coletiva em 1925, aplicando estas ideias para entender como o passado é recordado no contexto dos grupos familiares e religiosos, de modo a argumenta que as recordações pessoais se originam sendo influenciadas pela comunidade, a religião, a organização política, a classe social, o parentesco.

Sendo recordar um acto eminentemente individual, durante muito tempo se negligenciou a base social da memória e, só muito recentemente, as ciências sociais têm dedicado uma maior atenção a essa matéria. No entanto, e apesar do manifesto desinteresse por esse tópico ao longo da maior parte do século XX, já desde o século XIX que a memória se havia tornado objeto de investigação científica, ainda que fosse estudada especialmente no âmbito da filosofia (Bergson) ou no âmbito da psicologia (Freud) e em contextos laboratoriais, embora descurando-se a sua base social (PERALTA, 2005, p. 5).

E acrescenta que Halbwachs, sob influência da Durkheim, “[...] viria a inaugurar uma conceptualização da memória enquanto fenómeno eminentemente colectivo, introduzindo este conceito no léxico das ciências sociais” (PERALTA, 2007, p. 5). Mas, mesmo considerada importante e necessária a teoria de Halbwachs, uma crítica é direcionada a ela: a negligencia a natureza dialógica e conflitual que precede a memória, conforme argumenta Peralta (2007, p. 6),

[...] toda a dinâmica processual decorrente das disputas ocorridas no palco social pela hegemonia da memória, ou seja, as lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagonicos subjacentes à construção social do

passado, está ausente da análise de Halbwachs. Gérard Namer – que em *Mémoire et Société* (1987) irá aprofundar algumas ideias de Halbwachs – mesmo concordando com a ideia de que a memória é constituída dentro do grupo, não deixa de ressaltar a dimensão de negociação e de conflito subjacente a todo o processo de construção mnemónica, substituindo uma ênfase analítica assente na memória como carácter distintivo de grupos localizados, por outra baseada no antagonismo e no carácter relacional da memória.

E é com a finalidade de superar este e outros problemas encontrados na teoria do autor que outros estudiosos lançaram debates acerca do tema. A exemplo disso, pode-se mencionar Fentress e Wickham com seu livro *Memória Social*.

#### **4.2 Memória social: a legitimação em Fentress e Wickham**

O termo social vem do Latim *socialis*, que se refere àquilo que pertence ou que é relativo à sociedade. E sociedade pode ser entendida como um conjunto de indivíduos que interagem entre si formando uma comunidade cuja cultura é compartilhada. Social, portanto, é um termo empregado no sentido de pertencimento a um tipo de organização ou comportamento no contexto de uma comunidade. Pode-se inferir que o adjetivo social fundamenta a ideia de algo que busca a legitimidade para uma forma de convivência entre os membros de uma sociedade.

Fentress e Wickham (1998), ao analisarem o modo como pesquisadores têm encarado a memória, antes de apresentarem uma definição, afirmam que há um desejo por legitimidade da memória como fonte, uma vez que ela é encarada pelos pesquisadores como um conjunto de documentos e não como ela de fato se apresenta: dentro da cabeça das pessoas. “[...] O desejo de legitimidade também ajuda a explicar a obsessão pela metodologia que caracteriza muitos deles e muitos dos seus projetos de história oral” (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 14).

Para os autores,

[...] existe um perigo de reificação no entusiasmo de recolher ‘memória’, de reunir os arquivos do testemunho oral, podemos estar calmamente a conferir ao nosso objeto o carácter de coisa sem nunca nos determos a perguntar se tal se justifica. Claro que se pode argumentar que esta reificação é bem-vinda. Pois não é a definição do objeto o primeiro passo de qualquer discurso científico? Tratar objetivamente a memória é portanto necessário para defini-la como objeto. Tudo pode ser verdade; mas toda discussão começa por girar em torno da questão de saber se a memória possui na realidade esse carácter de objeto. Se não o possui, pode ser que o ‘objecto’ das nossas investigações não passe de objeto da nossa própria imaginação (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 14-15).

Com isso, é evidenciada uma preocupação acerca do caráter complexo da memória em se tratando de investigações de cunho científico. Há uma tentativa de considerar a memória como coisa para justificar a argumentação num sentido verdadeiro e válido em detrimento de uma suposta imaginação que constitui naturalmente esta memória. Os autores problematizam o modelo que considera a memória em termos de 'registro' e 'documentos falados', o que revela a tentativa de reificação.

Tornar a memória registro ou nomeá-la de documento é dar a ela uma legitimidade para que possa ser aceita numa cultura em que a validade é conferida a informações textuais, escritas. Para Fentress e Wickham (1998, p. 16), “[...] ter o conhecimento na cabeça é, no seu aspecto mental, a mesma coisa que tê-lo no bolso”. Esta comparação demonstra que antiga disputa entre lembrança e esquecimento permanece, uma vez que o que há no bolso como coisa não garante a plena lembrança da informação, a menos que o indivíduo opte pela sua consulta.

Todavia, desde que a escrita foi incluída dentro da cultura das sociedades, é ao registro que os indivíduos recorrem para preservar suas informações. Fentress e Wickham (1998) exemplificam:

[...] Descubro, por exemplo, um facto interessante que quero preservar. Que faço com ele? Escrevo-o, meto-o no computador ou telecopio-o por satélite para alguém do outro lado do globo. Em alternativa, posso decidir simplesmente recordá-lo (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 17).

E, ainda que o ato de recordar não seja considerado eficiente se comparado a alternativas de preservação, é possível se amparar em exercícios de memória e olhares mais amplos acerca desse fenômeno.

[...] A memória, com efeito, penetra em todos os aspectos da nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconscientes. A memória está sempre operante em nosso espírito; ler este livro, procurar um amigo, pensar nas notícias, tudo isso é, em parte, exercícios de memória (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 17).

Os autores consideram que a memória pode ser percebida por meio de dois aspectos, a memória objetiva e a memória subjetiva.

[...] Há uma parte objectiva que serve de contendor de factos, a maior parte dos quais podia alojar-se em muitos outros locais. E há uma parte subjectiva, que inclui informações e sentimentos que fazem parte integrante de nós e que, portanto, se situam adequadamente apenas dentro de nós (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 17).

Dessa forma, pode-se considerar a memória como união de dois mundos: aquele em que é possível comunicar para outras pessoas e aquele em que isso não é possível, uma vez que diz respeito às sensações e estas não são fáceis de comunicar. Daí, antes de desconsiderar a memória ou querer forçar um formato de validação, é importante reconhecer quais aspectos cabem dentro de cada necessidade. Ora, se o objetivo é utilizar a memória como fonte, então que seja considerado seu aspecto passível de ser articulado e comunicado.

O que faz a memória 'objectiva' parecer mais objectiva do que a memória dos sentimentos e da experiência pessoal é simplesmente o facto de podermos articular e comunicar por palavras a primeira mais facilmente que a última. A memória 'objectiva' é simplesmente o melhor veículo para transportar informação; é o aspecto da nossa memória mais facilmente acessível aos outros. Essa distinção não tem porém nada a ver com a estrutura da memória, é antes um facto social. Portanto, aquilo que emerge no ponto de articulação não é a parte objectiva da memória, mas o seu aspecto social (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 19).

Os autores mencionam Durkheim quando defendem que as ideias sustentadas coletivamente são "fatos sociais", que resultam de forças sociais e históricas, para afirmar que também a memória é um facto social. Segundo esse pensamento, os fatos sociais moldam a maneira de agir das pessoas pela influência que eles exercem sobre elas. Conforme Fentress e Wickham (1998, p. 20),

[...] Admite-se que se trata de um tipo especial de facto social, pois a memória só em parte é social. Algumas das nossas recordações parecem na verdade ser mais privadas e pessoais do que outras. No entanto, essa distinção entre memória pessoal e memória social é, na melhor das hipóteses, relativa.

Nesse sentido, os autores alertam que a memória é social ao passo que também não o é, uma vez que há memórias tão pessoais que não poderiam ser capazes de exercer influência socialmente. Mas, para o que é social e pode ser comunicado, é necessário haver meios de reter, sobretudo quando diz respeito a informações que auxiliam no bom funcionamento do espaço em grupo.

Os autores consideram que a sociedade contemporânea requer outros meios, uma vez que apenas a memória não dá conta.

[...] o conjunto de informações legais e sociais necessárias para o suave funcionamento de nossa sociedade – leis, contratos, capacidades técnicas e científicas, fórmulas matemáticas, acontecimentos desportivos, regras gramaticais, de etiqueta, etc., etc. – é simplesmente demasiado vasto e complexo para se conservar, mesmo colectivamente, apenas de memória. Necessitamos de outros meios (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 22).

E acrescentam que “[...] A forma como um conhecimento social é conservado na memória colectiva é sempre muito diferente da forma como ele aparece, por exemplo, num código (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 23). Essa observação sugere que há uma, ainda que sutil, diferença entre memória coletiva e memória social. É como se a primeira se referisse à memória propriamente dita e a última considerasse o uso de meios externos para se fazer memória, como produtos de escrita, por exemplo.

Os autores afirmam que antes a escrita era um suporte da memória, mas hodiernamente, a forma textual a substitui. Entretanto, a escrita não deixa de ser suporte de memória. A diferença é que hoje já não se considera tanto a memória para preservar algo que parece importante, tornou-se quase que automático e obrigatório utilizar de recursos externos para preservação.

Diferentemente disso, “[...] as sociedades orais nutrem geralmente maior respeito pela memória viva do que, por via de regra, a nossa” (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 24). Daí se percebem as distintas concepções de memória entre as sociedades pré-letradas e as contemporâneas. Com a escrita, o conhecimento passa a ser potencialmente separado do conhecedor, dando espaço para um alargamento dos caminhos que esse conhecimento poderia alcançar. Tais possibilidades passam a ampliar também capacidades de cópia, armazenamento, compartilhamento e acesso.

Todavia, se tomada a memória como um sistema de armazenamento ou um repositório de conhecimento, ela será considerada passiva, limitada a albergar informação (FENTRESS; WICKHAM, 1998). Mas não precisa necessariamente limitar a memória a sua atividade de armazenamento, é possível considerar essa questão, bem como sua capacidade de criar, reinventar e construir.

[...] Mas este não é o único sentido em que pensamos a nossa memória. Quando dizemos 'lembro-me', ou 'estou a tentar lembrar-me', ou 'veio-me agora a memória', estamos a usar a noção de memória num sentido mais activo. É nesse sentido que recordar parece ser uma experiência mental, sujeita, além disso, a um certo grau de controlo consciente. Desse modo, a memória não só não se apresenta como um mero mecanismo que copia informação e a armazena na nossa cabeça, mas também com a experiência de recuperar essa informação e de a combinar de maneira a formar pensamentos novos (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 29).

Mas na prática como é que a memória serve de fonte de conhecimento? Para os autores, essa pergunta poderia ser reformulada, uma vez que parte do princípio de que a memória apenas armazena e desconsidera sua capacidade criativa, para a pergunta: o que é que constitui a experiência da memória?

Os autores criticam o modelo que considera a memória 'cópia e armazenamento', uma vez que este não corresponde realmente à experiência da memória. "[...] Tal não implica que a confiança que temos na memória seja indevida. Simplesmente, obriga-nos a ir procurar noutra fonte desta confiança" (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 39).

Dessa forma, o uso do termo memória social parece que busca validação para a memória. Entretanto, alertam os autores:

Se a memória é validada na e através da prática real, segue-se que, infelizmente essa memória nunca é absolutamente segura. O nosso conhecimento, tanto do passado, quanto do presente, é construído sobre ideias e evocações na mente presente; não pode ser mais fiel do que as ideias e evocações sobre as quais se constrói. A confiança que temos na memória é limitada pela possibilidade de uma nova experiência ou ideias melhores a contradizerem. Tenhamos ou não consciência disso, o que tem valor na memória não é a sua capacidade de providenciar um fundamento inabalável ao conhecimento, mas, simplesmente, a sua capacidade de nos manter à tona da água (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 40).

Essa constatação levanta uma questão preocupante no que diz respeito ao uso da memória, mas ao mesmo tempo evidencia problemas de outras ordens que podem desestruturar algumas crenças da sociedade contemporânea. Ora, se a confiança na memória estiver ligada a uma precisão no que tange às informações, de fato não será possível sua validação, pois é de sua característica uma natural construção que se vale do passado em diálogo com o presente, em processo contínuo. Não se pode exigir que a memória se apresente de forma inabalável, assim como nada pode ser apresentado desse modo, uma vez que as informações utilizadas como fundamento para a organização da própria sociedade, que se consideram precisas, também são alvo de mudanças e relatividades.

Em princípio, podemos ir olhando a memória social como expressão da experiência colectiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, podemos confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; outras, não podemos. Em ambos os casos, porém, a questão de nós considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de eles [os grupos] considerarem verdadeiras as suas memórias (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 41-42).

Seguindo essas perspectivas, os autores consideram não haver problema quando a memória não tem como ser confrontada. Apesar de serem exigidos cumprimentos de alguns critérios para tornar a memória uma memória social, confrontando os acontecimentos com documentos por exemplo, a impossibilidade do confronto não deveria ser um problema, pois o que há de válido na memória é o sentimento do grupo a que ela pertence ou é construída.

A memória social é uma fonte de conhecimento. Isso significa que faz mais do que fornecer um conjunto de categorias através do qual, de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio; dá também ao grupo matéria de reflexão consciente. Isso significa que devemos situar os grupos em relação às suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus próprios 'fantasmas' e como os utilizam para fonte de conhecimento (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 42).

Nesse sentido, parece haver um entendimento sobre as diferenças entre memória social e outras modalidades de memória, ao passo que há uma defesa dos autores para que todas, cada uma a sua maneira, possam ser consideradas independentemente de critérios preestabelecidos para sua legitimação no contexto da comunidade.

Com isso, os autores colocam três categorias associadas à memória: reconhecimento, evocação e articulação. O reconhecimento é o modo de perceber a presença da memória como parte integrante do indivíduo ou grupo; a evocação é o ato de trazer à tona esta memória; e a articulação é o potencial de comunicação desta memória para outros. E alertam: “[...] A nossa experiência de memória, porém, interfere com a maneira como usamos a memória. Estas distinções influenciam, portanto, o modo como usamos realmente a nossa memória” (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 45).

O trecho supracitado se refere ao fato de que os usos da memória são diversos e, a depender da cultura do grupo, há mais ou menos habilidades

desenvolvidas e isso inclui também os processos de reconhecimento, evocação e articulação da memória. Fentress e Wickham (1998, p. 57) exemplificam a complexidade desse fenômeno:

[...] não percebemos as mudanças do rosto que todas as manhãs vemos no mesmo espelho. Mas se confrontados subitamente com uma velha fotografia, podemos ficar surpreendidos ao ver como o processo de mudança operou em nós. As mudanças escapam-nos não apenas por serem, no dia-a-dia, demasiado pequenas para se reparar nelas; é a natureza habitual da ação que esborrata a nossa recordação anterior. Se não houver qualquer associação especial que leve a memória a resistir, descobrimos que somos simplesmente incapazes de nos lembrar de nos termos visto ao espelho há um mês, um ano ou dez anos.

Nesse exemplo, o reconhecimento se dá quando se percebe a mudança nas feições do indivíduo que se olha no espelho, os elementos que constituem esse processo mutativo e suas implicações num contexto mais amplo, na realidade contextual; a evocação é o que faz com que essa percepção de mudança acenda o confronto entre uma fotografia antiga e a imagem refletida no espelho; já a articulação é o que se constrói a partir da percepção e do confronto anteriores, tornando o indivíduo ou grupo capaz de se dar conta e comunicar esse processo a outrem. E é nesse contexto que se percebe a complexidade da memória, se por um lado as memórias são próprias do indivíduo, não devendo haver necessidade de outros meios para confrontar sua veracidade, por outro lado, são esses outros meios que trazem os despertar da memória muitas vezes.

O que é verdade para a memória dos indivíduos também é verdade para a memória social (FENTRESS; WICKHAM, 1998), concepção indicativa de uma necessidade de comprovação que, no fim das contas, ultrapassa a específica questão da memória, mas vai ao encontro de anseios filosóficos e existenciais da vida humana: a eterna busca pela verdade.

Em suma, o trabalho dos autores, além de identificar a presença do indivíduo como sendo construtor de suas próprias memórias, considera que a memória, sobretudo a memória social, é um elemento de constatação de um evento ocorrido, sendo válido também o olhar sobre ela na busca por sentido.

### **4.3 Quadro comparativo dos autores e obras seminais**

Os termos memória coletiva e memória social aparentam na literatura, conforme apresentam os autores, preferência de escolha entre o uso de uma em detrimento de outra, evidenciada pela não distinção clara nas concepções. Os autores considerados seminais para esta pesquisa não se preocupam em diferenciar os termos, fazem uma opção e, à medida em que o tema é desenvolvido, é possível perceber que ora são colocados como sinônimos, ora um deles como inadequado, sendo esta última interpretação mais evidente quando outros pesquisadores debatem o tema utilizando-se dos estudos dessas obras seminais. Dessa forma, partindo de uma perspectiva analítica acerca dos termos memória coletiva e memória social, busca-se enxergar esta possível distinção.

Inicialmente, ao analisar o uso predominante dos termos pelos autores, aqui considerados seminais – Halbwachs para memória coletiva e Fentress e Wickham para memória social – foi possível perceber um posicionamento político – no sentido amplo do termo – para o uso de um termo e não a outra, sobretudo se forem considerados os contextos pelos quais percorreram os estudiosos do tema.

Os autores seguem perspectivas distintas fazendo referência ao mesmo fenômeno. Entretanto, se faz importante observar o lugar de cada um deles, sua formação e vieses de estudos para melhor identificar tais contraposições.

Considera-se interessante contextualizar Halbwachs para entender o motivo que o levou a se interessar pela memória coletiva e conseqüentemente o uso do termo no desenvolvimento de sua teoria.

Maurice Halbwachs nasceu em 1877 na França. Estudou na Escola Normal Superior de Paris, sendo aluno e influenciado pelo filósofo Henri Bergson na formação de seu pensamento e foi através do sociólogo Émile Durkheim que aprofundou seus conhecimentos em Sociologia, tornando-se seu discípulo. Foi professor de Filosofia e Sociologia; estudou Direito, Ciências Sociais e Matemática; doutorou-se em Ciências Políticas e Econômicas e depois em Letras; obteve cátedra de Psicologia Social e, politicamente, associou-se ao Partido Socialista.

Nesse entremeio, vivenciou as duas grandes guerras mundiais, o que fez com que se interessasse pelas questões do evolucionismo natural e social, passagem do mundo rural para o urbano, perda de laços tradicionais e desagregação comunitária de uma forma que pudesse problematizar e compreender as ações e natureza

humana. Na Segunda Guerra mundial foi preso e morto em um campo concentração na Alemanha.

A obra de Halbwachs destaca-se por suas referências no campo da psicologia social, sobretudo nos estudos que findaram na formulação de uma teoria acerca da memória coletiva, a qual coloca o passado e o presente como um vínculo psicossociológico. Em sua obra póstuma, *Memória Coletiva*, cuja primeira publicação é datada de 1950, o autor considera as questões psicológicas, o “problema” mental da memória e como isso se revela.

Antes de seus estudos, acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, que os aspectos da memória eram regidos apenas pelas leis biológicas. Nesse sentido, Halbwachs, no início do século XX, traz uma importante mudança de pensamento sobre o estudo da memória. Para ele, há uma relação íntima entre o indivíduo e o coletivo, ou seja, a presença de um fator social (MIRANDA, 2019).

Para Halbwachs, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Ou seja, se o ser humano é resultado de interações sociais e as recordações se ancoram em pontos de referências (sons, paisagens etc.), toda memória (individual ou coletiva) se insere no mesmo espaço que o das lembranças compartilhadas. Além disso, essas memórias que haviam sido arquivadas pelos recursos mentais se materializam através da linguagem para serem comunicadas, o que é também uma construção social (MIRANDA, 2019).

No livro “Os quadros sociais da memória”<sup>9</sup>, publicado antes de “A memória coletiva”, Halbwachs (1925) afirma que a realidade é construída a partir de três quadros fundamentais: espaço, tempo e linguagem. Para ele, os quadros sociais<sup>10</sup> são muito mais que pontos de referência para as lembranças, eles são a própria condição da vida em sociedade, consistindo nas categorias de entendimento que enquadram toda a experiência humana: a linguagem, o tempo e o espaço (GRAEFF; GRAEBIN, 2018). Uma vez que Halbwachs sugere que, no processo de recordação, a lembrança é organizada e sustentada por grupos de pertencimento, a linguagem

---

<sup>9</sup> Les Cadres Sociaux de la Mémoire não dispõem de uma tradução em português. No caso de *La Mémoire Collective*, temos duas traduções: uma de Laurent Léon Schaffter (1990), pela Editora Vértice, e outra de Beatriz Sidou (2006), pela Editora Centauro (GRAEFF; GRAEBIN, 2018, p. 56).

<sup>10</sup> Sistema de valores que unificam determinados grupos – familiares, religiosos, de classe (GONDAR, 2005).

seria, em termos práticos, o conjunto dos nomes, parentescos, doutrinas, ideologias; o tempo e o espaço seriam os eventos, as comemorações, os ritos.

A reconstrução da realidade por meio dos quadros sociais da memória, portanto, se inscreve no presente. Essa é uma das teses fortes de Halbwachs, que implica em desfazer a ideia de memória como um fundo de imagens passadas que são revividas em momentos de devaneio ou de busca intencional de informações. Há imagens do passado que vem ao espírito, reconhece Halbwachs, mas elas não são a substância da memória coletiva ou da memória individual. A memória organiza-se por meio de toda a realidade: das relações com os outros, com as coisas, com os marcos temporais, com os movimentos e com as palavras e sons. As imagens do passado se conformam a essas dimensões da realidade; elas são enquadradas socialmente pelo espaço, pelo tempo e pela linguagem (GRAEFF; GRAEBIN, 2018, p. 62).

Em termos concretos, a memória coletiva seria aquela lembrança vivida por um indivíduo ou repassada para ele que diz respeito a um grupo ou comunidade cujas informações mais relevantes vão sendo repassadas e responsáveis pela construção da história oral deste lugar. E, mais importante do que isso, para que esse evento se torne memória, é preciso que outros estejam presentes, seja fisicamente no acontecimento, seja contribuindo com outros elementos que façam o evento vir à tona.

Inaugurando uma “sociologia da memória”, Halbwachs introduziu uma questão importante e inovadora ao apresentar a memória como fenômeno construído coletivamente. Diferentemente de Bergson, que atribuiu a materialidade da memória ao corpo, o sociólogo observou que a materialidade da memória está na sociedade. Ou seja, o sentido de materialidade ultrapassa os limites da concretude, dando espaço para as relações inerentes as ações sociais, as quais não necessariamente podem ser palpáveis, mas simbólicas (MACIEL, 2011).

Nessa concepção, a memória é uma construção social e emocional que parte de lembranças. Uma vez que, conforme Halbwachs (2013, p. 30), nunca se está só, pois “sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”, o indivíduo compartilha das experiências, impressões e lembranças dos outros. Contudo, é necessário procurar um ponto de contato para que as lembranças se constituam a partir de uma base comum. A descontinuidade leva ao esquecimento, durando a memória enquanto o grupo existir, uma vez que toda lógica de percepção ou compreensão é dada pela lógica do grupo (MACIEL, 2011).

Dessa forma, a memória coletiva é plural, são muitas, existindo tantas memórias quantos grupos existirem. Ela é o somatório das memórias individuais a partir de uma espécie de identidade coletiva (MACIEL, 2011).

E assim como foi necessário buscar sobre a história e pensamento do autor de Memória Coletiva, também se considerou importante conhecer um pouco mais de Fentress e Wickham, autores do livro “Memória Social”.

A obra, publicada em 1992, é produto de uma colaboração entre esses dois autores, ambos com treinamento, estilos e interesses literários diferentes, mas com ideias convergentes.

Poucas informações foram encontradas sobre James Fentress, o que se sabe é que nasceu nos Estados Unidos, estudou Filosofia em Princeton e doutorou-se em Antropologia na *University of Oxford*.

Christopher John Wickham é historiador e acadêmico britânico. Foi professor na Universidade de Birmingham, depois foi nomeado Professor Chichele de História Medieval na Universidade de Oxford, atuando como presidente da Faculdade de História e Chefe da Divisão de Humanidades. Ele se aposentou no final do ano letivo de 2015/2016, em linha com a política de aposentadoria compulsória de Oxford. Após a aposentadoria, Wickham foi nomeado professor de história medieval e nomeado Diretor da Escola Britânica em Roma até o momento atual.

Wickham adotou uma linha marxista para analisar as mudanças da sociedade europeia do final da Antiguidade ao início da Idade Média, tendo o pioneirismo da análise socioeconômica comparativa no período. Astarita (2007) refere-se a Chris Wickham para a compreensão do conceito de sociedades com base no modo de produção camponês. Nesta obra<sup>11</sup>, Wickham analisa uma amostra arqueológica sobre comunidades independentes.

Fentress e Wickham indicam na obra de Halbwachs uma tendência a conceder um valor “excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre consciência individual e a das coletividades que esses indivíduos coletivamente construíram” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 8). Para os autores, é o indivíduo que recorda. No entanto, os processos de rememoração e lembrança são influenciados pelo contexto social em que o indivíduo está inserido.

---

<sup>11</sup> Ver Wickham, C. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*. USA: Oxford University Press, 2005.

Para se distanciar da visão durkheimiana da predominância do coletivo sobre o individual, Fentress e Wickham propõem a utilização do termo 'memória social' [...] Segundo eles, a concepção de memória coletiva coloca o indivíduo numa condição de 'autômato', cuja memória individual seria apenas o produto de uma intercessão de identidades de grupos (NOBRE, 2009, p. 41).

Seguindo estas perspectivas, ambos os conceitos apresentam diálogo com os aspectos sociais. Halbwachs (2013, p. 9) “demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para ponto de aplicação os quadros reais que servem de pontos de referência nesta construção que chamamos de memória”. Ficando evidente que a representação de memória coletiva para ele é uma contraposição à ideia de memória individual, que a experiência individual acontece em diálogo com as referências coletivas do sujeito.

Nobre (2009) ao se referir a Halbwachs afirma que:

[...] Uma vez estabelecido que toda memória é uma reconstrução parcial e seletiva do passado, cujos pontos de referência só podem ser fornecidos pela sociedade, ele [Halbwachs] se interessa menos pelo funcionamento da memória do que pelas suas funções sociais em diferentes meios de enquadramento psíquico: a família, as classes, as comunidades religiosas, os grupos profissionais (NOBRE, 2009, p. 40).

Halbwachs destaca a importância da memória como fator de coesão dos grupos, uma vez que, para ele, nossas lembranças permanecem coletivas ainda que os acontecimentos tenham sido envolvidos e os objetos vistos apenas pelo indivíduo (nós) porque não é necessária a presença material para que outras pessoas e referências de outras pessoas estejam presentes (NOBRE, 2009).

Entende-se, conseqüentemente, que a memória social se refere às memórias elaboradas e processadas pelos atores sociais, dando sentido a comunidade e construção de identidades sociais. A ideia de memória coletiva deveria passar a ser chamada de memória social porque ela vem acentuando o caráter uniformizador da memória, aquela que a torna oficial, ou seja, resultado de disputas de poder.

Vale destacar que a expressão “memória social” já havia sido utilizada por Halbwachs em seu livro “A memória coletiva”, todavia, o autor recorre também à expressão memória social para desenvolver sua teoria a respeito do tema. Já Fentress e Wickham preferem usar a expressão “memória social” em vez de “memória coletiva” a despeito de a segunda expressão ser mais fácil de reconhecer

que esta memória não é apenas resultado de uma interseção de identidades de grupo em que o indivíduo se encontra na condição de ‘autômato’, ou seja, sem capacidade de ser um agente ativo no contexto (NOBRE, 2009).

Essa variação de nomenclatura conceitual, em relação a Halbwachs, não é fora de propósito (MASSERONI, 2020). Fentress e Wickham também estão interessados em “retóricas holísticas”, como diria o antropólogo francês Joël Candau<sup>12</sup>, uma vez que os autores especulam sobre as formas de lembrar dos camponeses, operários e mulheres, o afastamento se deve, porém, ao fato de que consideram que o conceito de memória coletiva estava desligado dos reais processos de rememoração individuais (MASSERONI, 2020).

No primeiro capítulo do livro *Memória Social*, em que Fentress e Wickham (1992) discorrem sobre as formas de rememoração dos indivíduos, há a distinção entre memória sensorial e memória semântica, no qual a primeira se refere aos sentidos (recordações de aromas, gostos, texturas, sons e imagens) e a segunda diz respeito à linguagem (estruturação e guarda de conceitos, sendo esta última mais complexa que a anterior. Nisso, os autores sugerem que Halbwachs desconsidera esses aspectos na sua teoria quando evidencia apenas a influência dos grupos.

Outra questão que leva Fentress e Wickham optarem pela expressão memória social é superar as críticas a respeito do caráter fragilizado da memória frente aos estudos científicos. Os autores, em seu trabalho, buscam uma forma de tornar a memória legítima para os estudos e formação dos discursos oficiais. Uma vez que os autores questionam a validade da memória diante de uma recordação que pode se confundir com fantasia, a partir da perspectiva de que não há uma linearidade no que é trazido pela memória e é comum a inserção de elementos para preencher lacunas geradas pelo esquecimento, concluem que esta se valida mediante a própria experiência do indivíduo no presente, pois uma das características fundamentais da memória é o fato de que ela é construída por meio da percepção do presente, não podendo ser gerada de outra forma.

---

<sup>12</sup> Candau (2019, p. 29) entende por retóricas holistas “o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultural)”.

Há uma base sólida para pensar que as estratégias de memória, tanto conscientes quanto inconscientes, são amplamente condicionadas por nossa cultura. É por isso que as distinções estabelecidas e altamente aceitas entre o semântico e o sensorial (para citar apenas um dos muitos binômios existentes) não são oposições naturais, como repetidamente argumentado no livro [Memória social], mas correspondem a desenvolvimentos graduais dentro da sociedade. Esta natureza profundamente social da memória, não só na sua dimensão coletiva, mas também no seu impacto no indivíduo, traz consigo uma implicação fundamental: a memória pressupõe sempre um elevado grau de interpretação. Para que as memórias sobrevivam e não caiam no esquecimento, a memória tem que responder a uma demanda que a remodela constantemente. O mérito do livro de Fentress e Wickham é esclarecer e enfatizar o processo de "reestruturação ativa" presente em cada ato de lembrar (MAEDING, 2003, p. 213, tradução livre<sup>13</sup>).

Candau (2019) desfez uma crítica bastante ácida às utilizações “pouco científicas” do conceito de memória coletiva (HALBWACHS, 2013) e, em menor medida ao de memória social (FENTRESS; WICKHAM, 1992). No seu entender é possível a realização de pesquisas sobre a memória coletiva, mas somente em comunidades pequenas o bastante onde o pesquisador consiga uma amostragem significativa sobre as memórias, e como são significadas pelos seus interesses, de outra maneira não se poderia afirmar qualquer coisa sobre a memória coletiva. Para o autor,

[...] a metáfora a ‘memória coletiva’ aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas (CANDAU, 2019, p. 31).

Peralta (2007, p. 7), quando analisa aspectos da obra de Fentress e Wickham, especialmente a crítica ao “determinismo coletivo na linha da escola durkheimiana”, razão pela qual adotam o termo “memória social”, afirma que esta se relaciona ao processo de legitimação dos poderes que pressupõem negociações e conflitos, e enfatiza: “[...] a construção da memória é um processo negociado entre

---

<sup>13</sup> Existe una firme base para pensar que las estrategias para recordar, tanto conscientes como inconscientes, están en buena medida condicionadas por nuestra cultura. Por eso las distinciones establecidas y altamente aceptadas entre lo semántico y lo sensorial (para solamente nombrar uno de los muchos binomios existentes) no son oposiciones naturales, como reiteradamente se argumenta en el libro [Memoria social], sino que corresponden a desarrollos graduales en el seno de la sociedad. Este carácter profundamente social de la memoria, no solamente en su dimensión colectiva, sino también en su incidencia sobre el individuo, lleva consigo una implicación fundamental: la memoria siempre supone un alto grado de interpretación. Para que los recuerdos sobrevivan y no caigan en el olvido, la memoria tiene que responder a una demanda que la remodela constantemente. El mérito del libro de Fentress y Wickham consiste en esclarecer y enfatizar el proceso de “reestructuración activa” presente en cada acto de recordar (MAEDING, 2003, p. 213).

diversos actores sociais e a sua natureza é eminentemente conflitual e em constante transformação” (PERALTA, 2007, p. 10).

Acrescenta que a memória social é concebida como “um espaço de contestação entre diferentes vozes, cada uma delas procurando fazer ouvir a sua versão do passado” (PERALTA, 2007, p. 14). E resume o pensamento:

[...] a memória social não pode ser encarada apenas como sendo determinada, regida e coercitivamente imposta por uma constelação de poderes que emana uma versão monolítica do passado. É certo que a construção social do passado encerra, sempre, relações de poder e de dominação, mas deve-se ter em conta a pluralidade de actores e de forças que contribuem para esta construção. A Pós-modernidade veio evidenciar que os indivíduos podem pertencer a uma multiplicidade de grupos e de identidades e que, portanto, as suas memórias são construídas de forma dinâmica, conflitual, selectiva e dialógica, não se limitando à modelação imposta por um grupo exclusivo (PERALTA, 2007, p. 15).

Ao falar de memória social, Gondar (2005) utiliza o documento como exemplo, alegando que ele é resultado de uma montagem da sociedade que o produziu e das sociedades que o deixaram sobreviver até onde ele consiga chegar. Dito de outra forma, essa montagem é intencional e isso não significa dizer que por traz dela exista uma inverdade, mas sim uma perspectiva. A memória, portanto, é resultado de disputas entre quem conserva, escolhe e interroga.

Isso corrobora as ideias de Huyssen (1995), para quem “o passado não é o mesmo que a memória, mas antes tem de ser articulado para ser memória”. Dito de outra forma, o passado, que é evocado pelo presente, não é o mesmo que aquele constituído pelos eventos decorridos num tempo pretérito. É, antes, uma interpretação “criativa e plástica” que permite preencher a distância que medeia a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória (PERALTA, 2007).

Portanto, a memória é resultado da construção a partir de conflitos entre as informações contidas pelos indivíduos e as forças presentes no meio que está inserida. Isso significa dizer que a memória é dinâmica e está em constante mutação, não se limitando a uma só versão. E é nesse contexto que emergem diversos termos para se visualizar a ideia de memória através de recortes, as quais se destacam a memória coletiva e a memória social, sendo a primeira uma ênfase na influência que o outro ou o meio tem sobre essa memória e a segunda um destaque para a sua importância enquanto fonte de informação, devendo ser

considerado legítimo o uso da memória nos diversos espaços (acadêmicos, institucionais, entre outros).

Explicitados o entendimento de memória coletiva e memória social a partir dos diversos autores supracitados, resta investigar como a produção científica em CI em âmbito brasileiro reconhece e se utiliza dessas concepções.

## 5 DADOS COLETADOS

Esta seção está subdividida em dados sobre memória coletiva e dados sobre memória social, de modo que seja possível visualizar quantitativamente os materiais coletados na Brapci sobre ambos os temas, para dar prosseguimento aos interesses desse estudo.

### 5.1 Dados sobre memória coletiva

Foram recuperados 86 documentos, a partir da busca pelo descritor “memória coletiva”, dos quais 10 são duplicados e 1 triplicado. Subtraindo-se o número de itens repetidos, restam para análise 74 documentos. Todavia, há três textos que se repetem, porém, publicados ora em anais de eventos, ora em periódico científico. Nesses casos, foram consideradas as publicações em periódicos, representadas pelos itens 3, 30 e 41.

Em seguida, os documentos passaram por uma triagem, pela qual foi possível selecionar apenas os textos de interesse para esse estudo, ou seja, aqueles com mais possibilidades de tratar sobre o tema em questão. Para isso, foi estabelecido um sistema de pontuação em que foi atribuído 1 ponto a cada vez que o termo “memória coletiva” foi identificado em um desses campos: título, resumo e palavras-chave. Desse modo, foram considerados, para fins desse estudo, os textos cuja pontuação foi igual ou superior a 2 pontos. Conforme apresentado no **Apêndice A**, com todos os documentos recuperados e suas respectivas pontuações, marcados com x cada item pontuado.

Atribuídas as pontuações, foram selecionados apenas os documentos que obtiveram 2 ou mais pontos a fim de seguir para a próxima etapa os quais somam 24 itens, todavia, 3 deles foram subtraídos por terem sido publicados o mesmo texto em locais diferentes, restando 21 documentos a serem analisados.

Em sequência, para compreender as concepções de memória coletiva utilizadas nesses documentos, foi preciso investigar: a) o contexto e filiação da autoria de cada um deles, b) os autores citados para fundamentar o tema e c) a concepção de memória coletiva presente nos textos. O primeiro item foi realizado através das informações que constam nos próprios documentos e, em alguns casos, no currículo Lattes de cada autor; o segundo item foi encontrado na seção em que

são apresentadas as referências de cada texto; e o terceiro item foi localizado no corpo do texto a partir da busca pelo termo “memória coletiva”. No **Quadro 5** é possível verificar os documentos que obtiveram pontuação suficiente para análise e os pontos pertinentes para a investigação.

Quadro 5 - Dados para análise sobre memória coletiva

REFERÊNCIA	CONTEXTO E FILIAÇÃO DE AUTORIA	AUTORES CITADOS	CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA
<p>AGUIAR, Niliane Cunha; JESUS, Juliana de. Gestão informacional do Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS) e a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras/SE. <b>Revista Fontes Documentais</b>, Aracajú, n. 2, v. 2 n. 2, p. 7-23, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/134718">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/134718</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Niliane Cunha de Aguiar</b> Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFS). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela UFPE.</p> <p><b>Juliana de Jesus</b> Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFS.</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação de conceito sobre o tema</p>
<p>ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; GAUDÊNCIO, Sale Mário. Memória de poetas populares na internet: Uso da plataforma Wordpress na preservação e acesso a artefatos poéticos da literatura de cordel brasileira. <b>Liinc em revista</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 11, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93597">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93597</a>. Acesso em: 14 jan.</p>	<p><b>Maria Elisabeth Baltar Carneiro de Albuquerque</b> Doutora em Letras pela UFPB. Professora do PPGCI/UFPB</p> <p><b>Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira</b> Doutora em Letras pela UFPB. Professora do PPGCI/UFPB</p> <p><b>Sale Mário Gaudêncio</b> Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Bibliotecário-Documentalista da BCOT/UFERSA</p>	<p>HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.</p>	<p>Halbwachs (1990, p. 81-82) explica que a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Isso se dá numa perspectiva cíclica e atemporal, valorizando as relações sociais, comunitárias, étnicas, religiosas, culturais e</p>

2021.

individuais de um grupo, ou seja, é um instrumento mobilizador de força ou de poder, que conduz um grupo a ter reconhecimento por meio de suas lembranças.

AQUINO, Maria Clara. A folksonomia como hipertexto potencializador de memória coletiva: um estudo dos links e das tags no de.licio.us e no Flickr. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 4, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93424>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS)

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.  
 CASALEGNO, Federico. *Memória cotidiana: comunidades e comunicação da era das redes*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

De acordo com Halbwachs (2004) o que há, na verdade, é o que ele chama de “intuição sensível”. A memória individual, para o autor, seria um ponto de vista sobre a memória coletiva, mutante de acordo com o lugar que cada indivíduo ocupa, que também se modifica de acordo com as relações que cada indivíduo mantém com os outros e com os meios. Devido à intensa socialização, o indivíduo não mais distingue entre fatos, dizeres e idéias de caráter individual ou coletivo, por isso a improcedência, segundo Halbwachs (2004), de uma memória totalmente individual. O contato com os outros indivíduos e com os meios de informação, dos quais fala Halbwachs (2004), corresponde ao que Lévy (1993) argumenta sobre as associações que os indivíduos fazem frequentemente. Está-se sempre relacionando fatos

BARROS, Thiago Henrique Bragato. TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68027>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Thiago Henrique Bragato Barros**  
Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, e graduação em Arquivologia pela mesma instituição.  
**Natália Bolfarini Tognoli**  
Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, e graduação em Arquivologia pela mesma instituição.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

com pessoas e com peças de informação com os quais já se teve contato, ou se manteve alguma relação e formando assim, uma memória coletiva através de situações vivenciadas em conjunto e do contato com informações de diversos meios (p. 308).

“A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 81). (p. 76)  
Esta memória está muito bem relacionada com o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990), responsável por cunhar o conceito. Pode-se compreender, a partir de seus estudos, que existe uma memória individual, que se relaciona com a memória coletiva, e esta memória coletiva pode ser entendida como a memória que é partilhada, transmitida e construída pela sociedade. Para ele a memória aparentemente mais particular remete a

<p>BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Documentos “Sensíveis” e censura no período do AI-5 (1968-1978) no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, <b>Anais...</b> Marília, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105306">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105306</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Emanuella Maria Barbosa Lourenço Bezerra</b> (PPGCI – UFPE) <b>Raimundo Nonato Macedo dos Santos</b> (PPGCI – UFPE)</p>	<p>HALBWACHS, Maurice. <b>A memória coletiva</b>. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.</p>	<p>um grupo, todos os indivíduos fazem parte de grupos em maior ou menor grau.</p> <p>Halbwachs (2006) por meio de seus estudos sobre a memória coletiva pôde estabelecer uma “estrutura social da memória”; é através dessa perspectiva que as pesquisas sobre memória adquirem um viés mais social. O autor evidencia que as memórias transcendem o plano individual, o que permite analisar a memória de forma coletiva, verificar os fatores sociais além da própria história escrita. (p. 6).</p>
<p>CIVALLERO, Edgardo. Memoria colectiva y bibliotecas: apuntes sobre caminos a futuro. <b>Convergências em Ciência da Informação</b>, São Cristóvão, n. 2, v. 2 n. 2, p. 6-22, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135354">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135354</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>Não foi possível acessar o arquivo completo</p>		
<p>LUVIZOTTO, Caroline Kraus. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. <b>Liinc em revista</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 11, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90783">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90783</a>.</p>	<p>Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Socióloga. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de</p>	<p>NÃO HÁ CITAÇÃO DE AUTOR SOBRE O TEMA</p>	<p>NÃO HÁ CITAÇÃO DE AUTOR SOBRE O TEMA</p>

Acesso em: 14  
jan.2021.

Arquitetura, Artes e  
Comunicação da  
Unesp, Campus de  
Bauru.

MARINHO JÚNIOR,  
Inaldo Barbosa; SILVA,  
Junia Guimarães.  
Arquivos e informação:  
uma parceria  
promissora. **Arquivo &  
Administração**, Rio de  
Janeiro, n. 1, v. 1,  
1998. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21005>.  
Acesso em: 14 jan.  
2021.

**Inaldo Barbosa  
Marinho Júnior**

Graduação em  
Arquivologia pela  
Universidade Federal  
do Estado do Rio de  
Janeiro (1991),  
Mestrado em Ciência  
da Informação pela  
Universidade Federal  
do Rio de Janeiro  
(1996) e Doutorado em  
Ciência da Informação  
pela Universidade de  
Brasília (2011). É  
Especialista em  
Informação e  
Documentação (CDC-  
UFRJ/ECO, 1994) e  
em Gestão e  
Tecnologias Editoriais  
(UNB, 2014).  
**Junia Guimarães  
Silva**  
Possui graduação em  
Museologia - Museu  
Histórico Nacional  
(1973), graduação em  
Administração de  
Empresas pela  
Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de  
Janeiro - PUC/RJ  
(1988), mestrado em  
Ciência da Informação  
pelo Instituto Brasileiro  
de Informação em  
Ciência e Tecnologia -  
IBICT/UFRJ (1997) e  
doutorado em Ciência  
da Informação pelo  
Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência  
e Tecnologia -  
IBICT/UFRJ (2003).

Não há citação de  
autor diretamente  
ligado ao tema.

É importante que  
avaliemos a nossa  
própria alienação,  
frente à produção e à  
guarda de nossa  
memória documental,  
para que possamos  
entender por que o  
poder dominante nos  
convença tão  
facilmente da  
ausência de ligações  
com o passado (com  
a nossa história) em  
nossa vida cotidiana,  
além de provocar a  
desorganização da  
memória coletiva  
como base para o  
pensar e o agir. A  
materialização da  
memória coletiva, sob  
a forma de registros  
documentais,  
consolida as garantias  
individuais/coletivas  
como instrumento  
básico do cidadão  
contra o poder  
avassalador da  
administração pública  
(p. 18).

MARTINS, Elane  
Epifane; MARTINS,  
Eliane Epifane. Centro  
de Memória da

Arquivo Corrompido

Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do Estado do Pará, sob o risco de deterioração. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137025>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NÓBREGA, Isabella de Oliveira e; MANINI, Miriam Paula. #impeachment ou #naovaitergolpe: uma análise sobre a folksonomia na indexação de imagens fotográficas em redes sociais da Web 2.0. **Biblionline**, João Pessoa, n. 4, v. 12, p. 73-84, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16079>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Isabella de Oliveira e Nóbrega**  
Bacharel em Biblioteconomia  
**Miriam Paula Manini**  
Doutora em Ciências da Comunicação.  
Professora do curso de Arquivologia e do PPGCI-UNB

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Tornou-se possível estabelecer as relações dos padrões de etiquetagem com a construção da memória coletiva relativa ao momento social e histórico vivido pelos brasileiros dentro e fora das postagens da Internet. Halbwachs (2006) considera o envolvimento um fator importante na construção e na evocação da memória. Este envolvimento se relaciona ao interesse depositado naquele momento. (p. 7).

PEREIRA, Zélia Maria Cruz. Os Arquivos de Mulheres em Portugal. **Archeion Online**, João Pessoa, n. 1, v. 7, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148372>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Investigadora do CES, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; e colaboradora do CEC, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorada em Ciências da Informação e Documentação

Não há citação sobre o tema

Não há citação sobre o tema

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Do Instituto Internacional de Bibliografia ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: as bibliografias como memória do conhecimento e reflexos das ideias de Otlet no Brasil.

**Informação & Informação**, [S. l.], n. 2, v. 20, p. 63-85, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34062>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Arquivo corrompido

POLLI, Caroline Teixeira da Silva; MOLINA, Letícia Gorri. As questões de memória e os direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103166>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Caroline Teixeira da Silva Polli** (Mestranda em Ciência da informação - Universidade Estadual de Londrina)  
**Letícia Gorri Molina** (Doutora em Ciência da Informação - Universidade Estadual de Londrina)

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

Alguns autores como Le Goff (1990) apontam que a memória coletiva existe nas sociedades sem escrita, na qual o conhecimento era passado de forma oral. A escrita e a capacidade de registrar acontecimentos teriam extinguindo a memória coletiva, que foi substituída pela social, que tem como testemunhas os documentos escritos (GONDAR, 2008). Já Halbwachs (1990) não diferencia essas memórias, para ele a interação com a coletividade já torna a memória coletiva uma memória social. Disso conclui-se que memória coletiva pode existir em sociedades pós-escritas, o que a diferencia da memória social é o interesse com que essa é

construída e repassada. Ou seja, a memória coletiva é aquela que aparece numa comunidade de forma mais natural, no desenvolver de suas atividades cotidianas, já a memória social teria influência do momento político, do grupo social, de aspectos emocionais, podendo ser manipulada por quem tiver poder sobre esses aspectos. (p. 6583).

Para Halbwachs (1990, p. 51) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, Nora<sup>4</sup> citado por Le Goff (1990) se refere ainda ao desenvolvimento de um modelo que história e memória acabaram desenvolvendo baseadas na rememoração e memorização, típicos da memória coletiva. Faz-se aqui uma observação sobre o termo “memória coletiva”. Le Goff indica que este termo deve ser utilizado para os povos sem escrita, onde predominava a figura do “homem-memória”, e os conhecimentos eram transmitidos de forma oral, e explica que o surgimento da escrita traz um desdobramento desta memória: a celebração através de

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB8 Digital**, São Paulo, n. 1, v. 4, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9723>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Valéria Matias da Silva Rueda**  
Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP.  
**Aline de Freitas**  
Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP.  
**Valéria Martin Valls**  
Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel de França; ROSA, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Redes Sociais como Lugares Enviados de Memória: um discurso coletivo da paralisação dos caminhoneiros de 2018. **Informação & Informação**, [S. l.] n. 1, v. 25, p. 66-91, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137745>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Denise Braga Sampaio**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB. Professora do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da UFBA.

**Izabel França de Lima**

Doutora em CI. Professora do Departamento e do Programa de Ciência da Informação da UFPB.

**Maria da Luz Olegário**

Doutora em Letras pela UFPB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (UFPB)

**Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira**

Doutora em Letras pela UFPB. Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, PPGCI e PPGOA da UFPB.

**HALBWACHS, M. A Memória coletiva.**

São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990

um monumento, de um acontecimento memorável e a sua respectiva comemoração e a memória ligada a um documento, suporte específico para o registro de forma escrita. (p. 80)

Halbwachs (1990) assevera que, para acessarmos nosso passado, nos valem as lembranças de outras pessoas, funcionando estas como “referências que existem fora de si”. Valemo-nos delas, dentro de um universo simbólico socialmente inteligível para compor nossas narrativas e evocar nossas lembranças. Tais lembranças são constituintes do sujeito, “[...] não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 72). Esse acesso às nossas lembranças constitui a memória individual, esta é única, mas não isolada ou fechada, isso se dá por este acesso de que fala Halbwachs (1990), mas também pela possibilidade de contato com as memórias coletivas, uma se constitui a

partir da outra e também de uma terceira, a memória histórica, esta última, contém a narrativa oficial do fato, construída nas relações de poder que se estabelecem na disputa por essa narrativa oficial (LE GOFF, 1990; KESSEL, 2003). (p. 77)

SANTOS, Paula Wivianne Quirino dos; ALBUQUERQUE, João Pedro Silva. Redes sociais online como espaços de memória: uma visão a partir da página “Recife de antigamente”. **Biblionline**, João Pessoa, n. 3, v. 13, p. 107-121, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16511>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Paula Wivianne Quirino dos Santos**  
Discente de Mestrado em Ciência da Informação na UFPE  
**João Pedro Silva Albuquerque**  
Discente de Mestrado em Ciência da Informação na UFPE

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

A perspectiva da identidade coletiva leva a abordagem de outro conceito relacionado a memória que é a memória coletiva, uma vez que de acordo com Halbwachs (1990) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva pelo fato de que segundo o autor, as lembranças são construídas de forma coletiva em espaços que são compartilhados pelas pessoas. (p. 3)

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; HOLANDA, Cinthia Maria Silva de; SILVA, Fábio Mascarenhas e; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. Historiografia da atividade científica: reflexões sobre o papel da teoria "vis-à-vis" da prática. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 3,

Sem informações

2012, Gramado.  
**Anais...** Gramado,  
 2012 Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/46908>.  
 Acesso em: 14 jan.  
 2021.

SAYÃO, Luís  
 Fernando. Bases de  
 dados: a metáfora  
 científica. **Ciência da  
 Informação**, Brasília,  
 n. 3, v. 25, 1996.  
 Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/20359>.  
 Acesso em: 14 jan.  
 2021.

Doutor em ciência da  
 informação. Chefe da  
 Divisão de Tecnologia  
 da Informação do  
 Centro de Informações  
 Nucleares da  
 Comissão Nacional de  
 Energia Nuclear  
 (CNEN/CIN).  
 Professor-adjunto da  
 Universidade do Rio de  
 Janeiro (UNI-RIO).

HALBWACHS,  
 Maurice. *A memória  
 coletiva*. São Paulo:  
 Vértice, 1990. 189 p.  
 POLLAK, M.  
 Memória,  
 esquecimento,  
 silêncio. *Estudos  
 Históricos*, v.2, n.3, p.  
 3-15, 1989

"Fazemos apelo aos  
 testemunhos para  
 fortalecer ou debilitar,  
 mas também para  
 completar, o que  
 sabemos de um  
 evento do qual já  
 estamos informados  
 de alguma forma,  
 embora muitas  
 circunstâncias nos  
 permaneçam  
 obscuras".  
 É com essas exatas  
 palavras que Maurice  
 Halbwachs inicia seu  
 livro publicado  
 postumamente, a  
*Memória Coletiva*. Por  
 uma coincidência  
 extremamente  
 provocante, é também  
 desta forma, ou  
 melhor, é no estado  
 que poderia ser  
 descrito precisamente  
 por essas mesmas  
 palavras de  
 Halbwachs, que um  
 pesquisador, um  
 cientista interroga um  
 banco de dados à  
 procura de  
 informações que  
 insiram seu trabalho  
 de pesquisa na  
 ciência feita pelo seu  
 grupo. Isto é, ele  
 procura um azimute,  
 um quadro de  
 referências que faça  
 com que ele possa  
 reconstruir seu  
 conhecimento sob a  
 luz dos testemunhos  
 dos seus pares e  
 orientar o seu  
 trabalho no sentido

SILVA, Aline Gonçalves da. O legado bibliográfico de Herman Lent contribuindo para a memória da saúde pública brasileira. **Revista Fontes Documentais**, Aracajú, v. 3, p. 719-734, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151249>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Aline Gonçalves da Silva**

Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ. Graduada em Biblioteconomia pela UNIRIO. Bibliotecária da Fundação Oswaldo Cruz.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

estabelecido pela comunidade científica ou acadêmica em que ele está ou deseja estar inserido.

Maurice Halbwachs (2006) contribui com uma noção de memória coletiva, no aspecto da lembrança como resultado de um processo coletivo, uma circunstância que acontece dentro de um contexto social. (p. 721)

SILVA, Igor Oliveira; MARTINS, Gracy Kelli. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: casa da memória da sociedade Potiguar. . In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103298>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**IGOR OLIVEIRA DA SILVA**

(PPGCI - Universidade Federal da Paraíba)  
**GRACY KELLI MARTINS**  
(DCI/PPGCI - Universidade Federal da Paraíba)

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

Recorremos aos estudos do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), que contribuiu de forma significativa para o debate ao cunhar o conceito de memória coletiva, tendo em vista que é a partir das suas discussões que a memória ultrapassa o plano individual sendo reconhecida como parte das construções sociais. Para o autor: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013, p.69). Dessa forma, entende-se que a história das sociedades, assim como as suas tradições, é composta por múltiplas memórias individuais,

			que quando compartilhadas se transformam em memória coletiva, pois os indivíduos nunca estão isolados, mas sempre inserido em um grupo social. (6621)
SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; CAREGNATO, Sônia Elisa; BUFREM, Leilah Santiago. Práticas de citação e memória coletiva: aproximações possíveis na Ciência da Informação. <b>Informação &amp; Informação</b> , [S. l.], n. 3, v. 19, p. 242-257, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	<b>Murilo Artur Araújo da Silveira</b> Doutorando em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor da UFPE. <b>Sônia Elisa Caregnato</b> Doutora em Information Studies pela University of Sheffield. Professora da UFRGS. <b>Leilah Santiago Bufrem</b> Doutora em Ciências da Comunicação pela USP Professora visitante sênior vinculada ao PPGCI-UFPE	HALBWASCH, Maurice. <b>A memória coletiva</b> . São Paulo: Centauro, 2006.	A ideia admitida neste ensaio para memória coletiva é a de reconstrução de fatos, acontecimentos e momentos históricos por meio dos discursos efetivamente pronunciados pelos testemunhos, e agenciados por um grupo social como produto de construção coletiva (COMPAGNON, 2007; HALBWASCH, 2006). (p. 250)
SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , São Paulo, n. 2, v. 15, p. 106-132, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113918">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113918</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	<b>Admeire da Silva Santos Sundström</b> Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).	LE GOFF, Jacques. <b>História e memória</b> . Campinas: UNICAMP, 1990.	[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1990, p. 475). (p. 124)
SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos; MORAES, João Batista Ernesto.	<b>Admeire da Silva Santos Sundström</b> Doutoranda; Universidade Estadual	HALBWACHS, Maurice. <b>A memória coletiva</b> . São Paulo: Centauro, 2003	A memória é um fenômeno do presente, pois suas atualizações e o

Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 2, v. 25, p. 13-38, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113744>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Paulista, Marília, SP, Brasil;  
**João Batista Ernesto de Moraes**  
 Doutor; Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.

momento que ela ocorre são no presente. O seu aparecimento se dá devido a uma mescla de fatores que correspondem à preocupação atual do grupo ou indivíduo (HALBWACHS, 2003). O ambiente em que o indivíduo vive, no caso, a sociedade, é a condição necessária para mantê-la.

A memória se sustenta nos pontos de referência social, nos vínculos sociais; existe na permanência do grupo; e se fortalece nas relações mantidas por estes.

Como necessita desse vínculo para se manter, a dispersão desse grupo tende a enfraquecer a memória (HALBWACHS, 2003).

Para a memória ser evocada ela deve ser construída socialmente, e esse processo de construção não é finito: ele sofre reconstrução constantemente; necessita também de atualização, que é fundamentada na relação interpessoal (HALBWACHS, 2003). (p. 23)

SÁ, Paloma Israely Barbosa de; BUFREM, Leilah Santiago. A produção dos bolsistas de produtividade em ciência da informação sobre memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123890>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Paloma Israely Barbosa de Sá**  
(Mestre em CI - Universidade Federal de Pernambuco)

**Leilah Santiago Bufrem**  
(Universidade Federal da Paraíba)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

A memória coletiva é um dos conceitos mais utilizados em pesquisas que tratam da memória. Para Halbwachs (2006), autor que cunhou esta ideia, a memória coletiva é formulada a partir da relação entre um grupo e o contexto, a partir da qual se destacam lembranças comuns, o que leva a considerar a memória individual apenas como um dos pontos de vista sobre a memória coletiva, pois esta “determina as memórias individuais que podem ser mutáveis com base na relação tanto da memória coletiva quanto individual com outros ambientes” (VIEIRA; KARPINSKI, 2018, p.300). (p. 5)

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).

Foram 24 documentos selecionados pela triagem daqueles recuperados na plataforma da BRAPCI a partir da busca com o descritor "memória coletiva" para serem analisados considerando os pontos pertinentes para os objetivos desse estudo. Através de uma leitura inicial a fim de identificar os trechos em que se menciona "memória coletiva", foram selecionados 17 trabalhos que apresentam definição ou discussão sobre o tema. Esses foram analisados por meio de uma leitura mais atenciosa na tentativa de compreender o que se entende por sua definição; os outros 7 não puderam ser analisados por falta de qualidade no arquivo que estava corrompido, ou sem citação sobre o tema específico. Além da definição do tema, foi verificado quais autores foram utilizados para embasamento teórico.

O artigo “Memória dos poetas populares na internet: uso da plataforma Wordpress na preservação e acesso a artefatos poéticos da literatura de cordel brasileira” utiliza Halbwachs ao explicar que a memória coletiva se dá numa perspectiva cíclica e atemporal, valorizando as relações sociais, sendo um instrumento mobilizador de força ou de poder, que conduz um grupo a ter reconhecimento por meio de suas lembranças.

O artigo “A Folksonomia como hipertexto potencializador de memória coletiva: um estudo dos links e das tags no de.licio.us e no Flickr” utiliza Halbwachs, distingue memória individual de memória coletiva e considera a memória resultado do relacionamento e influência que o meio e os outros têm sobre o indivíduo.

O artigo “As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais” utiliza Halbwachs, distingue memória coletiva de história e considera eu a memória retém do passado somente aquilo que é capaz de deter na consciência do grupo.

O artigo “Documentos “Sensíveis” e censura no período do AI-5 (1968-1978) no Brasil” utiliza Halbwachs e, considerando as estruturas sociais da memória, evidencia que as memórias transcendem o plano individual, o que permite analisar a memória coletiva, verificando os atores sociais além da história escrita.

No artigo “Arquivos e informação: uma parceria promissora” não há citação de autor diretamente ligado ao tema.

O artigo “#impeachment ou #naovaitergolpe: uma análise sobre a folksonomia na indexação de imagens fotográficas em redes sociais da Web 2.0” utiliza Halbwachs e traz à tona a ideia de envolvimento que é um fator importante na construção e evocação da memória de modo a ser possível estabelecer padrões relativos a momentos específicos no que diz respeito às interações sociais.

O artigo “As questões de memória e os direitos humanos” utiliza Halbwachs e Le Goff para fundamentação teórica. Enquanto Le Goff considera que a memória coletiva existe nas sociedades sem escrita, e o desenvolvimento e uso do registro (escrita) fez com que a memória social tenha a substituído, para Halbwachs não há essa distinção, para ele a interação com a coletividade já torna a memória coletiva uma memória social.

O artigo “Memória Institucional: uma revisão de literatura” utiliza Halbwachs e Le Goff para fundamentação teórica. Distingue memória coletiva de memória

individual e indica que a expressão memória coletiva deve ser utilizada para os povos sem escrita.

O artigo “Redes Sociais como Lugares Enviados de Memória: um discurso coletivo da paralisação dos caminhoneiros de 2018” utiliza Halbwachs e considera que os sujeitos se valem das lembranças de outras pessoas para acessar as suas próprias, evidencia um elo entre memória individual, coletiva e histórica e suas relações de poder.

O artigo “Redes sociais online como espaços de memória: uma visão a partir da página ‘Recife de antigamente’” afirma que as lembranças são construídas de forma coletiva em espaços que são compartilhados pelas pessoas. Utiliza Halbwachs como base.

O artigo “Bases de dados: a metáfora científica” utiliza Halbwachs e considera a memória um quadro de referências que auxilia na construção do conhecimento a partir de testemunhos.

O artigo “O legado bibliográfico de Herman Lent contribuindo para a memória da saúde pública brasileira” utiliza Halbwachs e pondera que sendo a lembrança um aspecto da memória coletiva, ela é resultado de um processo coletivo que acontece dentro de um contexto social.

O artigo “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: casa da memória da sociedade Potiguar” utiliza Halbwachs e afirma que a memória coletiva se dá quando as múltiplas memórias dos indivíduos são compartilhadas.

O artigo “Práticas de citação e memória coletiva: aproximações possíveis na Ciência da Informação” utiliza Halbwachs para fundamentação e consideram a memória coletiva um produto de construção coletiva de fatos e acontecimentos por meio de discursos e testemunhos agenciados por um grupo.

O artigo “Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário” utiliza Le Goff e evidencia as relações de poder em disputa que circundam a memória.

No artigo “Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers” a memória emerge considerando fatores que correspondem à preocupação atual do grupo e é mantida a partir disso. Sustenta-se nos pontos de referência sócia, é construída socialmente e sofre reconstruções contínuas. Utiliza Halbwachs.

O artigo “A produção dos bolsistas de produtividade em ciência da informação sobre memória” utiliza Halbwachs para fundamentação e considera que a memória coletiva é formulada a partir da relação entre os grupos e os contextos em que estão inseridos os indivíduos.

Os 17 artigos analisados que se utilizam da memória coletiva para desenvolver suas discussões tratam de uma diversidade de temáticas, importando observar quais são esses temas e subtemas que dialogam com a memória coletiva no contexto da CI. Para melhor visualização, apresenta-se no **Quadro 6** uma síntese dos artigos organizados pela sua proximidade temática em categorias:

Quadro 6 - Categorização das temáticas em memória coletiva

QUANTIDADE	TEMA	CATEGORIA
1	Cordel	Cultura
2	Folksonomia	Organização da Informação (GT2)
2	Arquivo	Arquivologia
1	Ditadura	História
1	Direitos Humanos	Direito
2	Memória Institucional	Memória (GT10)
4	Redes Sociais/Base de Dados	Tecnologia da Informação (GT8)
1	Saúde Pública	Saúde (GT11)
2	Práticas de Citação/Produção Científica	Comunicação Científica (GT7)
1	Patrimônio Cultural	Patrimônio (GT9)

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).

Tais categorias foram pensadas a partir dos grupos de trabalho da ANCIB, pois são baseados nos eixos temáticos componentes da estrutura da Ciência da Informação. Dessa forma, considerando o quadro anterior, pode-se perceber que os temas mais recorrentes em diálogo com a memória coletiva são redes sociais, cuja categoria se encaixa na Informação e tecnologia (GT8); folksonomia, que se encaixa na Organização e representação do conhecimento (GT2); arquivo que está dentro

da categoria arquivologia; memória institucional que está contida na categoria Informação e memória (GT10); produção científica que faz parte da categoria Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação (GT7)

É importante também mencionar que as regiões que mais trabalham com o tema se distribuem pelo mapa, sendo a maioria no sul-sudeste brasileiro, mas com destaque para o nordeste que também apresentam uma considerável quantidade de trabalhos sobre o tema, como é possível visualizar no **Quadro 7**:

Quadro 7 - Publicações de memória coletiva por estado

QUANTIDADE	INSTITUIÇÃO	ESTADO
1	UFS	Sergipe
3	UFPB	Paraíba
1	UFRGS	Rio Grande do Sul
3	UNESP	São Paulo
4	UFPE	Pernambuco
1	UNB	Distrito Federal
1	UEL	Paraná
1	FESPSP	São Paulo
1	UNIRIO	Rio de Janeiro
1	IBICT	Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).

Nota-se que há predominância do autor Halbwachs para fundamentação teórica, uma vez que quase todos os trabalhos o citaram. Além dele, destaca-se Le Goff, mencionado algumas vezes. Totalizando 15 trabalhos que se fundamentam em Maurice Halbwachs, dois em Le Goff sendo um deles junto de outro autor e um em que não há citação direta sobre tema.

Câmara (2015), em seu estudo sobre as concepções teóricas relativas à memória, mais evidentes nas bibliografias selecionadas pelos professores dos cursos de Pós-Graduação no Brasil, observa que as bibliografias indicadas são selecionadas a partir de um repertório pessoal, mas construído coletivamente em meio à cultura, na qual se destacam autores dominantes. Nisso, encontra nas ementas a presença marcante de Halbwachs com o maior número de ocorrências. Como dito anteriormente, o autor apresenta as lembranças que são reconstruídas a

partir dos pontos de vista individuais dentro de um grupo e se destaca por trazer um conceito de memória além do indivíduo. Esta memória também é comentada por Le Goff outro autor utilizado como base teórica, dedicou-se principalmente aos estudos sobre a antropologia histórica do ocidente medieval. Ambos franceses.

Com isso, salientar que há uma relação entre Halbwachs e Le Goff, especialmente porque Le Goff valorizou aspectos da sociologia como um estímulo para explorar o conceito de memória coletiva como o fez Halbwachs, assim como a psicologia social, relacionada aos comportamentos, às mentalidades, à antropologia, adaptando o conceito às realidades das sociedades “selvagens” que esta estuda à história, “nomeadamente no seio dessa etno-história, ou antropologia histórica, que constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica” (LE GOFF, 2003, p. 466).

Outra informação importante na compreensão das ideias acerca da memória social na produção dos trabalhos em CI é a formação dos pesquisadores, uma vez que o conhecimento formulado nos estudos é fruto do conhecimento adquirido ao longo da trajetória acadêmica. Cabe mencionar que estes detalhes de formação acadêmica são aqueles em que se encontravam os pesquisadores na época em que produziram os conteúdos e não sua formação atual. Para o que não se pode obter no próprio trabalho, foi buscada a informação no Lattes do pesquisador, considerando o ano de publicação do artigo.

Entre os 17 trabalhos analisados, são 13 pesquisadores com doutorado, 11 com mestrado e 6 com graduação. Deles, 19 com formação em Ciência da Informação ou Biblioteconomia e 12 com formação em outra área. O que evidencia que a maior parte da produção científica sobre o tema é desenvolvido por profissionais de nível mais alto academicamente, levando a inferir que são pesquisas desenvolvidas majoritariamente no âmbito da pós-graduação e que sua maior parte está envolvida pelas perspectivas da própria área, tendo também influencia de outras disciplinas como Letras e Comunicação.

## 5.2 Dados sobre memória social

Foram recuperados 120 documentos, a partir da busca pelo descritor “memória social”, dos quais 8 são duplicados. Subtraindo-se o número de repetidos, restam para análise 112 documentos.

Esses documentos passaram por uma triagem a partir do sistema de pontuação explicitado anteriormente, conforme apresentado **Apêndice B**.

Atribuídas as pontuações, foram selecionados apenas os documentos que obtiveram dois ou mais pontos a fim de seguir para a próxima etapa, restando 40 documentos.

No **Quadro 8** é possível verificar os documentos que obtiveram pontuação suficiente para análise.

Quadro 8 - Dados para análise sobre memória social

REFERÊNCIA	CONTEXTO DE FILIAÇÃO DE AUTORIA	AUTORES CITADOS	CONCEPÇÕES DE MEMÓRIA
ALONSO, Beatriz Tarré. Propuesta de organización del fondo documental del Museo Nacional de Bellas Artes. <b>Ciencias de la Información (Cuba)</b> , Habana, n. 2, v. 49, p. 9-17, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126940">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126940</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	Sem acesso ao documento	Sem acesso ao documento	
ARABIDIAN, Lizandra Veleda. Reconstrução da memória social através de práticas culturais na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa	Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade	HOLLÓS, Adriana Cox. Preservação e memória social. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. et	Para Gondar, a memória social é vista em caráter “[...] transdisciplinar e se produz nos entrecruzamentos da filosofia, da psicologia, das neurociências, das

Maria/RS. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, n. 2, v. 32, p. 169-176, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114868>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Federal Santa Maria. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal Santa Maria. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle/Canoas.

al. (Orgs.). **Cultura, representação e informação digitais**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7335/1/cultura-representacao-informacao-digitais-RI.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

ciências da informação [...] atravessando suas fronteiras e fertilizando um novo campo de problemas, onde o dissentimento resulta em novas ideias.” (GONDAR, 2004, p. 4 apud HOLLÓS, 2010, p. 30). (p. 171).

Citando GONDAR (2010).

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, n. 2, v. 16, p. 111-122, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115651>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Docente do Departamento de Ciência da Informação (UFC).

Não há citação sobre o tema.

Não há citação sobre o tema.

BARRETO, Angela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, n. 2, v. 12, p. 161-176, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75066>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Ângela Maria Barreto**

Graduada em Biblioteconomia e Documentação (FATEA/Lorena/S); Mestrado em Administração de Sistemas de Informação (PUCCAMP/Campinas/SP; Doutorado em Ciência da Comunicação - Ciência da

LEGOFF, J. **História e Memória**. Campinas, UNICAMP, 1990.

Le Goff salienta que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (1990, p.426). (p. 162).

	<p>Informação (ECA/USP/São Paulo/SP). Docente/Pesquisador na Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Departamento de Documentação e informação).</p>		
<p>CAMILO, Vandelir; CASIMIRO, Lilian. A biblioteca pessoal como lugar de memória: reflexões sobre legado, aspectos sociais e simbólicos dos livros. <b>Revista Bibliomar</b>, São Luís, n. 2, v. 19, p. 178-192, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150443">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150443</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Vandelir Camilo</b> Doutorando em Memória Social, UNIRIO. Mestre em História Política, Escola de Ciências Sociais, FGV, RJ.</p> <p><b>Lilian Casimiro</b> Bacharel e mestranda em Biblioteconomia, UNIRIO.</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>
<p>CARMO, Juliana Rabelo do; KARPINSKI, Cezar; BRÄSCHER, Marisa. A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na Organização do Conhecimento. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 1, v. 24, p. 65-85, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11687">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11687</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Juliana Rabelo do Carmo</b> Mestra; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil;</p> <p><b>Cezar Karpinski</b> Doutor; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil;</p> <p><b>Marisa Bräscher</b> Doutora;</p>	<p>FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. <b>Social memory: new perspectives on the past</b>. Cambridge: Blackwell, 1992.</p>	<p>Escolheu-se a categoria “memória social” de Fentress e Wickham (1992) por ser a que ultrapassa a discussão fenomenológica da memória individual ou coletiva. Ao discorrer sobre o papel da memória no campo epistemológico, os autores possibilitam o diálogo com várias áreas do conhecimento, entendendo o conceito de memória como interdisciplinar. Basicamente, Fentress e Wickham (1992)</p>

	<p>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil;</p>		<p>defendem uma perspectiva teórica voltada para o tratamento da memória como fonte de conhecimento, pois, nesta perspectiva, a memória leva em consideração fatores socioculturais de um contexto onde o conhecimento é produzido, organizado e comunicado. Isto corrobora com as discussões feitas em torno da cognição social e seus principais pressupostos, em especial, suas contribuições para a sociocognição e as questões da linguagem em suas vertentes de estudos. (p. 67)</p>
<p>CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. O valor da informação: um desafio permanente. <b>DataGramZero</b>, Rio de Janeiro, n. 3, v. 3, 2002. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5365">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5365</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>Arquivo errado Sem acesso</p>	<p>Arquivo errado</p>	
<p>CASTRO, Luiz Gustavo Soares; OLIVEIRA, Antonio Jose Barbosa de. Jornal Movimento: Uma análise na memória social, discurso político e midiático, imprensa alternativa e informação. <b>Revista Conhecimento em</b></p>	<p><b>Luiz Gustavo Soares Castro</b> Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.</p>	<p>HALBWAACHS, M. <b>A memória coletiva</b>. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em <a href="file:///D:/BKP%20FRED/Documents/Projeto%20final%20TCC/TCC%20Jorn">file:///D:/BKP%20FRED/Documents/Projeto%20final%20TCC/TCC%20Jorn</a></p>	<p>Considerando-se o pressuposto de que a memória é algo socialmente construído, adota-se, aqui, a perspectiva de Maurice Halbwachs em que o caráter social da memória deixa entrever que a memória é coletiva. No entanto, a</p>

**Ação**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71127>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Antonio José Barbosa de Oliveira**  
Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Vice-Decano e Superintendente Administrativo do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

al%20Movimento/34481-40433-1-PB.pdf>. Acesso em 2 out. 2014.

VIANA, Nildo. Memória e Sociedade; uma breve discussão teórica sobre memória social. In: **Espaço Plural**, n.14, p.8-10, 2006. Disponível em <file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/483-1672-1-PB%20(3).pdf>. Acesso em 2 out. 2014

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200- 212, 1992. Disponível em [http://reviravoltadesign.com/080929\\_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria\\_e\\_identidade\\_social.pdf](http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf). Acesso em 6 nov. 2014.

memória individual é uma manifestação singular do coletivo, precisando perceber que a singularidade da memória individual, mesmo que a sua constituição tenha membros de uma determinada sociedade quanto a grupos sociais no seu interior. No entanto as lembranças coletivas, quando evocadas, possuem os mecanismos de seleção que são de caráter social: valores, sentimentos, pressão social, etc., e, por conseguinte, sua constituição é social, tal como ocorre com o indivíduo, e possuem elementos que são constitutivos de toda uma sociedade. Assim podemos falar de uma memória social, compreendendo por este termo a consciência social virtual em uma determinada sociedade. (HALBWACHS, 1990 apud VIANNA, 2006, p.9). Podemos considerar também que “a memória social deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”. (POLLAK, 1992, p.2) (p. 130).

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação:

**Lídia Eugenia Cavalcante**

FENTRESS, Jamies; WICKHAM, Chis.

Para Fentress e Wickham (1992, p. 42), a memória é [...] uma fonte

<p>política, cultura e diversidade. <b>Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação</b>, Florianópolis, n. 23, v. 12, p. 152-170, 2007. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38763">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38763</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>Doutora em Educação Professora do Departamento de Ciências da Informação Universidade Federal do Ceará.</p>	<p><b>Memorial social:</b> novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.</p>	<p>de conhecimento. Isso significa que faz mais do que fornecer um conjunto de categorias através do qual, de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio; dá também ao grupo matéria de reflexão consciente. Isso significa que devemos situar os grupos em relação às suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus 'fantasmas' e como os utilizam para fonte de conhecimento.</p>
<p>DODEBEI, Vera Lucia. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? <b>DataGramZero</b>, Rio de Janeiro, n. 2, v. 12, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7335">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7335</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>
<p>DODEBEI, Vera Lucia; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. <b>DataGramZero</b>, Rio de Janeiro, n. 5, v. 9, 2008. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6345">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6345</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Vera Dodebei</b> Doutora em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ); Professora Associada na UNIRIO, líder do Grupo de Pesquisa "Memória Social, Tecnologia e Informação".  <b>Inês Gouveia</b> Mestre em Memória Social</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>

(UNIRIO),  
Pesquisadora do  
Museu da Pessoa  
e do Grupo de  
Pesquisa “Memória  
Social, Tecnologia  
e Informação”.

FELIPE, Carla Beatriz  
Marques; MEDEIROS,  
Wagner Oliveira de;  
PINHO, Fabio Assis.  
Representação  
colaborativa de  
registros imagéticos da  
memória social: uma  
reflexão sobre a página  
The Commons na  
plataforma Flickr.  
**Páginas A&B,  
Arquivos e  
Bibliotecas (Portugal)**,  
Porto, n. 13, p. 131-  
141, 2020. Disponível  
em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145263>.  
Acesso em: 14 jan.  
2021.

**Carla Beatriz  
Marques Felipe**  
Universidade  
Federal do Rio de  
Janeiro (UFRJ),  
Brasil.

**Wagner Oliveira  
de Medeiros**  
Universidade  
Federal de  
Pernambuco  
(UFPE), Brasil.

**Fabio Assis  
Pinho**  
Universidade  
Federal de  
Pernambuco  
(UFPE), Brasil.

CHAPOUTHIER,  
Georges, 2006.  
Registros  
evolutivos. **Viver  
Mente &  
Cérebro:  
memória**. Ed.  
Especial, 2006,  
p. 8-13.

GONDAR, Jô;  
DODEBEI, Vera.  
**O Que é  
memória social**,  
Rio de Janeiro:  
UNIRIO, 2005.

Podemos afirmar que a  
memória é algo inerente  
ao indivíduo, pois é  
definida como a  
capacidade que o  
indivíduo tem de guardar  
vestígios que o ajudam a  
formar a sua conduta ao  
longo de sua vida  
(CHAPOUTHIER, 2006).

Quando fatos e  
acontecimentos  
acontecem socialmente,  
em grupos, são  
chamados de memória  
social. (p. 132)

Segundo Gondar e  
Dodebei (2005) a  
memória é naturalmente  
social. Isso porque,  
mesmo que não se  
queira, está-se de  
alguma forma inserido  
em grupos sociais, uma  
vez que o nosso primeiro  
grupo social seria a  
família. Os grupos  
sociais são grupos de  
referências para o  
indivíduo. Ao se tornar  
social, a memória se  
torna depósito da  
herança das civilizações  
e povos, das castas,  
classes sociais, tribos e  
famílias. É com base nas  
características dos  
grupos, geradas através  
da memória, que os  
membros são agrupados  
e desagrupados. A  
fotografia é, neste

contexto, um dos recursos mais fiéis no autorreconhecimento que permite a construção de identidades e que auxilia na formação dos grupos sociais. (p. 133)

FLIX, Xavier  
Torrebadella. Revisão histórica da bibliografia ginástica esportiva impressa em Barcelona (S. XIX-1910). **Biblios (Peru)**, Tacna, n. 65, p. 52-69, 2016. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/62599>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Sem acesso ao arquivo

GOMES, Clausi Maria do Porto. Centros de memória acadêmicos: um estudo de multicasos na UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 4, v. 20, p. 225-226, 2015. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36567>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Sem acesso ao texto

Sem acesso ao texto

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão; LOUREIRO, José Mauro Matheus; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Patrimônio cultural digital: novas configurações para a

Stphanie Sá Leitão Grimaldi – Universidade Federal da Paraíba José Mauro Matheus Loureiro – Universidade Federal do Estado

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru, São Paulo: EDUSC,

“segundo Gondar (2005), se constitui da memória social, que se apresenta como uma memória processual cujos elementos emergem da mescla entre memórias

<p>memória social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, <b>Anais...</b> Florianópolis, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123661">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123661</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>do Rio de Janeiro; Universidade Federal da Paraíba Májory Karoline Fernandes De Oliveira Miranda – Universidade Federal de Pernambuco</p>	<p>2002.  GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Josaida; Dodebei, Vera. (Org.). O que é memória social?. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2005.</p>	<p>individuais e coletivas tornando-as assim interdependentes” (p. 2).  “[...] a memória da qual nos apropriamos na presente pesquisa é aquela do entendimento de Diehl (2002, p. 121) “uma representação daquelas experiências vividas por homens numa dimensão social”, isto é, a memória social (p. 11).</p>
<p>GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LOUREIRO, José Mauro Matheus; OLIVEIRA, Bernardina Freire de. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 4, v. 24, p. 51-77, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126874">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126874</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>Não há citação direta</p>	<p>Não há citação direta</p>	<p>Não há citação direta</p>
<p>MARTINS, Elane Epifane; MARTINS, Eliane Epifane. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do Estado do Pará, sob o risco de deterioração.</p>	<p>Sem acesso ao texto</p>	<p>Sem acesso ao texto</p>	

## Múltiplos Olhares em Ciência da

**Informação**, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137025>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MASSONI, Luis Fernando Herbert; DAMIN, Marina Leitão; MORIGI, Valdir Jose; DODEBEI, Vera Lucia. As Narrativas da Cidade no Aplicativo Porto Alegre Guide. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, n. 1, v. 27, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91230>. Acesso em: 14 jan. 2021.

### Luis Fernando Herbert Massoni

Mestrando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

### Marina Leitão Damin

Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

### Valdir José Morigi

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

JEDLOWSKI, P. Memory and sociology: themes and issues. **Time & Society**, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2001.

SÁ, C. P. de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

A memória social é formada, dentre outros elementos, pelos mais variados discursos aos quais temos acesso, dentro dos grupos que interagimos. Para Halbwachs (2006), nossas lembranças estão atreladas às nossas experiências e fazem parte dos grupos de que fazemos ou fizemos parte e que ainda mantemos alguma relação. Podemos pensar a memória social como um organismo vivo, formado por diferentes grupos e dinâmicas sociais, que tem a cidade como um dos pontos de contato e rememoração.

Formada pelo entrecruzamento da experiência individual e a experiência coletiva, a memória social é fruto do que cada grupo produz e é guardada e transmitida por meio da interação entre seus membros (JEDLOWSKI, 2001). O destaque aqui recai sobre esse caráter construtivo da memória, revista e reinventada de acordo com nossas práticas de contato uns

**Vera Lucia  
Dodebei**

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, Brasil.

com os outros e com os lugares. Para Sá (2007), a memória social é complexa e multifacetada, não sendo uma reprodução de experiências passadas, mas uma construção em função da realidade, com recursos oriundos da sociedade e da cultura. (p. 148).

MASSONI, Luis Fernando Herbert; OLIVEIRA, Priscila Chagas; SILVEIRA, Andréa Reis da; LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. O estudo da memória social na graduação em ciência da informação: um relato de experiência. **PontodeAcesso**, Salvador, n. 1, v. 13, p. 193-209, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124217>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Luis Fernando  
Herbert Massoni**

Mestrando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

**Priscila Chagas Oliveira**  
Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPEL) Universidade Federal de Pelotas

**Andréa Reis da Silveira**  
Doutoranda em História (PPGH/UDESC) e mestra em Patrimônio Cultural (PPGPPC/UFMS) Universidade do Estado de Santa

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social.

**Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social.

**Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, 2008.

Gondar (2008) nos apresenta as diferenças possíveis entre memória coletiva e memória social, a partir da perspectiva de diversos autores. Na disciplina, tomamos a perspectiva de que memória coletiva diz respeito à memória compartilhada pelos povos sem domínio da escrita e que, assim, não possuem condições de registrar suas histórias. Já a memória social, nessa perspectiva, estaria mais relacionada aos povos que dominam a escrita, de modo que, registrando sua história, possuem o poder de perpetuá-la. Para Gondar (2016), a memória precisa ser pensada como relação, pois a partir de novas situações e novos encontros o passado é tanto recordado como

	Catarina		reinventado. (p. 198).
	<p><b>Marcia Heloisa Tavares Figueredo Lima</b> Mestra e Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS.</p>		
<p>MEDEIROS, Wagner Oliveira de; PINHO, Fabio Assis. Reflexões sobre a análise documental de séries artístico-pictóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102176">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102176</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Wagner Oliveira de Medeiros</b> (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)</p> <p><b>Fabio Assis Pinho</b> (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)</p>	Não há citação sobre o tema	Não há citação sobre o tema
<p>NEVES, Leandro Queiroz Santos. A memória social na era digital. <b>Memória e Informação</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, p. 119-136, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102176">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102176</a></p>	<p>Graduado em Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e integrante do grupo de estudo e</p>	<p>LE GOFF, Jacques. <b>História e memória</b>. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da</p>	<p>A memória social (LE GOFF, 1990) percorre um caminho na História desde o predomínio da oralidade – era da caverna/antiguidade –, passando pelo tempo da difusão da escrita – era medieval – e</p>

<p>x.php/res/v/146224. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>pesquisa Organizações, Gestão e Políticas Públicas (OrGPoP) na UFRB.</p>	<p>UNICAMP, 1990.</p>	<p>chegando à contemporaneidade do ciberespaço – era do computador e da internet. Segundo Le Goff (1990, p. 467), “os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular”. Os indivíduos, inseridos no mundo eletrônico, estabelecem novas dinâmicas no que tange a memória e seus aspectos de lembranças e esquecimentos. (p. 9)</p>
<p>OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Memória da dor. <b>Revista Fontes Documentais</b>, Aracaju, v. 3, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151067">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151067</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p><b>Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira</b> Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Professora da UFPB.</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>
<p>OLIVEIRA, JOSE. Santuários digitais: informação, memória e convergência digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina,</p>	<p>Universidade Federal da Bahia/Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas.</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>

2018. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102066>.  
 Acesso em: 14 jan.  
 2021.

PASQUA, Cleonice Della; MASSONI, Luis Fernando Herbert; STUEBER, Ketlen. As músicas da Era Vargas e o registro da Memória Social sobre as eleições presidenciais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, n. 1, v. 10, p. 81-95, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114917>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Cleonice Della Pasqua**  
 Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

**Luis Fernando Herbert Massoni**  
 Doutorando em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

**Ketlen Stueber**  
 Doutoranda em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

GONDAR, J.  
 Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

Cabe lembrar, entretanto, que qualquer movimento de trabalho e pesquisa com memória social sempre estará imbuído de uma perspectiva ética e política, tendo em vista que “há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir” (GONDAR, 2016, p. 25). Isso significa que, inevitavelmente, pesquisar memória social é sempre comprometer-se com uma perspectiva política sobre o fenômeno estudado, configurando as reflexões no campo da memória social como um posicionamento perante o objeto de pesquisa. (p. 85)

POLLI, Caroline Teixeira da Silva; MOLINA, Leticia Gorri. As questões de memória e os direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

**Caroline Teixeira da Silva Polli** (Universidade Estadual de Londrina)  
**Leticia Gorri Molina** (Universidade Estadual de

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.  
 POLLAK, Michael.

Halbwachs (1990) defende que não existe memória individual, somente coletiva, porque nunca se está a sós. Nesse sentido todo o acontecimento teria influências do ambiente em que cada indivíduo está inserido, como

<p>INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103166">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103166</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	Londrina)	<p>Memória e identidade social. <b>Revista Estudos Históricos</b>, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul. 1992. Disponível em: <a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941">http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941</a>. Acesso em: 02 ago. 2018.</p>	<p>influências da família, religiosas, sociais, econômicas e etc. As lembranças não seriam construídas pelo indivíduo sozinho e sim pela sua interação com a sociedade, caracterizando toda a memória como memória social. A socialização política e histórica faria com que essa memória social fosse passada de geração a geração como uma “herança”, por meio da projeção e identificação de um grupo com determinado fato passado (POLLAK, 1992). (p. 6582)</p>
<p>RAMOS, Rosane Oliveira. A preservação da memória da saúde na Gestão Documental dos arquivos hospitalares. <b>Revista Informação na Sociedade Contemporânea</b>, Natal, n. 1, v. 2, p. 1-13, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70569">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70569</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	<p>Graduada em Biblioteconomia e especialista em Gestão Documental do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>	<p>Não há citação sobre o tema</p>
<p>RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. <b>CRB8 Digital</b>, São Paulo, n. 1, v. 4, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70569">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70569</a></p>	<p><b>Valéria Matias da Silva Rueda</b> Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP. <b>Aline de Freitas</b> Bacharel em</p>	<p>LE GOFF, Jacques. <i>História e Memória</i>. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p. Fentress e Wickham (apud)</p>	<p>Apesar de Le Goff (1990) não citar o termo “memória social” pode-se inferir a partir do seu raciocínio sobre a “memória ligada ao documento”, que a utilização desses registros agrega na sociedade uma dinâmica</p>

x.php/res/v/9723.  
Acesso em: 14 jan.  
2021.

Biblioteconomia e  
Ciência da  
Informação pela  
FESPSP.

**Valéria Martin  
Valls**

Doutora e Mestre  
em Ciências da  
Comunicação pela  
ECA/USP.

de relações pautadas na  
comunicação e na troca  
de informações o que  
transformaria então a  
memória coletiva dos  
povos sem escrita em  
memória social.

O atributo de  
continuidade e  
resistência que Rousso  
citado por Moreira  
(2005) dá à memória  
com a segunda definição  
de Chapouthier (2006)  
sobre a característica de  
marcação que qualquer  
traço de memória deixa  
no mundo, indica a  
importância da memória  
social no  
compartilhamento e  
construção do  
conhecimento a partir da  
rememoração dos  
registros produzidos  
pelos grupos sociais,  
entendendo que ela  
integra presente e  
passado, dizendo quem  
somos, conforme  
Fentress e Wickhan  
(1992 apud MARQUES,  
2007, p. 31). (p. 81)

SANTANA, Maria do  
Socorro Dantas;  
RIBEIRO, Daniele  
Euzébio; RIBEIRO,  
Denize Euzébio;  
FERNANDES, Rita  
Auxiliadora. O resgate  
da memória social  
através do estudo da  
literatura como fonte de  
informação. **Múltiplos  
Olhares em Ciência da  
Informação**, Belo  
Horizonte, n. 2, v. 3,  
2013. Disponível em:  
<<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136995>

**Maria do Socorro  
Dantas Santana**  
Universidade  
Federal do Ceará –  
UFC. Graduanda  
em  
Biblioteconomia.

**Daniele Euzébio  
Ribeiro**  
Universidade  
Federal do Ceará –  
UFC. Graduanda  
em  
Biblioteconomia.

**Denize Euzébio**

Gondar (2005)

A partir disso se constrói  
a memória social, esta  
caracterizada por  
Gondar (2005) como  
algo móvel, pois  
diversos saberes são  
elaborados sob um  
mesmo objeto, por  
grupos diferentes de  
uma mesma época ou  
ao longo do tempo.  
Segundo a autora, a não  
consolidação de um  
conceito padrão de  
memória social é o que  
determina a  
democratização da

>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Ribeiro**  
Universidade  
Federal do Ceará –  
UFC. Graduada  
em  
Biblioteconomia.

memória. (p. 4)

**Rita Auxiliadora  
Fernandes**  
Universidade  
Federal do Ceará –  
UFC. Graduada  
em  
Biblioteconomia.

SANTANA, Renata  
Jeane de; PINHO,  
Fabio Assis.  
Ressignificação da  
memória da cidade do  
Recife nas letras de  
frevo do maestro  
Nelson Ferreira. **Em  
Questão**, Porto Alegre,  
n. 1, v. 26, p. 210-236,  
2020. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127141>.  
Acesso em: 14 jan.  
2021.

**Renata Jeane de  
Santana**  
Mestra;  
Universidade  
Federal de  
Pernambuco.

**Fabio Assis  
Pinho**  
Doutor;  
Universidade  
Federal de  
Pernambuco.

MASSONI, L. F.  
H. *et al.* As  
narrativas da  
cidade no  
aplicativo Porto  
Alegre Guide.  
**Informação &  
Sociedade:  
Estudos**, João  
Pessoa, v. 27, n.  
1, p. 147-160,  
jan./abr. 2017.

Massoni *et al.* (2017)  
sustentam que podemos  
pensar a memória social  
como “[...] um organismo  
vivo, formado por  
diferentes grupos e  
dinâmicas sociais, que  
têm a cidade como um  
dos pontos de contato e  
rememoração.”  
(MASSONI *et al.*, 2017,  
p. 148). (p. 217)

SILVA ELIAS, Josemar  
da Junior; OLIVEIRA,  
Bernardina Maria  
Juvenal Freire;  
BARBOSA, Maria Nilza  
Rosa. Anseios e  
devaneios: a memória  
social envolta ao  
progresso de  
legalização da  
maconha para fins  
medicinais no Brasil.  
**Perspectivas em  
Ciência da  
Informação**, Belo  
Horizonte, n. 3, v. 25, p.  
63-81, 2020. Disponível  
em:

**Josemar Silva  
Elias**  
Universidade  
Federal da  
Paraíba, PB,  
Brasil. Doutorando  
e Mestre em  
Ciência da  
Informação pelo  
PPGCI/UFPB.

**Bernardina  
Oliveira**  
Universidade  
Federal da  
Paraíba, PB,  
Brasil. Professora  
doutora no

POLLAK,  
Michael.  
Memória e  
identidade social.  
**Estudos  
Históricos**. Rio  
de Janeiro, v. 5,  
n.10, 1992.

Pollak (1992) fornece  
uma conceituação  
acerca de memória  
social pontuando seu  
laço estrito com a  
identidade, destaca a  
memória em todas as  
áreas da vida como um  
fenômeno produzido  
social e individualmente,  
e que ao escrever  
acerca de memória  
herdada, constata-se a  
relação fenomenológica  
intensa existente entre  
ela e o sentimento de  
identidade. Trocando em  
miúdos, a relação entre

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146816>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB).

**Maria Nilza Barbosa**

Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil. Professora doutora no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB).

memória e identidade configura-se ao passo que estas últimas se fundam como patrimônio de significados, que fazem uma ponte até a criação de uma memória e de um discurso que fundamenta a noção de pertencimento. (p. 71)

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da; TAVARES, Ana Lúcia de Oliveira; JUNIOR, Josemar Elias da Silva. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade.

**Ciência da Informação em Revista**, Maceió, n. 1, v. 5, p. 3-10, 2018.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36200>.

Acesso em: 14 jan. 2021.

**Josemar Elias da Silva Junior**

Mestrando em Ciência da Informação Universidade Federal da Paraíba.

**Ana Lúcia Tavares de Oliveira**

Mestranda em Ciência da Informação Universidade Federal da Paraíba.

POLLAK, M. Memória e identidade social.

**Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

Sendo considerado o pioneiro na instituição deste pensamento, o sociólogo Maurice Halbwachs, considerava que memória social se trata do âmago do conhecimento coletivo, conhecido e contextualizado culturalmente entre os indivíduos, e este “conhecimento coletivo”, reflete as relações identitárias. (p. 7)

Pollak (1992) também traz uma conceituação acerca de memória social enfatizando seu laço estrito com a identidade, considerando a memória em todas as esferas como um fenômeno construído social e individualmente, e que ao discorrer acerca de memória herdada, constata-se a relação

fenomenológica intensa existente entre ela e o sentimento de identidade. (p. 8).

SILVA, Eliezer Pires; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A organização coletiva dos trabalhadores dos arquivos no Brasil da década de 1970. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 27, jan-Jun: Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107898>. Acesso em: 14 jan. 2021.

### **Eliezer Pires Da Silva**

Graduado em Arquivologia e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da UNIRIO e arquivista do Arquivo Nacional.

### **Evelyn Goyannes Dill Orrico**

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, atualmente como coordenadora do

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 11-26.

Nesta pesquisa, a partir de Ricouer (2007), Abreu (2005), Gondar (2005) e Dodebei (2005), assumiu-se a pertinência do conceito de memória que não tem a ilusão de 'recuperar o que de fato ocorreu', mas que é uma instância política para negociar sentidos em condições presentes, cabendo eventuais deferências e reparações. (p. 295).

curso de mestrado.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da. A memória social registrada no Facebook. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71079>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**Ilaydiany Oliveira Silva**

Mestre em Engenharia de Produção pela (UFRN). Docente (UFGO).

Não há citação sobre o assunto

Não há citação sobre o assunto

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública, memória e discursos identitários: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, n. 1, v. 5, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119432>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Arquivo corrompido

Arquivo corrompido

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública, memória e discursos identitários. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, n. 1, v. 5,

Não há citação sobre o assunto

Não há citação sobre o assunto

Não há citação sobre o assunto

2012. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151558>.  
 Acesso em: 14 jan.  
 2021.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. **Ágora: Arquivologia em Debate**, [S. l.], n. 47, v. 23, p. 140-161, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152627>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**João Paulo Borges da Silveira**  
 Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal de Rondônia –UNIR.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

O conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006), o indivíduo se entende como pertencendo a um determinado grupo social, já que compartilha das mesmas lembranças, a partir dos testemunhos dados para tal. Enquanto pertencente a um grupo, o indivíduo se reconhece como “eu”, ou seja, se identifica no grupo, e se identifica como um ser único em seu meio social.

Diante da breve exposição sobre a memória social, entendemos que para lembrar-se é preciso dos outros, precisando da evocação dos testemunhos. Cada indivíduo organiza e armazena as memórias de sua forma, em relação a isto, são individuais, contudo, toda memória é advinda de uma experiência coletiva. Sendo assim, as narrativas (p. 151)

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; CAREGNATO, Sônia Elisa; BUFREM, Leilah Santiago. Práticas de citação e memória coletiva: aproximações

**Murilo Artur Araújo da Silveira**  
 Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio

Não há citação sobre o tema

Não há citação sobre o tema

possíveis na Ciência da Informação.

**Informação & Informação**, [S. l.], n. 3, v. 19, p. 242-257, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

**Sônia Elisa Caregnato**  
Doutora em *Information Studies* pela *University of Sheffield*. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Leilah Santiago Bufrem**  
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Visitante Sênior vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

SIMÕES, Luciane Correia; SANTOS, Nadja Paraense dos; OLIVEIRA, Antonio Jose Barbosa de. Entre que a ciência é sua! Reflexões sobre a produção memorialística da Casa da Ciência da UFRJ no cenário da divulgação

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – HCTE/UFRJ

HALBEWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e**

Além de Halbwachs, damos importância às abordagens feitas por Michael Pollak, particularmente nas aproximações entre os conceitos de *Memória e identidade social* (1992), que são conceitos intrinsecamente ligados. Nesta linha de

científica brasileira.  
**Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, n. 2, v. 13, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/106750>. Acesso em: 14 jan. 2021.

identidade social.  
 In: **Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. (p. 200-212).

pensamento, articulamos os elementos constitutivos da memória: os acontecimentos, as pessoas e os lugares. Para este autor em primeiro lugar estão os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar os “vividos por tabela”, o mesmo acontece com as pessoas; primeiro estão os personagens que encontramos no decorrer da vida e depois os personagens não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa; e por fim há os lugares de memória que podem estar ligados a lembrança ou ao tempo cronológico. O que fica claro é que esses três critérios “podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos.” (POLLAK, 1992, p. 202) (p. 179).

SOUZA, José Jullian Gomes de.  
 Mapeamento da memória audiovisual online dos cursos de Jornalismo originados do Programa Reuni.  
**Informação em Pauta**, Fortaleza, n. 2, v. 5, p. 155-177, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152881>. Acesso em: 14 jan.

Sem acesso

Sem acesso

2021.

SÁ, Paloma Israely  
Barbosa de; BUFREM,  
Leilah Santiago. A  
produção dos bolsistas  
de produtividade em  
ciência da informação  
sobre memória. In:  
ENCONTRO  
NACIONAL DE  
PESQUISA EM  
CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO, 20,  
2019, Florianópolis,  
**Anais...** Florianópolis,  
2019. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123890>.  
Acesso em: 14 jan.  
2021.

**Paloma Israely  
Barbosa de Sá**  
(Universidade  
Federal de  
Pernambuco).

**Leilah Santiago  
Bufrem**  
(Universidade  
Federal da  
Paraíba).

FENTRESS, J.;  
WICKHAM, C.  
**Memória social:**  
novas  
perspectivas  
sobre o passado.  
Lisboa: Teorema,  
1998.

Quanto ao conceito de memória social, proposto por Fentress e Wickham (1998), demonstra a construção da memória a partir das verdades individuais dos membros de determinado grupo, ou seja, é um espaço de disputa, em que cada voz procura fazer ouvir a sua versão do passado. Os autores afirmam que “a memória social é uma fonte de conhecimento. [...] Ela também fornece ao grupo material para reflexão consciente” (FENTRESS; WICKHAM, 1998, p. 26). (p. 6).

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).

Dos 40 documentos selecionados para análise, não foi possível identificar em alguns as citações e autores utilizados como fundamentação sobre memória social, por falta de acesso ao texto (arquivo corrompido) ou por ausência de menção explícita sobre o tema ao longo do desenvolvimento textual. Vale destacar que nos casos em que o arquivo se encontrou corrompido ou com algum tipo de problema de acesso, foi preciso entrar em contato com a base de dados para a resolução da questão, obtendo-se êxito em alguns casos. Dessa forma, foram analisados 21 documentos.

O artigo "Reconstrução da memória social através de práticas culturais na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria/RS" utiliza Gondar para afirmar que a memória social tem caráter transdisciplinar e é produto do entrecruzamento de várias áreas.

O artigo "Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências" não define memória social, mas afirma, conforme Le Goff (1990) que é um dos meios para abordar as questões do tempo e da história.

No artigo “A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na organização do conhecimento” é utilizada a obra de Fentress e Wickham para afirmar que a memória social ultrapassa a discussão fenomenológica da memória, entendendo seu conceito como interdisciplinar, cuja fonte considera fatores socioculturais do contexto em que o conhecimento é produzido.

O artigo “Jornal Movimento: uma análise na memória social, discurso político e midiático, imprensa alternativa e informação” considera, a partir de Pollak, que a memória social se refere a um fenômeno construído coletivamente, submetido a transformações constantes.

O artigo “Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade” utiliza Fentress e Wickham com a ideia de que memória social é uma fonte de conhecimento que dá ao grupo matéria de reflexão consciente, ou seja, oportuniza situar os grupos em relação as suas próprias tradições e como são utilizadas como fonte de conhecimento.

O artigo “Representação colaborativa de registros imagéticos da memória social: uma reflexão sobre a página The Commons na plataforma Flickr” utiliza Gondar e Dodebei para afirmar que a memória é naturalmente social, uma vez que os sujeitos estão de algum modo inseridos em grupos sociais, os quais são referência para cada indivíduo, passando a ser depósito da herança dos povos e civilizações.

O artigo “Patrimônio cultural digital: novas configurações para a memória social” utiliza Gondar para afirmar que a memória social é resultado da mescla entre memórias individuais e coletivas; além disso, utiliza Diehl para fundamentar a ideia de que a memória social é uma representação das experiências vividas por homens numa dimensão social.

No artigo “As narrativas da cidade no aplicativo Porto Alegre Guide”, Halbwachs é utilizado ao afirmar que a memória social é formada pelos discursos variados que os indivíduos têm acesso dentro dos grupos com quem interagem; ela é organismo vivo formado por diferentes grupos e dinâmicas sociais, é fruto do que cada grupo produz, sendo guardada e transmitida por meio das interações entre os membros.

O artigo “O estudo da memória social na graduação em ciência da informação: um relato de experiência” apresenta a diferença entre memória coletiva e memória social, a partir de Gondar, sendo a primeira referente aos povos sem

domínio da escrita e a segunda diz respeito aos povos que registram sua história perpetuando-a através da escrita.

O artigo “A memória social na era digital” utiliza Le Goff ao afirmar que a memória social sempre esteve presente na história, desde o predomínio da oralidade, passando pela escrita, até a contemporaneidade do ciberespaço.

O artigo “As músicas da era Vargas e o registro da memória social sobre as eleições presidenciais” utiliza Gondar ao indicar que a concepção de memória social implica na escolha do que conservar e interrogar, sobretudo, no caso das pesquisas que tangenciam o tema; pesquisar memória social é comprometer-se com uma perspectiva política.

No artigo “As questões de memória e os direitos humanos” Halbwachs é utilizado para afirmar que a memória social se caracteriza pela interação do sujeito com a sociedade, fazendo com que as lembranças não sejam construídas pelo indivíduo sozinho, mas ao ser influenciado pelo meio.

O artigo “Memória institucional: uma revisão de literatura” utiliza Le Goff para afirmar que, apesar de o autor não mencionar a expressão memória social, pode-se inferir a partir do seu raciocínio sobre a memória ligada ao documento que a memória social é importante para o compartilhamento e construção do conhecimento a partir dos registros produzidos pelos grupos sociais. Fentress e Wickham também são utilizados para embasar esta ideia.

O artigo “O resgate da memória social através do estudo da literatura como fonte de informação” para caracterizar a memória social, conforme Gondar, como algo móvel, uma vez que diversos saberes são elaborados sob um mesmo objeto por diferentes grupos ao longo do tempo, inclusive em épocas diferentes.

O artigo “Ressignificação da memória da cidade do Recife nas letras de frevo do maestro Nelson Ferreira” utiliza Massoni et al. Para afirmar que a memória social é um organismo vivo, formado por diferentes grupos e dinâmicas sociais.

No artigo “Anseios e devaneios: a memória social envolta ao progresso de legalização da maconha para fins medicinais no Brasil”, Pollak é utilizado ao afirmar a memória como um fenômeno social e individual, além de destacar que há um laço estrito com a identidade.

O artigo “Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade” demonstra que para Halbwachs a memória social se trata do âmago do conhecimento coletivo, conhecido e contextualizado culturalmente entre

os indivíduos. Enquanto utiliza Pollak para enfatizar o laço da memória social com a identidade.

O artigo “A organização coletiva dos trabalhadores dos arquivos no Brasil da década de 1970” cita Gondar e Dodebei para assumir a pertinência do conceito de memória como uma instancia política para negociar sentidos.

No artigo “Escritas de sie memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício”, memória coletiva e memória social se confundem e ambas as expressões são colocadas como referentes às lembranças evocadas a partir dos testemunhos dos outros.

O artigo “Entre que a ciência é sua! Reflexões sobre a produção memorialística da Casa da Ciência da UFRJ no cenário da divulgação científica brasileira” coloca, a partir de Pollak, a memória social e a identidade como conceitos intrinsecamente ligados e apresenta 3 elementos que constituem a memória, a saber: os acontecimentos, as pessoas e os lugares.

O artigo “A produção dos bolsistas de produtividade em ciência da informação sobre memória” utiliza Fentress e Wickham quando demonstram que a memória social é construída a partir das verdades dos membros de determinado grupo, ou seja, sobre ela há um espaço de disputa para se fazer ouvir a sua versão do passado.

Os 21 artigos analisados que se utilizam da memória social para desenvolver suas discussões tratam de diversos temas, importando observar, assim como no caso da memória coletiva, quais são essas temáticas que dialogam com a memória no contexto da CI. Da mesma forma, para melhor visualização, será apresentado no **Quadro 9** uma síntese dos artigos organizados pela sua proximidade temática em categorias:

Quadro 9 - Categorização das temáticas em memória social

QUANTIDADE	TEMA	CATEGORIA
1	Práticas culturais	Cultura
1	Sociedade	Sociedade
1	Jornal	Mídias
3	Patrimônio digital / Era digital / Aplicativo	Tecnologia da Informação (GT8)
1	Representação da informação	Organização da Informação (GT2)

2	Patrimônio cultural	Patrimônio (GT9)
1	Graduação	Ensino
1	Direitos humanos	Direito
1	Memória institucional	Memória (GT10)
1	Fonte de informação	Comunicação Científica (GT7)
1	Saúde	Saúde (GT11)
1	Arquivo	Arquivologia
2	Produção científica	Comunicação Científica (GT7)

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).

Assim como no caso da memória coletiva, estas categorias foram pensadas a partir dos grupos de trabalho da ANCIB, pois são baseados nos eixos temáticos componentes da estrutura da Ciência da Informação. Portanto, considerando o quadro anterior, pode-se perceber que os temas mais recorrentes em diálogo com a memória social são aspectos relacionados a tecnologia, patrimônio cultural e produção científica.

A respeito das regiões geográficas que mais trabalham com o tema, pode-se afirmar que a maioria se desenvolve no sul-sudeste brasileiro, mas com destaque para o nordeste que também produz sobre o tema, como é possível visualizar no **Quadro 10**:

Quadro 10 - Publicações de memória social por estado

QUANTIDADE	INSTITUIÇÃO	ESTADO
1	UFSM	Rio Grande do Sul
1	UFBA	Bahia
1	UFSC	Santa Catarina
5	UFRJ	Rio de Janeiro
2	UFC	Ceará
4	UFPE	Pernambuco
3	UFPB	Paraíba
3	UFRGS	Rio Grande do Sul
1	UFPel	Rio Grande do Sul
1	UFRB	Bahia

1	UEL	Paraná
1	USP	São Paulo
1	UNIR	Rondônia

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).

Vale salientar que quatro (4) dos trabalhos foram desenvolvidos em colaboração com mais de uma instituição.

Outra informação pertinente é que não há predominância para fundamentação teórica utilizando apenas um autor, uma vez que os trabalhos citam Gondar (7), Pollack (3), Halbwachs (3), Fentress e Wickham (3), e Le Goff (3), havendo uma preferência para a autora brasileira Gondar. Com isso, notou-se que sete (7) dos trabalhos analisados compreendem e discutem os temas transversais à memória partindo da perspectiva de memória social estabelecido por Jô Gondar.

Josaida de Oliveira Gondar (Jô Gondar) é psicanalista, membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, com graduação em Psicologia pela PUC-Rio (1981), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-Rio (1987), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-Rio (1993), doutorado sanduíche na Université Paris VII (1992) e pós-doutorado em Psicologia - Universidad de Deusto, Espanha (2000). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e no Departamento de Ciências Sociais. Tem experiência na área de Psicanálise e pesquisa principalmente os seguintes temas: sintomas contemporâneos, a obra de Sándor Ferenczi, trauma, memória e criação, poder e cultura.

Discutindo a dimensão do conceito de memória social, Gondar (2016) compreende a complexidade de formar um conceito clássico, simples e unívoco. No entanto, é possível traçar algumas proposições acerca do campo de estudo em memória social, percurso que a autora faz em 2005 apresentando quatro proposições sobre memória social e em 2016 faz uma atualização, elaborando as cinco proposições sobre memória social. Em ambos os trabalhos, a autora trata a memória enquanto um campo transdisciplinar: seu conceito é ético e político; implica o esquecimento; não se reduz à identidade; não se reduz à representação; e é entendida como fruto do afeto, jamais estática, uma vez que é moldada pelo que afeta e pelo novo. Portanto, para ela, não há memória sem criação e imaginação.

Além disso, entre os 24 trabalhos analisados, 20 são de pesquisadores com doutorado, 17 com mestrado e nove com graduação. Deles, 19 com formação em Ciência da Informação ou Biblioteconomia e 27 com formação em outra área. Diferentemente dos estudos sobre memória coletiva, aqui os pesquisadores que mais produzem possuem formação em outras áreas como Memória Social, Comunicação, Letras, Patrimônio e Sociologia. E mais uma vez, as pesquisas são realizadas por profissionais em nível de doutorado, o que permite dizer que as discussões são mais desenvolvidas no âmbito da pós-graduação.

Dessa forma, pode-se dizer que os trabalhos analisados pouco definem ou conceituam memória coletiva ou memória social. No decorrer dos textos ambos os descritores são mencionados, sendo utilizados autores e obras para a fundamentação da ideia, mas se considerados os elementos apresentados por Bardin (1977) e Dahlberg (1978) para análise de conteúdo e de conceito, não é possível encontrar elementos conceituais. O que evidencia não uma fragilidade nos estudos desenvolvidos, uma vez que em boa parte deles a memória tangencia outros temas, mas demonstra um fortalecimento da pouca clareza acerca desses conceitos. Disto isto, fica notável a necessidade de uma proposta de conceituação.

Uma vez que a memória “[...] é enraizada a uma retórica de profundo questionamento acerca daquilo que podemos ‘revitalizar ou rememorar’” (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 135), ela se configura em uma volta a um cenário de representações vividas, resultando em elementos significativos para indivíduos ou grupos que podem estar em consonância com a lógica dos recursos da CI. Para Silva e Oliveira (2014, p. 135),

[...] a memória sempre é evocada a uma temporalidade histórica (duração), ou seja, em uma pertinência representativa do passado. Por outro lado, a memória da Ciência da Informação poderá ter sua construção através da projeção de seus próprios conceitos como a organização, acesso e uso da informação em diferente contexto.

Seguindo esse pensamento, a memória como parte constituinte da CI passa a ser concebida a partir dos próprios conceitos da área, que circunscreve a organização, o acesso e o uso da informação. Para isso, é importante compreender que o foco de estudo da CI não é o passado em si, mas a “relação de dialogicidade e sociabilidade que será transposta em uma representatividade informacional permeada por uma informação potencial” (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 136). Dito de

outra maneira, a área não tem o objetivo de interpretar o passado como o fazem os historiadores, e sim mensurar uma potencialidade informacional a esse passado.

Diferentemente da memória que interessa aos historiadores, a memória na CI evidencia “os traços informacionais através da organização da matéria no processo de representação da informação”, contribuindo para a sua recuperação. Portanto,

[...] na Ciência da Informação a memória parece não ter por finalidade essa “reconstrução” avaliativa da intempérie circunstancial do tempo. O que vai interessar ao cientista da informação no campo memorável são as “informações potenciais” produzidas nos traços das atividades rememoradas, na medida em que o cientista da informação não pode se curvar a uma evocação temporal da memória em sua totalidade existencial da História e trazer para seu universo essa única possibilidade como um fator imutável ou historicizante. Logo, podemos apontar que o conceito de memória para a Ciência da Informação poderá ser despojado dessa relação com a memória histórica de interesse peculiar dos historiadores e pensar a possibilidade axiomática de um conceito de memória para a Ciência da Informação (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 139).

Essa informação potencial é assim chamada por Silva e Oliveira (2014) por refletir os elementos edificados pelos sujeitos na sociedade “infor-comunicativa”, sendo potencial aquilo que apresente condições e interesse de ser registrado, testemunhado e informativo. E nesse contexto, uma vez que a CI “[...] tem por característica solucionar o caos relacionado ao processo de recuperação da informação, principalmente a partir do crescimento exponencial da informação na sociedade contemporânea” (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 139), esses elementos são legitimados em representações informacionais, passando a ser objetos memorialísticos de interesses para a área.

Desse modo, por se tratarem de inclinações diferentes de outros campos do conhecimento nos quais as concepções de memória já são consagradas, percebe-se a importância de um olhar mais específico sobre os conceitos que perpassam o tema, mais precisamente o conceito de memória coletiva e memória social na CI, recortes do presente estudo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propunha caracterizar o uso das concepções teóricas de memória coletiva e memória social na produção científica periódica no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, estabelecendo distinções entre os termos. No entanto, ao longo do processo de sua construção, perceberam-se outras nuances desse fenômeno, merecedoras de reflexão. Nesse contexto, propor uma definição dos conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um desses termos atribuídos ao tema memória no contexto da produção científica da CI no Brasil tornou-se uma necessidade e objetivo nesse estudo.

A partir dos objetivos específicos, cujo primeiro foi explorar os conceitos de memória na literatura, levando em consideração os termos que lhe atribuem sentido, foi possível perceber, depois da seleção de textos de autores seminais no que tange à memória e leitura desse arcabouço teórico para extração dos conceitos de memória coletiva e social, que a memória é resultado da construção a partir de dinâmicas entre as informações retidas pelos indivíduos e as forças presentes no meio em que está inserida. Essa inserção ocorre em campo vasto de lutas de poder, num embate contínuo entre lembrança e esquecimento.

Isso significa dizer que a memória é dinâmica e está em constante mutação, não se limitando a uma só perspectiva. E é nesse contexto que emergem diversos termos para se visualizar a ideia de memória através de recortes, as quais se destacam a memória coletiva e a memória social, sendo a primeira uma ênfase na influência que o outro ou o meio tem sobre essa memória, uma espécie de encontro, e a segunda um destaque para a sua importância enquanto fonte de informação, devendo ser considerado legítimo o uso da memória nos diversos espaços (acadêmicos, institucionais, entre outros).

A respeito dos termos e obras utilizadas nesse estudo como seminais, são reconhecidas duas perspectivas, uma é francesa e outra anglófona, representadas por Halbwachs francês, Fentress estadunidense e Wickham britânico. Para o sociólogo francês, a memória teria seu caráter coletivo pelo fato de que os indivíduos se lembram daquilo que o grupo do qual fazem parte lembra. Assim, a denomina de memória coletiva, entendendo-a a partir da relação de determinado grupo, inserido num contexto onde se destacam as lembranças presentes em eventos comuns à maioria dos membros do grupo. Já aquilo que se vivencia

sozinho, ou afastado do grupo, tende ao esquecimento. Em contrapartida, a concepção de Fentress e Wickham dá ênfase ao próprio indivíduo como construtor de suas memórias, uma vez que suas sensações são individuais, sendo a memória social uma expressão que reivindica não a memória de um grupo, mas a relevância dessa memória como fonte, como uma forma de legitimação.

Ao analisar os conceitos de memória coletiva e memória social nos estudos em CI indexados na Brapci e descrever o uso desses conceitos na produção da área, apresentando-os de forma sistematizada, como segundo objetivo específico deste estudo, foi possível demonstrar que os trabalhos analisados não se preocupam em definir o conceito de memória coletiva ou memória social. No decorrer dos textos estes descritores são mencionados, ainda que com a utilização de autores e obras para fundamentar suas ideias, mas não são analisados conceitos ou construídas definições representativas, de modo a deixar claro o seu entendimento, considerando-se que os interesses da área podem se diferenciar a partir da lógica de outras áreas em que o conceito de memória já se estabelece como campo sólido. Isso evidencia não uma fragilidade nos estudos desenvolvidos, uma vez que em boa parte deles a memória tangencia outros temas, mas demonstra um fortalecimento da hipótese no que diz respeito à pouca clareza na compreensão desses conceitos, sendo notável a necessidade de uma proposta de conceituação.

Constata-se também que, assim como identificou Oliveira (2010) em sua tese de doutorado sobre como a CI se apropria e reformula o conceito de Memória na produção científica da área no Brasil, a memória social é a concepção de maior relevância no seu contexto de produção. Isso é evidenciado não só pelo fato de ser a nomenclatura mais utilizada nas produções científicas, mas também porque é apresentada como a ideia que melhor dialoga com os interesses da CI, observando-se as problemáticas da informação registrada.

E contemplando o último objetivo que é apresentar a distinção entre os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um dos conceitos expressos pelos autores, atribuídos ao termo memória, tem-se que são compreensões distintas a partir da utilização do conceito para designar uma dimensão da realidade contraposta ao individual. Neste caso, o conceito de coletivo tem sido identificado com o de social, abrangendo ideias como Estado, Família, Igreja, Comunidades, Povo, Nação, Massa ou Classe. É um modo de apreensão do coletivo/social derivado de uma abordagem dicotômica da realidade. Todavia, a

memória social carrega consigo a ideia de que as relações de poder disputado influenciam no produto denominado memória, não sendo compreendida apenas como a apreensão do coletivo do qual o sujeito faz parte, mas como discurso que se sobressai em detrimento dos demais, como elemento integrante da identidade deste coletivo.

Fica evidente, como mencionado ao longo deste trabalho, que uma das maiores críticas de Fentress e Wickham em relação à teoria de Halbwachs é o fato de o sociólogo desconsiderar o caráter político da memória. Ora, se a memória é múltipla e dinâmica, ela é resultado de processos de poder em que uma ideia se sobrepõe a outra até que uma delas seja legitimada pelo grupo, pelas leis ou pelos documentos. Por conta disso, considera-se que memória coletiva e memória social são conceitos distintos por se tratarem de perspectivas orientadas conforme objetivos distintos. Memória coletiva é encontro de uma mesma ideia com sentido para mais de um sujeito e memória social é legitimação de uma ou mais ideias para representar o grupo.

Seguindo estas perspectivas, apresentar um conceito é, além de ousadia, um comprometimento ético e político, ainda mais quando se trata de duas expressões tão complexas. Não se pretende aqui trazer uma determinação sobre o que é e o que não o é, mas admitir que existem formas de compreender uma ideia com o fim de delimitá-la, munida de embasamento teórico e intenção (jamais neutra). Em um campo dinâmico e múltiplo como o da memória, é possível perceber diversas perspectivas a envolvê-lo. Cabe a este trabalho escolher uma delas e acolher suas implicações.

Desta forma, com fundamento na literatura consultada, procedendo-se a uma construção complexa a respeito da **memória coletiva**, considera-se que ela **é a informação construída por meio da apreensão do coletivo do qual o sujeito faz parte, capaz de representar uma identidade do grupo e de seu passado; é plural, dinâmica e agregadora, podendo se estabelecer no mundo das ideias sendo guiada pelo meio.**

Esta memória é considerada plural por abranger uma multiplicidade de sentidos; dinâmica porque se pode modificar à medida em que entra em contato com outros elementos e/ou decorrer do tempo; agregadora porque dialoga com outras informações e contextos, podendo se apropriar deles para se reconstituir.

Como exemplo, pode se tomar um caso em que pessoas se reúnem para contar histórias, relembando fatos vividos pessoal, profissional ou socialmente em que vários indivíduos complementam o diálogo construindo os sentidos. E a partir desse diálogo, novos elementos podem ser inseridos, enquanto outros podem não ser mencionados, o que se destaca nesse momento é o encontro e o compartilhamento de informações.

**Já a memória social é a informação construída no decorrer dos processos de escolha pelos quais se define o que deve ser preservado para a posteridade, resultando em formas de registro do passado que a legitimam; é parcial, dinâmica e circunstancial, podendo se estabelecer de forma concreta pelos registros materiais.**

Esta memória é considerada parcial, no sentido de que é política resultado de escolhas e posicionamentos específicos; dinâmica porque há possibilidade de mudança a depender do que se entende do contexto; circunstancial por se tratar de algo que depende das dinâmicas e posicionamentos contextuais.

Como exemplo, ainda sobre o caso utilizado anteriormente para visualizar a ideia de memória coletiva, pode-se mencionar um produto que possa sair daquela reunião em que uma das perspectivas se sobressai. O destaque desse momento, para a memória social, está na legitimação dada pelos seus pares enquanto discurso mais forte.

Conclui-se que a distinção que se pode observar acerca dos conceitos de memória aqui recortados tem sido marcada pela forma como a memória é colocada diante das perspectivas de convívio e discussão. A memória coletiva está mais ligada a um modo de dizer que o fato, elemento ou acontecimento diz respeito a uma quantidade múltipla e a memória social ultrapassa esse sentido, ela está mais ligada ao modo de expressar interesses e narrativas sobrepostas. Destaca-se aqui a importância de observar as concepções de memória e em que medida é adequado utilizar a definição conforme os interesses dos estudos desenvolvidos sobre o tema, não se afirmando qual o conceito é mais correto e sim o mais adequado em determinado contexto. Trabalhos acadêmicos exigem linguagem adequada ou uso apropriado de conceitos em áreas específicas. Portanto, o sentido das palavras torna-se importante, é preciso dominá-lo no campo específico para o uso correto, uma vez que o senso comum o banaliza.

Questiona-se, para pesquisas futuras, o porquê de os sujeitos fazerem uso desses conceitos, investigando por meio de contato direto com eles, para observar as intenções desses profissionais de forma consciente, dita por eles mesmos. Uma vez que este trabalho busca essas informações através dos estudos publicados, considera-se importante questionar aos próprios pesquisadores o que e como entendem os conceitos de memória coletiva e memória social.

Além disso, outra questão pertinente a ser observada é quais os programas de CI que envolvem a memória como linha de pesquisa para identificar o uso dos termos memória coletiva e memória social, a fim de perceber as posições e circunstâncias epistemológicas que a memória encontra nos estudos desenvolvidos no país.

## REFERÊNCIAS

ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Grupos de Trabalho**. 2020. Disponível em: <http://gtancib.fci.unb.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio De Janeiro: Contracapa, 2005.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v.2, n.2, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20162>. Acesso em: 08 out. 2020.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ASTARITA, Carlos. Conflictos y estructura social en el norte hispánico medieval: cuestiones de método y teoría. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 21, p. 51-76, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23425>. Acesso em: 17 dez. 2021.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Cultura, Identidade e Cultura material: a visão arqueológica. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, n.28, p. 265-275, 2005.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; DODEBEI, Vera. Informação e memória: trajetória do GT10 da Ancib e o impacto dos estudos culturais na CI. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (orgs.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Editora UNB, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BRAGANÇA, Isabela. **Evolução da comunicação**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/16088693/Evolucao-da-comunicacao-humana-Podemos-explicar-a-historia-da-existencia-humana-atraves-das-etapas-do-desenvolvimento-da-comunicacao>. Acesso em: 02 set. 2021.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for information science**, [s.], v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/2XbW8BE>. Acesso em: 05 maio. 2020.

BUFREM, Leilah Santiago. Questões de Metodologia, parte 1. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-10, jan./jun. 2011. Disponível em: [www.atoz.ufpr.br](http://www.atoz.ufpr.br). Acesso em: 02 out. 2017.

BUFREM, Leilah Santiago. **Genealogia intelectual dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Ciência da Informação no Brasil**. Projeto de Produtividade em Pesquisa – PQ1 submetido a Edital Chamada CNPq Nº 09/2020. CNPq: Distrito Federal, 2020.

BUFREM, Leilah Santiago; BRENDA, Sônia Maria. A presença do binômio educação superior e pesquisa em artigos da Revista Brasileira de Educação (1995-2004). *In*: GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga; BUFREM, Leilah Santiago; BAIBICHFARIA, Tânia Maria. (Org.). **Saberes e práticas no ensino superior**. Ijuí: UNIJUÍ, 2008. (coleção Cultura, Escola e Ensino; volume 2)

CÂMARA, Rafael Silva da. Concepções teóricas sobre a matéria: análise das bibliografias das disciplinas dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015.

CANAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CHAPOUTHIER, Georges. Registros evolutivos. **Viver Mente & Cérebro**, São Paulo, n. 2, p. 8-13, jul. 2006. (Ed. Especial Memória).

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>. Acesso em: 02 out. 2020.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Ci. Inf.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DEFLEUR, Melvill L. BALL-ROKEACH. **Teorias da Comunicação em Massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory**: new perspectives on the past. Cambridge, MA: Blackwell Publisher, 1998.

GALINDO, Marcos. A redescoberta do trabalho coletivo. *In*: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015.

GLEICK, James. **A informação**: uma história, uma teoria, uma enxurrada. Tradução: Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. Apresentação. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus: revista eletrônica em ciências humanas**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GRAEFF, Lucas; GRAEBIN, C. M. G. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva. *In*: BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). **Memória Social**: revisitando autores e conceitos. Canoas, RS: Unilasalle, 2018, p. 55-70.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Edição eletrônica realizada por Jean-Marie Tremblay a partir da primeira edição de 1925 (Paris: Librairie Félix Alcan). Disponível em: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs\\_maurice/cadres\\_soc\\_memoire/cadres\\_soc\\_memoire.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_soc_memoire.html).

HUYSEN, Andreas. **Twilight Memories**: Marking Time in a Culture of Amnesia. Nova Iorque: Routledge, 1995.

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Histórico**. 2019. Disponível em: <https://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico>. Acesso em 20 ago. 2020.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2003. (Conteúdo para Portal). Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/explore/midiateca/artigos/memoria-e-memoria-coletiva>. Acesso em: 02 out. 2017.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 122 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMAIRE, Ria. Pensar o suporte: resgatar o patrimônio. *In*: MENDES, Simone. (Org.). **Cordel nas gerais**: oralidade, mídia e produção de sentido. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. p. 65-93.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LUSSATO, Bruno. **La théorie de l’empreinte**. Paris: ESF, 1991.

MACIEL, Fábio Osmar de Oliveira. Memória social, memória coletiva e história: um mapeamento da questão. **Dia-logos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 102-113, out. 2011.

MAEDING, Linda. Resenha do livro Memória social, de Fentress e Wickham. *In: Devenires IX*, 17, 2008.

MASSERONI, Vinicius de Oliveira. **Vozes da revolução**: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974). Universidade de Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2020. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9554/Vinicius%20de%20Oliveira%20Masseroni\\_.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9554/Vinicius%20de%20Oliveira%20Masseroni_.pdf?sequence=1). Acesso em 17 nov. 2021.

MIRANDA, Roberto Campos da R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 28, n. 3, p. 284-290, set./dez. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2020.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas de. Memória individual e coletiva. **Jornal da UNICAMP**, 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>. Acesso em: 06 abr. 2021.

MIRANDA NETO, A. G. Arquivologia e cibernética. **Arquivo & Administração**, v. 1, n. 1, p. 8-32, 1973. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/31840>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentim. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **Data grama zero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.9, n.6, p. 1-6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7639>. Acesso em: 2 set. 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOBRE, Adolfo Samyn. Capítulo 1 - Memória e identidade: correlações e interferências. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 33, n. 33, p. 39-47, 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/54>. Acesso em: 13 mar. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; LIMA, Izabel França de Lima. A memória da Editora Universitária da UFPB: história de vida dos servidores na construção da memória da instituição. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v.7, n.2, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 01 jul. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002048/e908b9a7%204b0fb8f5aff3bd1881eec6b2/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO\\_TratadoDeDocumenta%c3%a7%c3%a3o.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%c3%a7%c3%a3o.pdf). Acesso em: 02 set. 2021.

QUAL A DIFERENÇA entre memória e história: conceitos históricos. Icles Rodrigues. [S. l.: s. n.], 2017. 1 video (18m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XRDzvuc4AAU>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, Lisboa, n. 2, p. 4-23, 2007.

ROCHA, Laura; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. O método analítico-conceitual de Dahlberg: aplicação no contexto dos portfólios de projetos da Embrapa. **Revista conhecimento em ação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan-jun 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/32196/19801>. Acesso em: 04 ago. 2021.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-pappers Serviços Editoriais, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 02 out. 2017.

SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva. Informação, história e memória: a constituição social da informação em relatos orais. **Perspectivas em Ciência da Informação**,

Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2006. Disponível em:  
<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/15445>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do conhecimento. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Mnemosyne infor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91403>. Acesso em: 01 nov. 2021.

HJORLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HOLANDA, Adriana Buarque de; SILVA, Fábio Mascarenhas e. Memória e esquecimento para além dos suportes materiais de registro da informação: a cibercultura no ciberespaço. **Data grama zero**: revista de ciência da informação, [s. l.], v.13, n. 5, out., 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101739>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SMIT, Johanna Wilhelmina; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.5, n.1, p.12-17, jan./dez. 1995.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75418>. Acesso em: 28 set. 2021.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**: an International Journal, New York, v. 29, n. 2, p. 155-166, 1997.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. 5. ed. São Paulo: Cultura Editores, 1995.

YATES, Frances Amelia. **A arte da memória**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

## APÊNDICE A - DADOS COLETADOS SOBRE MEMÓRIA COLETIVA

REFERÊNCIA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
1. AGUIAR, N. C.; JESUS, J. Gestão informacional do Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS) e a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras/SE. <b>Revista Fontes Documentais</b> , Aracajú, n. 2, v. 2, p. 7-23, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/134718">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/134718</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	X
2. ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; GAUDÊNCIO, S. M. Memória de poetas populares na internet: Uso da plataforma Wordpress na preservação e acesso a artefatos poéticos da literatura de cordel brasileira. <b>Liinc em revista</b> , Rio de Janeiro, n. 1, v. 11, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93597">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93597</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	X
3. ANDRADE, B. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memórias cotidianas de Francielly. <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b> , João Pessoa, n. 1, v. 7, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151628">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151628</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	
4. AQUINO, M. C. A folksonomia como hipertexto potencializador de memória coletiva: um estudo dos links e das tags no de.licio.us e no <b>Liinc em revista</b> , Rio de Janeiro, n. 2, v. 4, 2008. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93424">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93424</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	X	X
5. AZEVEDO NETTO, C. X. Preservação do patrimônio arqueológico - reflexões através do registro e disseminação da informação. <b>Ciência da Informação</b> , Brasília, n. 3, v. 37, 2008. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17260">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17260</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	-	-	-
6. BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. <b>Ponto de Acesso</b> , Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68027">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68027</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	X

<p>7. BERGENTHAL, F. Lembrar de selecionar para então, esquecer: reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão. <b>BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação</b>, Rio Grande, n. 3, v. 28, p. 83-94, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/24091">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/24091</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>8. BEZERRA, A. A.; BARCELOS, P. Cantando a dor do outro: o caso Zuzu Angel e a canção como testemunho na obra de Chico Buarque. <b>Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde</b>, Rio de Janeiro, n. 4, v. 14, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150907">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150907</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X
<p>9. BEZERRA, E. M. B. L.; SANTOS, R. N. M. Documentos “Sensíveis” e censura no período do AI-5 (1968-1978) no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, <b>Anais...</b> Marília, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105306">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105306</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	X
<p>10. BIZELLO, M. L.; CAMOLEZE, J. M. C. Memória e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal em Jundiaí - SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, <b>Anais...</b> Marília, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105462">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105462</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>11. CALDAS, G. Divulgação científica e relações de poder. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.], n. 1esp, v. 15, p. 31-42, 2010. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34373">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34373</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>12. CARVALHO, F. B. F.; MAIA, M. E.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Difusão cultural no arquivo Afonso Pereira: o teatro do estudante da Paraíba e sua construção expográfica. <b>PontodeAcesso</b>, Salvador, n. 3, v. 11, p. 73-90, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81781">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81781</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	

- |  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <p>13. CHRISTINO, D.; NOGUEIRA, M. F. M.; LIMENA, M. M. C. A idealização da natureza, do imaginado ao comemorado: os processos de simbolização em narrativas da identidade rural goiana. <b>Comunicação &amp; Informação</b>, Goiânia, n. 1, v. 16, p. 36-49, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/142612">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/142612</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                                 |   | X |   |
| <p>14. CIVALLERO, E. Memoria colectiva y bibliotecas: apuntes sobre caminos a futuro. <b>Convergências em Ciência da Informação</b>, São Cristóvão, n. 2, v. 2, p. 6-22, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135354">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135354</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X | X |   |
| <p>15. COSTA, M. J. M.; SANTOS, D. W.; CUTRIM, K. D. G. Educação patrimonial em bibliotecas, arquivos e museus: ações voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural de São Luís - MA. <b>Convergências em Ciência da Informação</b>, São Cristóvão, v. 2, n. 3, p. 84-103, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/140493">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/140493</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> |   | X |   |
| <p>16. DUARTE, F. E. G.; ELLIOTT, A. G.; SANTOS, F. P. As manifestações festivas religiosas do sítio Minguiriba-Crato-CE. <b>Informação@Profissões</b>, Londrina, n. 2, v. 8, p. 64-84, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125601">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125601</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   | X |   |
| <p>17. ELLIOTT, A. G. Informação e memória: análise dos jornais raros de Juazeiro do Norte-CE. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, v. 13, p. 2858-2870, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/2225">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/2225</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   | X |   |
| <p>18. FARIAS, R. A. N.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, H. P. C. A memória institucional pelo uso dos repositórios institucionais das universidades federais do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103416">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103416</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                  |   |   | X |

- |   |   |
|---|---|
| <p>19. FRAYSSE, P.; ROUX, S.; COURBIERES, C. A rota como memória. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. Especial, p. 93-104, 2009. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101830">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101830</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |
| <p>20. FROTA, M. G. C. Memória e registro das violações aos direitos da criança nos documentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos. <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b>, João Pessoa, n. 1, v. 7, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119497">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119497</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                            | X |
| <p>21. HIPÓLITO, M. M. B.; NEVES, D. A. B. Procedimentos arquivísticos para a organização e preservação da memória do Presbitério Sul da Paraíba. <b>Páginas A&amp;B, Arquivos e Bibliotecas</b>, Porto, n. 6, p. 97-110, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/65063">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/65063</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |
| <p>22. JESUS, W.; RODRIGUEZ, S. M. T. Ao alcance da sociedade: análise das ações de difusão do centro de documentação e memória da UNESP (2015-2018). <b>Informação@Profissões</b>, Londrina, n. 2, v. 9, p. 176-196, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150831">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150831</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |
| <p>23. JORENTE, M. J. V.; PADUA, M. C.; NAKANO, N. O Design da Informação como recurso interdisciplinar da curadoria digital em contextos complexos da Ciência da Informação. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 3, v. 24, p. 35-59, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123162">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123162</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X |
| <p>24. JORENTE, M. J. V.; SILVA, A. R.; PIMENTA, R. M. Cultura, memória e curadoria digital na plataforma SNIIC. <b>Liinc em revista</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 11, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90508">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90508</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X |
| <p>25. LIMA, V. Cultos Afro-Brasileiros na Paraíba: memória em construção. <b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b>, João Pessoa, n. 2, v. 10, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/31237">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/31237</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |

<p>26. LINARES, A. P. A Descrição no Departamento Archivo Intermedio. <b>Acervo - Revista do Arquivo Nacional</b>, Rio de Janeiro, n. 1/2, v. 20, p. 67-76, 2007. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107484">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107484</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>27. LUVIZOTTO, C. K. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. <b>Liinc em revista</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 11, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90783">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90783</a>. Acesso em: 14 jan.2021.</p>	X	X	X
<p>28. MADUREIRA, H. O.; VILARINHO, L. R. G. A formação do bibliotecário para atuar em bibliotecas virtuais: uma questão a aprofundar. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 3, v. 15, p. 87-106, 2010. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37188">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37188</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>29. MARINHO JÚNIOR, I. B.; SILVA, J. G. Arquivos e informação: uma parceria promissora. <b>Arquivo &amp; Administração</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 1998. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21005">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21005</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	X
<p>30. MARINHO, A. C. M.; MORIGI, V. J. Memória e representações sobre a cultura gaúcha. <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b>, João Pessoa, n. 2, v. 10, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151725">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151725</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>31. MARTIN, C. A literatura da resistência: a busca pela compreensão da memória do trauma por uma escrita de ausências. <b>Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som</b>, Rio de Janeiro, n. 2, v. 3, p. 149-163, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/118468">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/118468</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>32. MARTINS, E. E.; MARTINS, E. E. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do Estado do Pará, sob o risco de deterioração. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137025">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137025</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	Arquivo Corrompido		

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <p>33. MASSONI, L. F. H.; OLIVEIRA, P. C.; SILVEIRA, A. R.; LIMA, M. H. T. F. O estudo da memória social na graduação em Ciência da Informação: um relato de experiência. <b>Ponto de Acesso</b>, Salvador, n. 1, v. 13, p. 193-209, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124217">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124217</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                | X |   |
| <p>34. MELO, M. L.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória, informação e pós-verdade em tempos líquidos. <b>Convergências em Ciência da Informação</b>, São Cristóvão, n. 1, v. 3 n. 1, p. 25-41, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141241">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141241</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |   |
| <p>35. MONTEIRO, G. B. R.; PINTO, D. S. A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ: Memórias, identidades e narrativas. <b>Biblionline</b>, João Pessoa, n. 2, v. 13, p. 56-68, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16737">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16737</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |   |
| <p>36. NÓBREGA, I. O.; MANINI, M. P. #impeachment ou #naovaitergolpe: uma análise sobre a folksonomia na indexação de imagens fotográficas em redes sociais da Web 2.0. <b>Biblionline</b>, João Pessoa, n. 4, v. 12, p. 73-84, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16079">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16079</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                       | X | X |
| <p>37. OLIVEIRA, D. A.; MAIA, M. E. O Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba e a sua história: o arquivo como fonte de informação e memória. <b>Revista Analisando em Ciência da Informação</b>, Campina Grande, n. 1, v. 1, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80680">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80680</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X |   |
| <p>38. OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. <b>Ponto de Acesso</b>, Salvador, n. 3, v. 3, p. 216-239, 2009. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69488">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69488</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                  |   | X |

39. OLIVEIRA, L. M. V. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 12, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50372>. Acesso em: 14 jan. 2021.
40. OLIVEIRA, N. M. LEVY, Pierre. O que é o virtual. São Paulo: Ed. 34, 1996. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 1, v. 3, 1998. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35849>. Acesso em: 14 jan. 2021.
41. PAIVA, E. B.; RAMALHO, F. A.; CARVALHO, E. T. G. Informação indígena na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal da Paraíba. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, n. 2, v. 10, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151720>. Acesso em: 14 jan. 2021.
42. PEREIRA, Z. M. C. Os Arquivos de Mulheres em Portugal. **Archeion Online**, João Pessoa, n. 1, v. 7, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148372>. Acesso em: 14 jan. 2021.
43. PINHEIRO, L. V. R. Do Instituto Internacional de Bibliografia ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: as bibliografias como memória do conhecimento e reflexos das ideias de Otlet no Brasil. **Informação & Informação**, [S. l.], n. 2, v. 20, p. 63-85, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34062>. Acesso em: 14 jan. 2021.
44. POLLI, C. T. S.; MOLINA, L. G. As questões de memória e os direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103166>. Acesso em: 14 jan. 2021.
45. QUADROS, P. S. Internet e suas imagens interpretativas possíveis e inimagináveis: Comunicação e Educação. **Revista Cajueiro**, São Cristóvão, n. 1, v. 1, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135406>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Arquivo  
Corrompido

X

X

X

X

X

X

X

X

<p>46. QUINAUD, A. L. Rede social empresarial - uma proposta de abordagem interdisciplinar, multiteórica e integrativa. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 1, v. 25, p. 232-262, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138074">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138074</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X
<p>47. RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 2, v. 21, p. 243-262, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/87953">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/87953</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>48. RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória Institucional: uma revisão de literatura. <b>CRB8 Digital</b>, São Paulo, n. 1, v. 4, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9723">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9723</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	X
<p>49. SAMPAIO, D. B.; LIMA, I. F.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Redes Sociais como Lugares Enviesados de Memória: um discurso coletivo da paralisação dos caminhoneiros de 2018. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.] n. 1, v. 25, p. 66-91, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137745">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137745</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	X
<p>50. SANTOS, J. M. A biblioclastia como mecanismo de controle social. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, n. 2, v. 13, p. 85-97, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/2670">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/2670</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>51. SANTOS, L. S.; FLORES, F. T. A mediação da Informação como instrumento para a construção de uma História Regional. <b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b>, João Pessoa, n. 2, v. 14, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114664">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114664</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>52. SANTOS, P. W. Q.; ALBUQUERQUE, J. P. S. Redes sociais online como espaços de memória: uma visão a partir da página "Recife de antigamente". <b>Biblionline</b>, João Pessoa, n. 3, v. 13, p. 107-121, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16511">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16511</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	X

53. SANTOS, P. W. Q.; ALBUQUERQUE, J. P. S.; MIRANDA, M. K. F. O. Recife de antigamente: uma coleção coletiva contemporânea. **Biblionline**, João Pessoa, n. 3, v. 13, p. 67-78, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16408>. Acesso em: 14 jan. 2021.
54. SANTOS, R. N. M.; HOLANDA, C. M. S.; SILVA, F. M.; SILVEIRA, M. A. A. Historiografia da atividade científica: reflexões sobre o papel da teoria "vis-à-vis" da prática. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 3, 2012, Gramado. **Anais...** Gramado, 2012 Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/46908>. Acesso em: 14 jan. 2021.
55. SANTOS, Z. P.; BORTOLIN, S. Memória do Instituto Federal do Paraná Campus Paranavaí: revisitando o passado, vivenciando o presente. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102486>. Acesso em: 14 jan. 2021.
56. SAYÃO, L. F. Bases de dados: a metáfora científica. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 3, v. 25, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/20359>. Acesso em: 14 jan. 2021.
57. SILVA, A. G. O legado bibliográfico de Herman Lent contribuindo para a memória da saúde pública brasileira. **Revista Fontes Documentais**, Aracajú, v. 3, p. 719-734, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151249>. Acesso em: 14 jan. 2021.
58. SILVA, A. P. C. Biblioteca e memória: interlocuções com a comunidade. **Informação em Pauta**, Fortaleza, n. 2, v. 3, p. 135-136, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/109258>. Acesso em: 14 jan. 2021.
59. SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E. Expressões da memória, cultura e mediação na biblioteca comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103408>. Acesso em: 14 jan. 2021.

X

Sem resumo

Sem palavras-chave

X

X

X

X

X

X

X

- |  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <p>60. SILVA, C. H.; PEREIRA, E. J.; FRAZÃO, G. C. Palácio Cristo Rei “Guardião das Memórias da UFMA”: Patrimônio Histórico Arquitetônico do Estado do Maranhão. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136943">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136943</a>. Acesso em: 14 jan.2021.</p>                        | - | - | - |
| <p>61. SILVA, I. O.; MARTINS, G. K. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: casa da memória da sociedade Potiguar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103298">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103298</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                         | X | X |   |
| <p>62. SILVA, N. E. K. Imaginário social sobre o SUS e vulnerabilidade de homens ao acesso a diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis. <b>Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 10, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/133760">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/133760</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> |   |   | X |
| <p>63. SILVA, T. V. G.; RAMALHO, F. A. Uso da informação em museus: visitas ao Centro Cultural de São Francisco. <b>Biblionline</b>, João Pessoa, n. 1, v. 7, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16601">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16601</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | - | - |   |
| <p>64. SILVA, V. L.; OLIVEIRA, B. M. J. F. O arquivo privado no terceiro setor: ONG Engenho Cumbe, um espaço de memória (2003-2013). <b>Biblionline</b>, João Pessoa, n. 3, v. 12, p. 137-152, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16269">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16269</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X |   |   |
| <p>65. SILVEIRA, J. P. B. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. <b>Ágora: Arquivologia em Debate</b>, [S. l.], n. 47, v. 23, p. 140-161, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152627">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152627</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X |   |   |
| <p>66. SILVEIRA, M. A. A.; CAREGNATO, S. E.; BUFREM, L. S. Práticas de citação e memória coletiva: aproximações possíveis na Ciência da Informação. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.], n. 3, v. 19, p. 242-257, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X | X | X |

<p>67. SOUSA, A. L. M.; BUFREM, L. S. Contar e ouvir no Cariri Cearense: memória, oralidade e os contadores de história. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103602">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103602</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>68. SOUSA, R. P. M.; AZEVEDO NETTO, C. X.; OLIVEIRA, B. M. J. F. A Efetividade dos Mecanismos de Proteção do Patrimônio Cultural na Preservação da Memória Coletiva. <b>InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação</b>, Ribeirão Preto, n. 2, v. 9, p. 27-47, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105716">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105716</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X		
<p>69. SOUZA, D. M. V. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 2, v. 14, p. 155-168, 2009. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38583">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38583</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>70. SUNDSTRÖM, A. S. S. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, n. 2, v. 15, p. 106-132, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113918">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113918</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	X
<p>71. SUNDSTRÖM, A. S. S.; MORAES, J. B. Ernesto. Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 2, v. 25, p. 13-38, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113744">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113744</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	X
<p>72. SÁ, P. I. B.; BUFREM, L. S. A produção dos bolsistas de produtividade em ciência da informação sobre memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, <b>Anais...</b> Florianópolis, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123890">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123890</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	X

73. TAVARES, D. W. S.; LOUREIRO, J. M. M. Dispositivos de informação: arquivos, memórias e informação. **Transinformação**, Campinas, n. 1, v. 29, p. 73-80, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116954>. Acesso em: 14 jan. 2021.

X

74. VIANA, F. C.; ELLIOTT, A. G. Biblioteca e preservação: o acervo Memórias de Paulistana (Piauí) em foco. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2841-2857, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/1239>. Acesso em: 14 jan. 2021.

X

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

## APÊNDICE B - DADOS COLETADOS SOBRE MEMÓRIA SOCIAL

REFERÊNCIA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
<p>1. ALMEIDA, C. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F. “Tanto cura com a casca da Jurema como cura com a frô”: a experiência das ervas e a conexão com o sagrado da Jurema no Arquivo José Simeão Leal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103301">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103301</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>			X
<p>2. ALONSO, B. T. Propuesta de organización del fondo documental del Museo Nacional de Bellas Artes. <b>Ciencias de la Información (Cuba)</b>, Habana, n. 2, v. 49, p. 9-17, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126940">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126940</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	Sem acesso
<p>3. ARABIDIAN, L. V. Reconstrução da memória social através de práticas culturais na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria/RS. <b>BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação</b>, Rio Grande, n. 2, v. 32, p. 169-176, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114868">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114868</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	X	
<p>4. ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. <b>Transinformação</b>, Campinas, n. 2, v. 16, p. 111-122, 2004. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115651">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115651</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	X
<p>5. ARAÚJO, D. M. P.; SOARES, A. R.; SILVEIRA, F. J. N. Bibliofilia e livros raros: uma abordagem histórico-cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103449">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103449</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>			X

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <p>6. BARBEDO, F. Arquivos Digitais: da origem à maturidade. <b>Cadernos BAD (Portugual)</b>, Lisboa, n. 2, 2005. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/82209">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/82209</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X |   |
| <p>7. BARRETO, A. M. Informação e conhecimento na era digital. <b>Transinformação</b>, Campinas, n. 2, v. 17, p. 111-122, 2005. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115727">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115727</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X |   |
| <p>8. BARRETO, A. M. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências <b>Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina</b>, Florianópolis, n. 2, v. 12, p. 161-176, 2007. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75066">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75066</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X | X |
| <p>9. BERGENTHAL, F. Lembrar de selecionar para então, esquecer: reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão. <b>BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação</b>, Rio Grande, n. 3, v. 28, p. 83-94, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/24091">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/24091</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X |   |
| <p>10. BITTENCOURT, S. T.; LIMA, M. H. T. F.; MASSONI, L. F. H. Tatuagem: um registro de informação no corpo? <b>Ciência da Informação em Revista</b>, Maceió, n. 2, v. 7, p. 54-68, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145862">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145862</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | - | - |
| <p>11. BLATTMANN, U.; FACHIN, J. Apresentação da Revista <i>Ágora</i>, v. 23, n. 47 de 2013. <b>Ágora: Arquivologia em debate</b>, [S. l.] n. 47, v. 23, p. 3-4, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/13918">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/13918</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | - | - |

12. CAMILO, V.; CASIMIRO, L. A biblioteca pessoal como lugar de memória: reflexões sobre legado, aspectos sociais e simbólicos dos livros. **Revista Bibliomar**, São Luís, n. 2, v. 19, p. 178-192, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150443>. Acesso em: 14 jan. 2021.
13. CARMO, J. R.; KARPINSKI, C.; BRÄSCHER, M. A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na Organização do Conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 1, v. 24, p. 65-85, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11687>. Acesso em: 14 jan. 2021.
14. CARVALHO, E. T. G. Objetos de cultura popular: reflexões sobre a curadoria digital. **Archeion Online**, João Pessoa, n. 2, v. 6, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/120103>. Acesso em: 14 jan. 2021.
15. CARVALHO, E. T. G.; SOUZA, F. A. F. Proposta para criação de um centro de documentos raros da UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, n. esp., 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100203>. Acesso em: 14 jan. 2021.
16. CASTRO, A. L. S. Informação, Ética e Museu: uma aproximação conceitual. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 6, 2005. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5630>. Acesso em: 14 jan. 2021.
17. CASTRO, A. L. S. O valor da informação: um desafio permanente. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 3, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5365>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Arquivo errado

Arquivo errado

- |  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <p>18. CASTRO, L. G. S.; OLIVEIRA, A. J. B. <i>Jornal Movimento: Uma análise na memória social, discurso político e midiático, imprensa alternativa e informação. Revista Conhecimento em Ação</i>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71127">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71127</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>       | X | X | X |
| <p>19. CAVALCANTE, L. E. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. <i>Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação</i>, Florianópolis, n. 23, v. 12, p. 152-170, 2007. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38763">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38763</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>            |   | X | X |
| <p>20. CAVALCANTI, A. H. Territórios do cuidar: comunicação e memória nas medicinas dos povos tradicionais afro-brasileiros. <i>Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde</i>, Rio de Janeiro, n. 3, v. 14, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146670">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146670</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> |   | X |   |
| <p>21. CONCEIÇÃO, T. N. A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação. <i>Ponto de Acesso</i>, Salvador, n. 1, v. 12, p. 115-116, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81481">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81481</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X |   |
| <p>22. COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. <i>Informação Arquivística</i>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 2012. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40936">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40936</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   |   | X |
| <p>23. COSTA, L. F. (In)formação patrimonial com fins à promoção e vivência da cidadania. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <i>Anais...</i> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101942">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101942</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                                 |   | X |   |

- |   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| <p>24. COSTA, L. S. F.; GRACIOSO, L. S. Registro do patrimônio histórico rural a partir da história oral. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.], n. 3, v. 20, p. 507-528, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33895">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33895</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X |   |
| <p>25. DAMIN, M. L.; DODEBEI, V. L.; MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H. Patrimônio Cultural, Memória Social e Informação: a cidade de Porto Alegre na palma da sua mão? <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 2, v. 24, p. 388-403, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8784">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8784</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                              | X |   |   |
| <p>26. DODEBEI, V. L. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? <b>DataGramZero</b>, Rio de Janeiro, n. 2, v. 12, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7335">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7335</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X | X | X |
| <p>27. DODEBEI, V. L.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. <b>DataGramZero</b>, Rio de Janeiro, n. 5, v. 9, 2008. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6345">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6345</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X | X | X |
| <p>28. DOURADO, S.; MARTELETO, R. A coleção de almanaques da família Carneiro Rezende: documentos de informação e comunicação popular escrita. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103855">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103855</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | - | - | - |
| <p>29. FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. A inclusão da Comunidade Santa Clara na sociedade da informação: proposta de trabalho. <b>Revista Digital de Biblioteconomia &amp; Ciência da Informação</b>, Campinas, n. 2, v. 8, p. 87-102, 2010. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39944">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39944</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                      |   | X |   |

- |  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <p>30. FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. Ação de mediação para inclusão social de comunidades. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.], n. 3, v. 16, p. 76-95, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33501">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33501</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X |   |
| <p>31. FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. Memória do cotidiano: registro da Comunidade Santa Clara na Web. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 2, v. 17, p. 117-131, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11988">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11988</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   | X |   |
| <p>32. FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. Proposta de inclusão da comunidade Santa Clara na Sociedade da Informação. <b>Brazilian Journal of Information Science</b>, Marília, n. 1, v. 3, 2009. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14240">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14240</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | - | - | - |
| <p>33. FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. Registro de conhecimentos da Comunidade Santa Clara no ciberespaço. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 2, v. 16, p. 253-266, 2010. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10264">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10264</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | - | - | - |
| <p>34. FELIPE, C. B. M.; MEDEIROS, W. O.; PINHO, F. A. Representação colaborativa de registros imagéticos da memória social: uma reflexão sobre a página The Commons na plataforma Flickr. <b>Páginas A&amp;B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)</b>, Porto, n. 13, p. 131-141, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145263">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145263</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X | X | X |
| <p>35. FERNANDES, G. C. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. <b>InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação</b>, Ribeirão Preto, n. 1, v. 2, p. 208-226, 2011. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39536">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39536</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X |   |

36. FERREIRA, M. C. R.; ORRICO, E. G. D. Rememorando o perigo: os discursos da mídia nas sucessivas retomadas dos grandes acidentes de origem científico-tecnológica. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 1, v. 25, p. 159-184, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107124>. Acesso em: 14 jan. 2021.
37. FLIX, X. T. Revisão histórica da bibliografia ginástica esportiva impressa em Barcelona (S. XIX-1910). **Biblios (Peru)**, Tacna, n. 65, p. 52-69, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/62599>. Acesso em: 14 jan. 2021.
38. FREIRE, I. M.; LIMA, A. P. L.; COSTA JUNIOR, M. P. Mídias sociais na web: De olho na CI para capacitação acadêmica e profissional. **Biblionline**, João Pessoa, n. esp., 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100216>. Acesso em: 14 jan. 2021.
39. FREITAS, L. L. M.; RODRIGUES, F. C. P. Relato de experiência: o uso de projetos na implantação do Centro de Documentação do Banco do Nordeste - CDBNB. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137015>. Acesso em: 14 jan. 2021.
40. GANTOS, M. C. A imagem de síntese como novo projeto moral. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5330>. Acesso em: 14 jan. 2021.
41. GIOVANAZ, M. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 2, v. 13, p. 235-242, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11141>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Sem acesso ao arquivo

- - -

X

X

X

X

42. GOMES, C. M. P. Centros de memória acadêmicos: um estudo de multicasos na UFMG. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, n. 4, v. 20, p. 225-226, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36567">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36567</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	Sem acesso	Sem acesso
43. GOMES, M. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, J.; ARAUJO, N. C. Memória: construção social, lugares e competência. <b>Ciência da Informação em Revista</b> , Maceió, n. 2, v. 1, p. 9-19, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36336">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36336</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	X
44. GOULART, E. E.; PERAZZO, P. F. HiperMemo: a hipermídia e a memória no mundo digital. <b>Liinc em revista</b> , Rio de Janeiro, n. 1, v. 11, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93736">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93736</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	X
45. GRIMALDI, S. S. L.; LOUREIRO, J. M. M.; MIRANDA, M. K. F. O Patrimônio cultural digital: novas configurações para a memória social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, <b>Anais...</b> Florianópolis, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123661">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123661</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	Sem acesso ao texto	
46. GRIMALDI, S. S. L.; ROSA, M. N. B.; LOUREIRO, J. M. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , Belo Horizonte, n. 4, v. 24, p. 51-77, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126874">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126874</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X	X
47. GRISALES, S. P. A. Luciérnagas de la memoria. Altares espontáneos y narrativas de luto en Medellín, Colombia. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)</b> , Medellín, n. 3, v. 38, p. 189-200, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/83607">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/83607</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.			X
48. GUIMARÃES, R. V.; OLIVEIRA, E. B. Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens. <b>Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação</b> , Florianópolis, n. 55, v. 24, p. 1-23, 2019. Disponível em:	X		

<p><a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113808">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113808</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		
<p>49. KORNALIEWSKI, A. M.; FARIAS, F. R. Atuação profissional na percepção dos discentes de biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Investigações sob os papéis de chefe ou líder. <b>Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina</b>, Florianópolis, n. 2, v. 25, p. 340-364, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/143491">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/143491</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	-	-
<p>50. KORNALIEWSKI, A. M.; FARIAS, F. R. Equívocos e efeitos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário: reflexões sob o viés da política de desenvolvimento de coleções. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, n. 3, v. 15, p. 286-307, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121360">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121360</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>51. LEITE, R. L.; SILVA, R. A. Coleção Amigas da Cultura: informação e cultura no âmbito da UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102859">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102859</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>52. LESSA, B.; GOMES, H. F. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b>, João Pessoa, n. 1, v. 27, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91905">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91905</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	
<p>53. LIMA, I. F.; ALMEIDA, V. G. “Nos anais da história a fama nunca rima com mulher...”: memória e invisibilidade nos folhetos de cordel. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, n. 3, v. 14, p. 345-363, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99116">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99116</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	-	-
<p>54. LUCAS, C. R. Discurso científico e discurso jornalístico: uma análise discursiva de seu funcionamento. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b>, João Pessoa, n. 2, v. 13, 2003. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91130">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91130</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	

- |   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| <p>55. MARTINS, E. E.; MARTINS, E. E. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do Estado do Pará, sob o risco de deterioração. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137025">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/137025</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X | X | X |
| <p>56. MASSONI, L. F. H.; DAMIN, M. L.; MORIGI, V. J.; DODEBEI, V. L. As Narrativas da Cidade no Aplicativo Porto Alegre Guide. <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b>, João Pessoa, n. 1, v. 27, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91230">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91230</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X | X |
| <p>57. MASSONI, L. F. H.; MORIGI, V. J. A cidade na palma da mão: informações e memórias no aplicativo Foursquare. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, <b>Anais...</b> Marília, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104088">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104088</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   | X |   |
| <p>58. MASSONI, L. F. H.; OLIVEIRA, P. C.; SILVEIRA, A. R.; LIMA, M. H. T. F. O estudo da memória social na graduação em ciência da informação: um relato de experiência. <b>PontodeAcesso</b>, Salvador, n. 1, v. 13, p. 193-209, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124217">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124217</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X | X | X |
| <p>59. MEDEIROS, W. O.; PINHO, F. A. Reflexões sobre a análise documental de séries artístico-pictóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102176">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102176</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X | X |
| <p>60. MELO, K. C. B. S.; RIBEIRO, L. B. Para cada universo colecionista, suas fontes: dinâmicas informacionais nas tramas de Clifford Janeway. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 3, v. 23, p. 276-299, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/88993">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/88993</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  |   | X |   |
| <p>61. MILANI, L.; MASSONI, L. F. H.; MORIGI, V. J. Virtualização da Memória na Ciência da Informação Brasileira. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.], n. 2, v. 25, p. 100-123, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141908">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141908</a>. Acesso em: 14 jan.</p>  | - | - | - |

2021.

62. MORIGI, V. J.; BINOTTO, S. F. T.; SEMENSATTO, S. Trama de Informações e as Formas de Comunicação nas Festas Comunitárias: um estudo em Estrela - Rio Grande do Sul. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 2, v. 10, p. 319-333, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11383>. Acesso em: 14 jan. 2021.
63. MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H.; SENA, J. R. Memórias Virtuais da Cidade nas Redes Sociais: as ruas de Porto Alegre no Facebook. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, n. 1, v. 11, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/27844>. Acesso em: 14 jan. 2021.
64. NEVES, L. Q. S. A memória social na era digital. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, p. 119-136, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146224>. Acesso em: 14 jan. 2021.
65. OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória da dor. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151067>. Acesso em: 14 jan. 2021.
66. OLIVEIRA, C. I. C.; RIBEIRO, L. B.; WILKE, V. C. L. Memória e informação em sci-fi: um encontro temporal em La Jetée e Os 12 Macacos. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 1, v. 17, p. 179-194, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10770>. Acesso em: 14 jan. 2021.
67. OLIVEIRA, D. A.; MAIA, M. E. O Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba e a sua história: o arquivo como fonte de informação e memória. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, n. 1, v. 1, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80680>. Acesso em: 14 jan. 2021.
68. OLIVEIRA, E. B. O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, n. 1, v. 8, p. 96-97, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/73824>. Acesso em: 14 jan. 2021.

X

X

X X X

X X

X

X

X

- |  |   |     |
|--|---|-----|
| <p>69. OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. <b>PontodeAcesso</b>, Salvador, n. 3, v. 3, p. 216-239, 2009. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69488">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69488</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                    |   | X   |
| <p>70. OLIVEIRA, H.; FARIAS, I.; MELO, D. V.; SILVA, V. A importância das primeiras tipografias no Brasil para a construção da memória e do patrimônio social. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136942">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136942</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>       | X |     |
| <p>71. OLIVEIRA, J. Santuários digitais: informação, memória e convergência digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102066">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102066</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>  | X | X   |
| <p>72. OLIVEIRA, M. A. S. A.; PENNA, I. A. B. A construção do patrimônio e identidades emergentes no Maciço da Pedra Branca (RJ). <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, v. 26, p. 143-180, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/149364">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/149364</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   | X   |
| <p>73. PASQUA, C. D.; MASSONI, L. F. H.; STUEBER, K. As músicas da Era Vargas e o registro da Memória Social sobre as eleições presidenciais. <b>InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação</b>, Ribeirão Preto, n. 1, v. 10, p. 81-95, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114917">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114917</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X | X X |
| <p>74. PASSOS, M. P. Ação cultural para reinvenção das práticas em bibliotecas: criação de outros meios e outros fins: as contribuições do Coletivo Estopô Balaio. <b>Informação@Profissões</b>, Londrina, n. 1, v. 5, p. 131-159, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66036">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66036</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                    |   | X   |
| <p>75. POLLI, C. T. S.; MOLINA, L. G. As questões de memória e os direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM</p>   | X | X   |

- CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, **Anais...** Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103166>. Acesso em: 14 jan. 2021.
76. RAMOS, R. O. A preservação da memória da saúde na Gestão Documental dos arquivos hospitalares. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, n. 1, v. 2, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70569>. Acesso em: 14 jan. 2021.
77. REIS, C. E. Memória e história: o ensino de história e seu sentido político. **Ágora: Arquivologia em Debate**, [S. l.], n. 43, v. 21, p. 9-72, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/13244>. Acesso em: 14 jan. 2021.
78. RIBEIRO, L. B.; ORRICO, E. G. D.; DODEBEI, V. L. Wag the dog ou mera coincidência: mídia, cinema e informação produzindo a memória do futuro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, n. 3, v. 24, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92813>. Acesso em: 14 jan. 2021.
79. RODRIGUES, A. L. C.; SILVA, A. R. S. R. Base de dados de informações jornalísticas sobre a Amazônia: ciência, tecnologia e meio ambiente - BDIJAM: em busca da qualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 1, v. 36, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19233>. Acesso em: 14 jan. 2021.
80. RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 2, v. 21, p. 243-262, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/87953>. Acesso em: 14 jan. 2021.
81. RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB8 Digital**, São Paulo, n. 1, v. 4, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9723>. Acesso em: 14 jan. 2021.
82. SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M. Informação e memória na perspectiva da teoria ator-rede. **PontodeAcesso**, Salvador, n. 1, v. 13, p. 47-64, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124205>. Acesso em: 14 jan.

X X

X

X

X

X

X X

X

2021.

83. SANTANA, M. S. D.; RIBEIRO, D. E.; RIBEIRO, D. E.; FERNANDES, R. A. O resgate da memória social através do estudo da literatura como fonte de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 2, v. 3, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136995>. Acesso em: 14 jan. 2021.
84. SANTANA, R. J.; PINHO, F. A. Resignificação da memória da cidade do Recife nas letras de frevo do maestro Nelson Ferreira. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 1, v. 26, p. 210-236, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127141>. Acesso em: 14 jan. 2021.
85. SANTOS, V. B.; MELO, J. H.; GARCIA, G.; DANTAS, A. M.; ESTEVES, R. C. S. P. A. Transparência e informação pública. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, n. 3, v. 15, p. 232-246, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150745>. Acesso em: 14 jan. 2021.
86. SCHWEITZER, J. S.; MATOS, J. C. M. Biblioteca pública e raridade bibliográfica: estudo de critérios para a coleção “obras raras de Santa Catarina”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, **Anais...** Marília, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104518>. Acesso em: 14 jan. 2021.
87. SILVA ELIAS, J. J.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; BARBOSA, M. N. R. Anseios e devaneios: a memória social envolta ao progresso de legalização da maconha para fins medicinais no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. 3, v. 25, p. 63-81, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146816>. Acesso em: 14 jan. 2021.

X X

X X

X

X

X X X

- |   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| <p>88. SILVA JUNIOR, J. E.; TAVARES, A. L. O.; JUNIOR, J. E. S. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade. <b>Ciência da Informação em Revista</b>, Maceió, n. 1, v. 5, p. 3-10, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36200">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36200</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p> | X | X | X |
| <p>89. SILVA, E. P.; ORRICO, E. G. D. A organização coletiva dos trabalhadores dos arquivos no Brasil da década de 1970. <b>Acervo - Revista do Arquivo Nacional</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 27, jan-Jun: Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107898">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107898</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>                  |   | X | X |
| <p>90. SILVA, E. P.; ORRICO, E. G. D. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 3, v. 20, p. 85-100, 2015. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33270">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33270</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>               |   |   | X |
| <p>91. SILVA, F. L. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. <b>Acervo - Revista do Arquivo Nacional</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 31, p. 77-93, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43419">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43419</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>          |   |   | X |
| <p>92. SILVA, I. C. O. A memória social registrada no Facebook. <b>Revista Conhecimento em Ação</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71079">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71079</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   | X | X |   |
| <p>93. SILVA, S. C. A. Em busca da consciência do que somos: a identidade nacional através da cultura. <b>Arquivo &amp; Administração</b>, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 1998. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21046">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21046</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>   |   | X |   |
| <p>94. SILVA, T. V. G.; LOUREIRO, J. M. M. Casa-Museu: a memória do universo privado ao espaço público. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, <b>Anais...</b> Marília, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104274">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104274</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>        |   | X |   |

<p>95. SILVA, T. V. G.; ROSAS, M. N. B.; LOUREIRO, J. M. M. Lugares e espaços da cidade: artefatos infor-comunicacionais memorialísticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103014">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103014</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X		
<p>96. SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca pública, memória e discursos identitários: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b>, João Pessoa, n. 1, v. 5, 2012. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119432">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119432</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	Arquivo corrombido	Arquivo corrombido	
<p>97. SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca pública, memória e discursos identitários. <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b>, João Pessoa, n. 1, v. 5, 2012. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151558">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151558</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X		Sem acesso
<p>98. SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, n. 3, v. 15, p. 67-86, 2010. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36123">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36123</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>			X
<p>99. SILVEIRA, J. P. B. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. <b>Ágora: Arquivologia em Debate</b>, [S. l.], n. 47, v. 23, p. 140-161, 2013. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152627">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152627</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	X	X	X
<p>100. SILVEIRA, M. A. A.; CAREGNATO, S. E.; BUFREM, L. S. Práticas de citação e memória coletiva: aproximações possíveis na Ciência da Informação. <b>Informação &amp; Informação</b>, [S. l.], n. 3, v. 19, p. 242-257, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32763</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>			X X

<p>101. SIMÕES, L. C.; SANTOS, N. P.; OLIVEIRA, A. J. B. Entre que a ciência é sua! Reflexões sobre a produção memorialística da Casa da Ciência da UFRJ no cenário da divulgação científica brasileira. <b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b>, João Pessoa, n. 2, v. 13, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/106750">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/106750</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	X
<p>102. SOLEDADE, P. A. S.; JESUS, M. L. M.; TOUTAIN, L. M. B. B. A informação como substrato da vida: memória e (contra)esquecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, <b>Anais...</b> Londrina, 2018. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102641">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102641</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>103. SOUZA, D. M. V. Informação e construção de conhecimento no horizonte museológico. <b>DataGramZero</b>, Rio de Janeiro, n. 6, v. 10, 2009. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7033">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7033</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>104. SOUZA, J. J. G. Mapeamento da memória audiovisual online dos cursos de Jornalismo originados do Programa Reuni. <b>Informação em Pauta</b>, Fortaleza, n. 2, v. 5, p. 155-177, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152881">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152881</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>	Sem acesso		Sem acesso
<p>105. SOUZA, J. J. G.; CAJAZEIRA, P. E. S. L. Cultura do arquivamento audiovisual: armazenamento, acesso e recuperação da informação em ambientes digitais. <b>Ciência da Informação em Revista</b>, Maceió, n. 1, v. 7, p. 71-85, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/139901">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/139901</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>106. SOUZA, M. S. A mediação da informação nas redes de arquivos históricos. <b>PontodeAcesso</b>, Salvador, n. 2, v. 10, p. 99-100, 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69602">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69602</a>. Acesso em: 14 jan. 2021.</p>		X	
<p>107. SUNDSTRÖM, A. S. S.; ALBUQUERQUE, A. C. Colecionismo bibliográfico: contexto histórico, terminologia e perspectivas de estudo na Ciência da Informação. <b>Em Questão</b>, Porto Alegre, n. 3,</p>		X	

v. 26, p. 250-275, 2020. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146086">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146086</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		
108. SÁ, P. I. B.; BUFREM, L. S. A produção dos bolsistas de produtividade em ciência da informação sobre memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis, <b>Anais...</b> Florianópolis, 2019. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123890">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123890</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	X
109. TAVARES, D. W. S.; LOUREIRO, J. M. M. Dispositivos de informação: arquivos, memórias e informação. <b>Transinformação</b> , Campinas, n. 1, v. 29, p. 73-80, 2017. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116954">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116954</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	
110. THIESEN, I. Informação, Memória e Espaço Prisional no Rio de Janeiro. <b>DataGramZero</b> , Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, 2003. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6779">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6779</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.		X
111. THIESEN, I. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. <b>Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação</b> , Florianópolis, n. esp. 1. sem., p. 15-26, 2006. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91628">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91628</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	
112. VIEIRA, F. A.; SILVA, J. A. Educação patrimonial em arquivo: uma iniciativa no Departamento de Arquivo e Documentação da COC. <b>Informação Arquivística</b> , Rio de Janeiro, n. 2, v. 3, 2014. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41522">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41522</a> . Acesso em: 14 jan. 2021.	X	

Fonte: Elaborado pela autora (Dados da pesquisa).